

2  
0  
2  
1

Pedrógão Grande

# Município de Pedrógão Grande

## Relatório de Gestão e Demonstrações Consolidadas





**MUNICÍPIO DE PEDRÓGÃO GRANDE**

**RELATÓRIO DE GESTÃO E  
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
CONSOLIDADAS**

**Ano de 2021**

(de acordo com a Instrução n.º 1/2019 – PG, de 06 de março e com a Resolução n.º 2/2021,  
de 24 de dezembro do Tribunal de Contas)

## Índice

I.	RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO.....	3
1.1	Introdução .....	4
1.2	Enquadramento e Principais Atividades Desenvolvidas.....	8
1.3	Definições .....	14
1.4	Grupo Autárquico e Perímetro de Consolidação .....	15
1.5	Entidades Excluídas da Consolidação .....	19
1.6	Método de Consolidação .....	20
1.7	Atividade Consolidada .....	23
1.7.1	Indicadores Económico-Financeiros .....	23
1.7.2	Demonstrações Financeiras Consolidadas .....	24
1.7.3	Comparabilidade.....	25
II.	BALANÇO CONSOLIDADO .....	26
2.1	Análise do Balanço Consolidado.....	27
III.	DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO - CONSOLIDADO	29
3.1	Demonstração das Alterações no Património Líquido - Consolidado .....	30
IV.	DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS CONSOLIDADOS .....	32
4.1	Análise da Demostraçao de Resultados Consolidada.....	33
V.	FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS .....	35
5.1	Notas ao Mapa dos Fluxos de Caixa Consolidados.....	36
VI.	DEMONSTRAÇÃO EXECUÇÃO RECEITA.....	37
VII.	DEMONSTRAÇÃO EXECUÇÃO DESPESA .....	38
VIII.	DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL .....	39
IX.	ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS .....	40
X.	RELATÓRIO DE GESTÃO & CONTAS, CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS, RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO DA APIN .....	41
XI.	CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS DO MUNICÍPIO .....	42



D. Braga  
M. M.  
F. J.  
J. L.  
A. L.

## I. RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO



## 1.1 Introdução

Nos últimos anos, os municípios têm vindo a recorrer a formas organizacionais de diversa natureza, nomeadamente empresarial, desenvolvendo as suas atribuições e competências numa lógica de grupo municipal.

Este fenómeno, tem conduzido a uma situação em que a simples prestação e apreciação das contas individuais de cada entidade seja insuficiente, tendo em conta a necessidade de avaliação integrada do conjunto das atividades desenvolvidas e a necessidade de transparência e objetividade da informação pública. A análise das contas individuais não permite uma visão global da situação financeira do grupo municipal.

A consolidação de contas nos municípios surge, assim, como um passo necessário para melhorar a informação contabilística prestada pela administração local.

Esta ferramenta de Gestão tem como objetivo elaborar as demonstrações económicas e financeiras de um conjunto de entidades ligadas entre si como se de uma única entidade se tratasse, procurando dar uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do grupo municipal, permitindo ainda, o estabelecimento de contas únicas representativas da atividade global e da situação do conjunto de entidades ligadas por interesses comuns.

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, determina a obrigatoriedade da consolidação de contas. Tal deriva do n.º 1 do Art.º 75º, onde se refere que ***"sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas"***, designando-se ao abrigo do n.º 2 do referido artigo, por entidades consolidantes, significando deste modo, que o Município de Pedrógão Grande,



*Reley 3.  
F. J. Vila  
S. A. M.*

não tem de consolidar contas com associações de municípios ou com a comunidade intermunicipal.

De acordo com o preconizado no n.º 3 do mesmo artigo, as entidades a incluir no perímetro de consolidação, são aquelas em que se possua a maioria do capital social (ou equivalente) e/ou se detenha poder de controlo sobre as mesmas, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade, a fim de beneficiar das suas atividades, sendo que o Município não se inclui nesta situação, dada a não verificação dos pressupostos que a seguir se elencam:

- Serviços municipalizados e intermunicipalizados, a detenção, respetivamente, total ou maioritária, atendendo, no último caso, ao critério previsto no n.º 4 do artigo 16.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto;
- De natureza empresarial, a sua classificação como empresas locais nos termos dos artigos 7.º e 19.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto;
- De outra natureza, a sua verificação casuística e em função das circunstâncias concretas, por referência aos elementos de poder e resultado, com base, designadamente numa das seguintes condições:
  - a) De poder, como sejam a detenção da maioria do capital ou dos direitos de voto, a homologação dos estatutos ou regulamento interno e a faculdade de designar, homologar a designação ou destituir a maioria dos membros dos órgãos de gestão;
  - b) De resultado, como sejam o poder de exigir a distribuição de ativos ou de dissolver outra entidade.

E ainda se se verificar, relativamente a outra entidade, pelo menos um dos seguintes indicadores de poder ou de resultado:

- Faculdade de vetar orçamentos;
- A possibilidade de vetar, derrogar ou modificar as decisões do órgão de gestão;

- A detenção da titularidade dos ativos líquidos com direito de livre acesso a estes;
- A capacidade de conseguir a sua cooperação na realização de objetivos próprios;
- A assunção da responsabilidade subsidiária pelos passivos da outra entidade.

Devem também, nos termos do n.º 6 do Art.º 75º, as empresas locais que integrem o sector empresarial local, ser consolidadas, na proporção e independentemente da participação ou detenção do município, enquadrando-se o Município de Pedrógão Grande, desde o ano de 2019 nesta condição, resultante da criação e integração na APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, E.I.M., S.A., entidade detida na totalidade por Municípios, detendo o Município de Pedrógão Grande 5,54%.

As demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2021 do Município de Pedrógão Grande foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP), onde os interesses em outras entidades são regulados pelas seguintes normas:

- ✓ Norma de Contabilidade Pública (NCP) 21 – Demonstrações Financeiras Separadas: O objetivo desta Norma é prescrever os requisitos de contabilização e divulgação aplicáveis aos investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos, ou associadas quando uma entidade prepara demonstrações financeiras separadas;
- ✓ NCP 22 – Demonstrações Financeiras Consolidadas: O objetivo desta Norma é prescrever princípios para a apresentação e preparação de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou várias entidades;
- ✓ NCP 23 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos: O objetivo desta Norma é prescrever o tratamento contabilístico dos investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos e definir os requisitos para a aplicação do



método da equivalência patrimonial no tratamento contabilístico dos investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos;

- ✓ NCP 24 – Acordos Conjuntos: O objetivo desta Norma é prescrever os princípios de relato financeiro das entidades com interesses em acordos controlados conjuntamente (ou seja, acordos conjuntos).
- ✓ Adicionalmente, podem ainda aplicar-se as seguintes normas: NCP 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras; NCP 16 – Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio; - NCP 18 – Instrumentos Financeiros; - NCP 20 – Divulgação de Partes Relacionadas; EC – Estrutura Conceptual.

Apesar da NCP 22 e restantes normas conexas, numa primeira análise indiciarem uma redução de critérios para o estabelecimento do perímetro de consolidação, o que à primeira vista poderia resultar numa diminuição do perímetro de consolidação, importa salientar, que à exceção da Portaria 474/2010, de 1 de julho, os restantes diplomas legais, mantém-se em vigor. Desta forma e atendendo que até muitas das entidades estavam já obrigadas a integrar o perímetro de consolidação por esses mesmos diplomas, tal como se verá adiante, verifica-se que o perímetro de consolidação não sofre alterações decorrentes da introdução do SNC-AP.

Assim e em cumprimento do disposto no nº 2 do artigo 76º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, que estabelece que compete ao órgão executivo apresentar ao órgão deliberativo os documentos de prestação de contas consolidadas, de forma a serem apreciados e votados na sessão ordinária do mês de junho do ano seguinte a que respeitam. Estabelece ainda o nº 4 do artigo 52º da Lei nº 98/97, de 26 de agosto, na sua atual redação, que *“As contas são remetidas ao Tribunal até 30 de abril do ano seguinte àquele a que respeitam, sem prejuízo de as contas consolidadas serem remetidas até 30 de junho.”*



R.  
Marta  
D.  
Araria

## 1.2 Enquadramento e Principais Atividades Desenvolvidas

Integram a APIN os Municípios de Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Lousã, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penacova, Penela e Vila Nova de Poiares.

Reveste a natureza de Empresa Intermunicipal, regulada pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que estabelece o regime jurídico da atividade empresarial local e, subsidiariamente, pelo código das sociedades comerciais. Obedecendo ao regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, por força da Lei n.º 73/2013, de 13 de setembro e a Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto, condicionando o regime de financiamento aos limites legais de endividamento municipal e demais regras aplicáveis.

Nos termos dos seus estatutos, a APIN tem por objeto a gestão de serviços de interesse geral, e mais concretamente a exploração e a gestão do Sistema Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, que agrupa os sistemas municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos dos supracitados Municípios, no respetivo território. Esta atividade foi formalizada através de um Contrato de Gestão Delegada dos 11 Municípios para a APIN, celebrado a 2 de outubro de 2019, por um período mínimo de 30 anos contados a partir do dia seguinte ao termo do período de transição.

As atividades de abastecimento público de água às populações, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos constituem serviços públicos de caráter estrutural, essenciais ao bem-estar geral, à saúde pública e à segurança coletiva das populações, às atividades económicas e à proteção do ambiente. Devem por isso obedecer a



um conjunto de princípios, entre os quais se destacam a universalidade de acesso, a continuidade e a qualidade do serviço, a eficiência e a equidade de preços.

Se o ano de 2020 marcou definitivamente o inicio da atividade da APIN, resultante do processo de agregação de onze municípios, originado da necessidade, de juntos, enfrentarem os desafios que os sistemas de serviços de abastecimento de água, saneamento e resíduos exigem, foi no ano de 2021 que a Empresa começou a ter maior atividade e visibilidade no terreno, passando a garantir junto dos seus clientes, acionistas e outros stakeholders uma gestão efetiva e autónoma dos serviços de águas e resíduos.

O ano de 2021 ficou também marcado pelo início das ações previstas no plano de investimentos, nomeadamente as resultantes das candidaturas aprovadas e financiadas por fundos comunitários – POSEUR. Sendo que para o concelho de Pedrógão Grande, perspetiva-se a realização dos seguintes investimentos:

- ✓ São Mateus, Vale do Barco e Vale do Góis: construção de redes de saneamento de águas residuais - Ligação à ETAR de Pedrógão Grande;
- ✓ Vila Facaia – construção de redes de saneamento de águas residuais – Ligação à ETAR de Vila Facaia;
- ✓ Pinheiro Bordalo, Altardo, Graça, Casal dos Ferreiros e Casal da Francisca: Construção de redes de saneamento de águas residuais – Ligação à ETAR de Atalaia;
- ✓ Derreadas: construção de redes de saneamento de águas residuais – Ligação à ETAR de Derreada;
- ✓ Tojeira: construção de redes de saneamento de águas residuais – Ligação à ETAR de Pesos.

A APIN cobre uma área de cerca de 1.900 km<sup>2</sup>, com cerca de 79,5 mil habitantes, dos quais aproximadamente 60 mil são clientes.



*W. Alen  
R.  
J. L. V.  
D. 2  
Ashley*

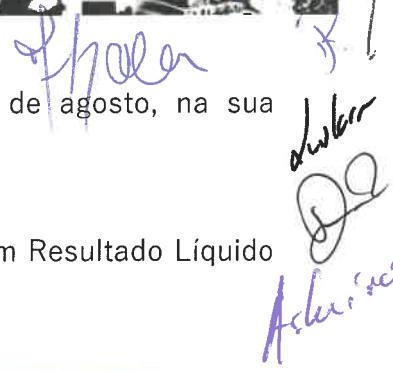
A acessibilidade física e a taxa de atendimento do serviço de abastecimento de água e do serviço de gestão de resíduos urbanos e a qualidade da água são globalmente boas, havendo alguns Municípios com baixas taxas de atendimento do serviço de saneamento de águas residuais.

No conjunto dos 11 Municípios existiam, a 31 de dezembro de 2021, 227 captações, 2.959 km de redes, 390 reservatórios e 90 estações elevatórias de abastecimento de água. Nos sistemas de saneamento existiam 660 km de redes, 34 ETAR, 61 fossas sépticas coletivas e 58 estações elevatórias. Os resíduos urbanos contavam com 10.788 contentores e 24 viaturas.

Já no decorrer do ano de 2021, a APIN e os Municípios que a integram, conscientes da crise originada pela pandemia de coronavírus, aprovaram a aplicação de uma redução de 25% na tarifa fixa aos consumidores domésticos, durante os meses de fevereiro a abril de 2021, bem como a isenção de 100% do valor da tarifa fixa aplicada às empresas, à indústria e ao comércio. Adicionalmente e no que concerne às Instituições de Solidariedade Social e às Associações de Utilidade Pública foi aprovada a retirada da tarifa fixa até ao final de 2021. Mais, não estando naturalmente imune ao aumento generalizado dos preços que impactam na sua estrutura de custos, a APIN, mantém-se alinhada com uma estratégia de melhoria continua em todos os processos de produção/ distribuição de água, recolha/tratamento de efluentes domésticos e a recolha de resíduos urbanos.

A atividade da APIN encontra-se sujeita à regulação económica por parte da ERSAR e regese igualmente pelo disposto nos respetivos diplomas constituintes e estatutários, bem como pelo Contrato de Gestão Delegada. Os serviços prestados assentam nos princípios da defesa do interesse público, do caráter integrado dos sistemas, da eficiência produtiva e da prevalência da gestão empresarial, alinhados com as políticas públicas e os planos estratégicos sectoriais nacionais. A atividade da APIN, de exploração de sistemas de




  
 J. M. Pedro  
 2021  
 AFM

titularidade municipal, obedece ao Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, na sua redação atual.

No que diz respeito a resultados, a APIN no ano de 2021, apresentou um Resultado Líquido Negativo de 2,2 milhões de euros, tal como consta no quadro abaixo:

Resultados	2021	2020
Resultado antes de depreciações, financiamento e impostos	-2 026 204	305 157
Resultado operacional (antes de financiamento e impostos)	-2 438 156	241 651
Resultado antes de impostos	-2 526 042	241 651
Imposto sobre o rendimento do período	-11 232	24 385
Imposto diferido	377 135	0
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>-2 160 139</b>	<b>217 266</b>

Quadro 1 – Resultados APIN, 2020-2021

Apresentam-se de seguida alguns acontecimentos e fatores que influenciaram e contribuíram para a performance negativa da Empresa em 2021, nomeadamente:

- ✓ Confrontada com a possibilidade de se encontrar a cobrar indevidamente IVA nos serviços de saneamento e resíduos, a APIN, questionou formalmente a Autoridade Tributária sobre o assunto, tendo recebido orientações vinculativas no sentido de não aplicar IVA nos referidos serviços, pelo que no decorrer do mês de janeiro de 2021, a Empresa procedeu à devolução dos valores de IVA cobrados em 2020 nos serviços de águas residuais e gestão de resíduos urbanos;
- ✓ Em inícios de 2021, a APIN implementou a Central de Gestão de Operações, de forma a monitorar e garantir o eficaz funcionamento da telegestão, consistindo esta, num sistema de monotorização e controlo à distância, e em tempo real, das instalações de abastecimento. A Central de Gestão de Operações acompanha remotamente a atividade de circuito e redes, analisando os desvios ao regular funcionamento, ajustando os parâmetros e despoletando alertas, sendo assim possível, otimizar as deslocações das equipas de operação e manutenção aos locais, rentabilizando os meios e reduzindo os custos;



✓ 3.1  
B.1  
QJ  
Assunto?

- ✓ Face ao estado de emergência nacional, a APIN e os respetivos municípios implementaram medidas excepcionais entre os meses de fevereiro e abril de 2021, para o efeito, procederam a uma redução significativa no tarifário, flexibilizou-se o pagamento das faturas e os cortes de água;
- ✓ Tendo como objetivo a valorização orgânica de resíduos urbanos biodegradáveis, em abril de 2021, no âmbito da candidatura dos Bio resíduos, a APIN, assinou contrato de adjudicação de aquisição de duas viaturas de recolha seletiva de bio resíduos;
- ✓ Também no decorrer do ano de 2021, foram assinados os contratos das seguintes obras ao abrigo dos fundos comunitários – POSEUR, nomeadamente: Fecho de Sistemas de Saneamento de Águas Residuais – Ligação à ETAR de Alvaiázere; Fecho de Sistemas de Abastecimento de Água em Baixa – Subsistema de Abastecimento de Serpins; Fecho de Sistemas de Saneamento de Águas Residuais – Ligação à ETAR de Lousã/Póvoa; e, Despoluição integrada da Bacia do Dueça – Execução e redes de saneamento de águas residuais - Ligação à ETAR da Quinta de Cima;
- ✓ Fruto da necessidade de prestar um serviço de atendimento de proximidade ao cliente, a APIN, abriu cinco novos postos de serviço de apoio ao cliente em 2021, nos municípios de Alvaiázere, Ansião, Figueiró dos Vinhos, Pedrógão Grande e Vila Nova de Poiares;
- ✓ Foi assinado o contrato de empreitada da obra do projeto da área da Eficiência Hídrica, uma das obras de maior importância para o universo da APIN, que tem como objetivo a implementação de sistemas de medição, controlo e gestão nos sistemas de abastecimento de água e remodelação de infraestruturas de abastecimento de água, contribuindo deste modo, para uma redução significativa do nível de perdas de água e infiltrações ao longo dos próximos anos;



- ✓ A APIN, angariou dois financiamentos bancários, um de 8 milhões de euros, junto da banca comercial, exclusivo para as operações de investimento já aprovadas no âmbito do POSEUR e outro, de 1,9 milhões de euros, financiamento reembolsável celebrado junto da Agencia para o Desenvolvimento e Coesão, IP (Linha BEI PT 2020), relativo à contrapartida nacional da Operação “Despoluição integrada da Bacia do Dueça – Execução de redes de saneamento de águas residuais – Ligação à ETAR da Quinta de Cima (Penela).



### 1.3 Definições

Objetivo  
Final  
JL  
Almeida

#### Entidade mãe ou entidade consolidante:

É o município que controla uma ou mais entidades.

#### Perímetro de consolidação:

Abrange o conjunto de entidades cujas contas vão ser objeto de consolidação e face às quais se tem de apresentar demonstrações financeiras consolidadas.

## 1.4 Grupo Autárquico e Perímetro de Consolidação

### Grupo Autárquico

Conforme preconizado nas disposições legais constantes do n.º 3, do artigo 75.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro – Regime Financeiro das Autarquias Locais, “o Grupo Autárquico é composto por um município, uma entidade intermunicipal ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades”. Assim, o Grupo Autárquico é composto pelo Município de Pedrógão Grande e as entidades que de forma direta ou indireta são controladas por este, sendo que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades.

Neste sentido, e tendo por referência a Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, na sua atual redação, as entidades que constituem o Grupo Autárquico do Município de Pedrógão Grande são as seguintes:

Denominação	Natureza da entidade	NIPC	Valor subscrito	Data subscrição	%	Valor contabilizado a 31/12/2021	Observações
Águas do Vale do Rejo, S.A.	Societaria	513606130	240 185,00 €	01/03/2002	0,29	240 185,00 €	-
ERSUC- Resíduos Sólidos do Centro, S.A.	Societaria	503004405	18 135,00 €	01/09/1996	0,21	18 135,00 €	-
APIN - Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior	Societaria	515515507	60 940,00 €	16/07/2019	5,54	60 940,00 €	-
PETROESINO - Ensino e Formação Profissional, Lda	Societaria	504505890	420 210,00 €	01/09/1999	48,3	782 204,40 €	-
CESAB - Centro de Serviços do Ambiente	Não Societaria	502883308	21 500,00 €	31/12/2014	2,89	21 500,00 €	-
MATREZE- Matadouro Regional do Zêzere, S.A.	Societaria	501491821	17 458,00 €	30/05/2003	2,91	-	-
FAM - Fundo de Apoio Municipal	Outros - Fundo	513319182	195 664,50 €	16/06/2015	0,05	195 664,50 €	-
ANMP-Associação Nacional de Municípios Portugueses	Não Societaria	501627413	-	22/02/1985	-	-	Quota Anual de 4.359,24€
APMCH - Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico	Não Societaria	502131047	-	11/10/1988	0,06	-	Quota Anual de 357€
AMREN2 - Associação de Municípios da Rota da Estrada Nacional 2	Não Societaria	514051744	-	05/11/2016	-	-	Quota Anual de 1.200€
CIMRL - Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria	Não Societaria	508035546	-	02/04/2014	10	-	Quota Anual de 5.000€
AREAC - Agência Regional de Energia e Ambiente do Centro	Não Societaria	513118357	-	30/05/2003	-	-	Quota Anual de 1.650€

Quadro 1 – Grupo Autárquico do Município de Pedrógão Grande, 2021

## Perímetro de Consolidação

O artigo nº 7 do Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, na sua redação atual, estabelece, em matéria de consolidação de contas, e quanto ao perímetro de consolidação, o seguinte:

- ✓ Perímetro de Consolidação de Natureza Orçamental da Administração Local (NCP26)
  - Conjunto das entidades incluídas no subsetor da administração local nas últimas contas setoriais publicadas pelo INE, IP, em cumprimento do SEC20101;
- ✓ Perímetro de Consolidação de Natureza Financeira da Administração Local (NCP 22) -
  - Entidades controladas pela administração local.

As demonstrações consolidadas orçamentais e financeiras consubstanciam perímetros diferentes. No entanto, não se trata de duas prestações de contas consolidadas diferentes, mas sim de mapas distintos na mesma prestação de contas consolidada.

### Perímetro de Consolidação de Natureza Orçamental

Em termos de consolidação orçamental, esta é regulada pela NCP 26 do SNC-AP, a qual refere no parágrafo 23: *"No caso da Administração Local, o perímetro de consolidação será composto pelo conjunto de entidades incluídas neste subsetor nas últimas contas setoriais publicadas pela autoridade estatística nacional, em cumprimento do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais."*

De referir que mesmo que as entidades estejam na referida listagem só será possível consolidar de forma minimamente eficaz com a mesma, caso estas possuam uma contabilidade orçamental idêntica á prevista pela NCP26, ou pelo menos muito similar e esta existir de uma forma completa e devidamente aprovada pelos órgãos competentes.



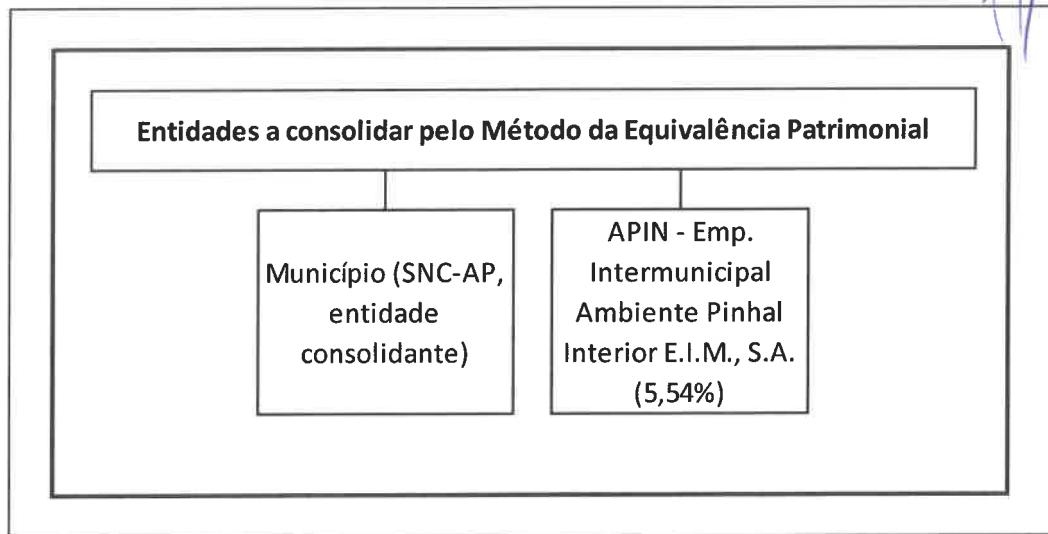
Conforme prevê o § 35 da NCP 26, na consolidação de natureza orçamental, o método utilizado é o método de consolidação simples, que se aplica para efeitos de preparação de demonstrações orçamentais consolidadas sendo suportado pelas contas da classe 0 – contabilidade orçamental.

Este método, consiste na soma algébrica de rubricas equivalentes, de obrigações, de pagamentos, de liquidações e de recebimentos das demonstrações orçamentais individuais das entidades pertencentes ao perímetro de consolidação e na posterior eliminação, tendo em consideração as entidades dependentes de cada um dos níveis de consolidação, dos saldos resultantes de obrigações e liquidações recíprocas por natureza, assim como dos saldos de pagamentos e recebimentos de operações internas por natureza.

As entidades do perímetro de consolidação aplicam o SNC empresarial, e não possuem contabilidade orçamental nos termos do definido na NCP 26 do SNC-AP, nem em termos similares, pelo que em termos de consolidação orçamental não é possível preparar uma consolidação minimamente eficaz com as mesmas, pelo que não serão incluídas no perímetro de consolidação orçamental.

#### Perímetro de Consolidação de Natureza Financeira

De acordo com o artigo 75º da supracitada Lei nº73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, é de concluir que, das entidades que compõem o grupo autárquico do Município de Pedrógão Grande, para além do próprio Município (enquanto entidade-mãe ou entidade consolidante), apenas as entidades designadas de “Empresas Locais”, em consonância com o disposto no artigo 19º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, integram o perímetro de consolidação, a saber:



Quadro 2 –Perímetro de Consolidação de Natureza Financeira, 2021

A APIN, em 2021, não consta na listagem de 2021 entidades do setor institucional das administrações públicas (atualizada em março de 2022) emitida pelo Instituto Nacional de Estatística (adiante também INE) (fonte [Portal do INE](#).)

Assim, exclui-se a APIN do perímetro de consolidação orçamental, pelo que o perímetro orçamental se limita ao próprio Município, sendo replicadas nestas contas consolidadas as demonstrações orçamentais individuais do Município.



Braga  
Júlio  
A. L. S. 2021

## 1.5 Entidades Excluídas da Consolidação

Por não preencherem os requisitos previstos na lei, o Município está dispensado de incluir no perímetro de consolidação, as entidades que integram o quadro abaixo apresentado.

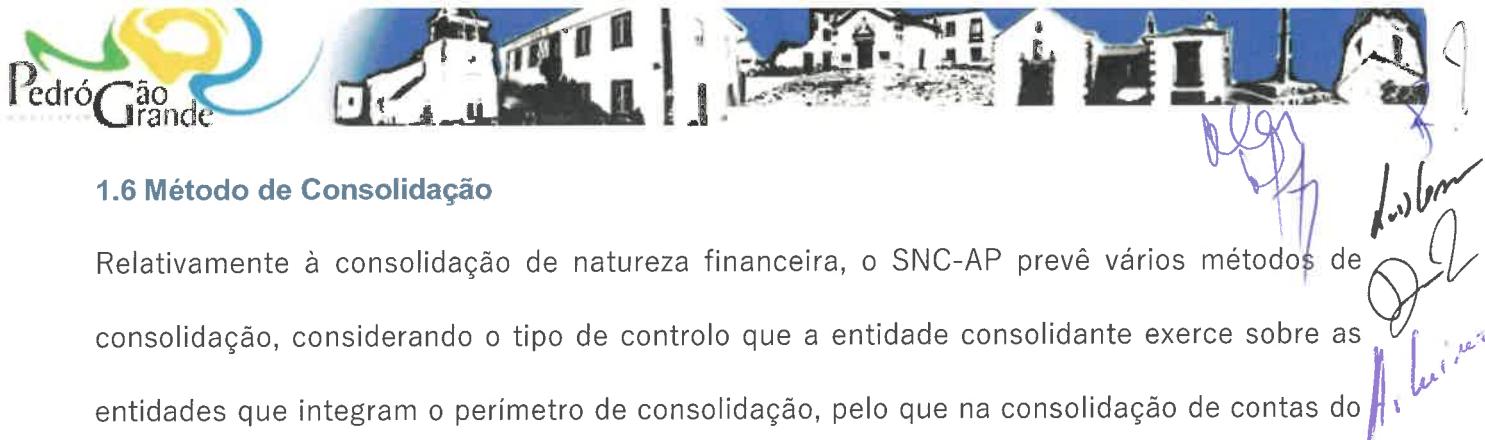
Denominação	NIPC	Natureza da entidade	Forma Jurídica	Participação do Município %	Resultado Líquido do Exercício de 2021 (€)	Contribuição para Dívida Total do Município - 31/12/2021
Águas do Vale do Rejo, S.A.	513606130	Societaria	Outro Societária	0,29	3 131 675,00 €	0,00
ERSUC- Resíduos Sólidos do Centro, S.A.	503004405	Societaria	Outro Societária	0,21	142 727,00 €	74 240,51
PETROENSINO- Ensino e Formação Profissional, Lda	504505890	Societaria	Outro Societária	48,3	-385 480,79 €	825 959,26
CESAB - Centro de Serviços do Ambiente	502883308	Não Societaria	Outro Não Societária	2,89	21 279,75 €	12 857,80
MATREZE- Matadouro Regional do Zêzere, S.A.	501491821	Societaria	Outro Societária	2,91	-	-
FAM - Fundo de Apoio Municipal	513319182	Outros - Fundo	Fundo	0,05	-	-
ANMP-Associação Nacional de Municípios Portugueses	501627413	Não Societaria	Associação de Municípios Fins Específicos	0,28	373 688,05 €	0,00
APMCH - Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico	502131047	Não Societaria	Associação de Municípios Fins Específicos	0,06	71 018,05 €	8,69
AMREN2 - Associação de Municípios da Rota da Estrada Nacional 2	514051744	Não Societaria	Associação de Municípios Fins Específicos	0,037	26 672,99 €	0,00
CIMRL - Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria	508035546	Não Societaria	Associação de Municípios Fins Múltiplos	10	Contas não rececionadas	-
AREAC - Agência Regional de Energia e Ambiente do Centro	513118357	Não Societaria	Outro Não Societária	0,037	5 126,91 €	0,00

Quadro 3 –Entidades Excluídas da Consolidação, 2021

No caso da ANMP, APMCH, Associação de Municípios da Rota da Estrada Nacional 2 e CIMRL, uma vez que são Entidades Associativas Municipais e Intermunicipais, são entidades consolidantes ao abrigo do n.º 2 do Art. 75.º da Lei 73/2013 de 3/9.

A Petroensino, ERSUC, CESAB são Entidades participadas, onde o Município não exerce poder de controlo, não sendo consideradas, por força do previsto nos n.ºs 3, 4 e 5 do Art. 75.º da Lei 73/2013 de 3 de setembro.

O Fundo de Apoio Municipal (FAM) é detido em 50% pelo governo central (o restante é detido por Municípios), no entanto, quer pela reduzida percentagem de participação, mas acima de tudo pelo facto de ser detido em 50% pela administração central, torna o mesmo equivalente a uma entidade do Sector Empresarial do Estado, relevando a eventual dívida a nível central e não local (Municípios).



## 1.6 Método de Consolidação

Relativamente à consolidação de natureza financeira, o SNC-AP prevê vários métodos de consolidação, considerando o tipo de controlo que a entidade consolidante exerce sobre as entidades que integram o perímetro de consolidação, pelo que na consolidação de contas do Município, foi adotado o Método da Equivalência Patrimonial (adiante também MEP), também designado como método simplificado de consolidação, por via do disposto na NCP 22 e normas conexas em conjugação com o disposto no n.º 6 e 8 do Art.º 75.º da Lei 73/2013 de 3 de setembro.

Este método de contabilização dos investimentos financeiros, caracteriza-se por a todo o momento, a conta 41 refletir a real conjuntura da situação líquida da empresa detida, ou seja, consiste na substituição no balanço da entidade consolidante, do valor contabilístico das partes de capital por ela detida, pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios da entidade participada.

A situação referida não se verificará quando a situação líquida da participada seja negativa, situação em que a conta 41 refletirá valor nulo (0,00€). A existência de uma situação líquida negativa será, pelo menos na larga maioria dos casos, originada em resultados líquidos negativos, de um ou mais períodos. Nestes casos se existir a obrigação de cobertura de prejuízos (princípio do equilíbrio financeiro, artigo 40.º, Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto), o que tendencialmente se verificará na maioria das participações detidas, e na parte que não for possível cobrir com a aplicação do MEP após a respetiva conta 41 atingir valor de 0,00€ será constituída provisão do montante remanescente.

Após a realização da transferência financeira, por parte da detentora da participação, no ano seguinte a provisão será utilizada e o remanescente resultará na reposição, total ou parcial, do valor da 41 da entidade atendendo a que também o registo dessas transferências na participada fará aumentar a sua situação líquida.



De acordo com o §14 da NCP1, bem como conforme instruções sobre a matéria, nomeadamente instrução n.º 1/2019 do Tribunal de Contas, aprovadas em Plenário geral de 13 de fevereiro de 2019, publicadas no Diário da República, 2.ª série – N.º 46 e de 6 de março de 2019, as demonstrações financeiras consolidadas são:

- Balanço consolidado;
- Demonstração dos resultados consolidada, por natureza;
- Demonstração das alterações no património líquido consolidada;
- Mapa de fluxos de caixa consolidado;
- Anexo às demonstrações financeiras consolidado (notas compreendendo um resumo das políticas contabilísticas significativas e outras notas explicativas).

Importa referir que sendo o método de consolidação o MEP, o qual não inclui a integração de valores de balancete nas demonstrações financeiras da consolidante, em especial dos montantes de caixa, depósitos e seus equivalentes, tal inviabiliza a preparação da demonstração de fluxos de caixa consolidados.

A NCP26, prevê ainda que a nível da consolidação orçamental sejam preparados os seguintes elementos:

- Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental;
- Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza;

Como já referido, a entidade a consolidar, a APIN, segundo o publicado no site do INE na listagem publicada em março 2022 não se encontra incluída na mesma. Acresce que além desse facto a entidade aplica o SNC “empresarial”. Para se poder proceder à consolidação orçamental, de uma forma minimamente eficaz, é necessário que a entidade a consolidar possua contabilidade orçamental nos termos da NCP 26, ou

pelo menos muito similar, completa e aprovada. Pelo que não sendo este o caso da APIN a mesma não será incluída em termos de perímetro de consolidação orçamental.

Desta forma não existe qualquer entidade, além do Município, a incluir em perímetro de consolidação orçamental, pelo que não haverá qualquer elemento a preparar em termos de consolidação.

À semelhança da prática já seguida na prestação de contas de exercícios anteriores e por força do disposto no n.º 3 do artigo 76.º da lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, constituem igualmente o Relatório de Gestão consolidado, o comprovativo da certificação legal de contas e respetivo parecer do Revisor Oficial de Contas do Município de Pedrógão Grande.

A análise apresentada relativamente à situação económica e financeira das entidades constituintes do perímetro de consolidação foi elaborada recorrendo apenas aos dados de 2021, sendo alvo de análise o Balanço Consolidado e a Demonstração dos Resultados por natureza Consolidada, através de um conjunto de indicadores económico financeiros

### 1.7.1 Indicadores Económico-Financeiros

Os seguintes rácios estabelecem relações entre contas e agrupamentos de contas das demonstrações financeiras, balanço e demonstração dos resultados, para quantificar factos, detetar anomalias e fazer comparações no tempo.

Indicador	Nome indicador	Formula	Ano 2021	Ano 2020	Explicação indicador
Liquidez	Liquidez Geral	Ativo corrente/Passivo corrente	4,23	3,20	Compara a capacidade que o Município tem para fazer face às suas responsabilidades de curto prazo
	Liquidez Reduzida	(Ativo corrente - Inventários)/Passivo corrente	4,15	3,14	Mostra qual a capacidade do Município solver os seus compromissos de curto prazo, com a totalidade do ativo corrente excepto os inventários.
	Liquidez Imediata	Disponibilidades/Passivo Corrente	3,29	1,57	Reflete a percentagem das dívidas de curto prazo (passivo corrente) que pode ser saldada imediatamente pelo Município, através das suas disponibilidades de caixa.
Rentabilidade	Rentabilidade do Património Líquido RPL	(Resultados Liquidos/Património Líquido)*100	-2,21292435	-0,47337534	Indicador financeiro percentual que se refere à capacidade do Município em agregar valor a si mesmo utilizando os seus próprios recursos.
	Rentabilidade Operacional do Ativo	(Resultados Operacionais/Ativo)*100	2,104009667	3,748420835	capacidade dos ativos do Município em gerar resultados, desta forma, procura avaliar a eficiência e capacidade de gestão dos ativos detidos em termos de produção de resultados financeiros.
Atividade	Grau de Rotação do Ativo	Volume de Negocios/Ativo	0,27%	0,27%	Rácio de atividade que procura medir o grau de eficiência com que o Município está a utilizar os seus ativos. Quanto maior o valor do racio, maior a eficiência com que o Município está a gerar vendas e prestações de serviços.
Estrutura Financeira	Autonomia Financeira	Património Líquido/Ativo	0,90	0,89	Expressa a participação dos fundos próprios no financiamento do Município, pode-se dizer que um valor inferior a 1/3 significa dependência excessiva de financiamento, por outro lado valores superiores a 1/3 representam um bom grau de autonomia financeira.
	Solvabilidade	Património Líquido/Passivo	8,53	8,31	Apresenta a capacidade de solvência de dívidas. Um valor superior a 1 significa que o património do Município é suficiente para cobrir todas as suas dívidas, por outro lado um valor inferior a 1 significa que aquele não tem meios próprios para satisfazer toda a sua dívida.
	Endividamento	Passivo/Ativo	0,10	0,11	Mede a dimensão da dívida total do Município em comparação com o seu ativo

Quadro 4 –Indicadores Económico-Financeiros, 2021

No quadro acima, verifica-se que a Liquidez Geral aumentou de 2020 para 2021. A liquidez imediata da autarquia, ou seja, os valores em caixa e depósitos seriam suficientes à data do balanço para liquidar 3,29 vezes as dívidas de curto prazo.

A Rentabilidade do Património Líquido (RPL), medida pela divisão do resultado líquido do exercício pelo património líquido, diminuiu de 2020 para 2021. A Rentabilidade Operacional do Ativo (ROA), medida pela divisão dos resultados operacionais pelo ativo, também diminuiu de 2020 para 2021.

Relativamente aos indicadores da Estrutura Financeira, começando pela Autonomia Financeira, medida pela divisão do património líquido pelo ativo, aumentou ligeiramente de 2020 (0,89) para 2021 (0,90). Este rácio permite verificar a solidez financeira de uma organização, assumindo valores entre 0 e 1. Esta relação pode assumir valores negativos, no caso da entidade apresentar património líquido negativo. Quanto mais próximo de 1 maior a solidez financeira da entidade, pelo que o valor obtido no ano 2021 indica uma solidez financeira razoavelmente boa do Município.

A Solvabilidade, medida pela divisão do património líquido pelo passivo, aumentou de 2020 para 2021. O rácio de solvabilidade traduz a capacidade de uma entidade em pagar os seus compromissos, sendo que o Município de Pedrógão Grande tem um excelente rácio de solvabilidade em ambos os anos, pois apresenta valores superiores à unidade.

O rácio do Endividamento, medido pela divisão do passivo pelo ativo, diminuiu de 2020 para 2021.

### **1.7.2 Demonstrações Financeiras Consolidadas**

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para entidade.



### 1.7.3 Comparabilidade

No ano da transição para SNC-AP (2020), não existindo a obrigação de reexpressar o comparativo das demonstrações financeiras de acordo com o SNC-AP, fez com que a comparabilidade no ano da transição fosse perdida, sendo a mesma agora retomada com as demonstrações financeiras no ano de 2021.



Resen  
Yp  
Jardim  
D  
Acuino

## II. BALANÇO CONSOLIDADO



Off Air  
asian  
JL  
A. Lemos

## 2.1 Análise do Balanço Consolidado

O Balanço Consolidado reflete a situação económico-financeira do grupo autárquico à data de encerramento do exercício de 2021, dando a conhecer os Ativos do Grupo, constituído pelos bens e direitos que representam a aplicação de fundos, e por outro, o Passivo e Capital Próprio do Grupo que representam a estrutura financeira, ou seja, a origem de fundos.

O Balanço Consolidado, a 31 de dezembro de 2021, apresenta um total de 33.565.721,26€ e um total de fundos próprios de 30.024.463,69€, incluindo um resultado consolidado líquido do exercício negativo de 685.138,29€.



*PP Rec*

*do lar*  
*DJ*  
*H. Lobo*

Balanço consolidado em:		31/dez/21	Unidade Monetária €		
Rúbricas	Notas		Datas		
			31/12/2021	31/12/2020	
<b>ATIVO</b>					
<b>Ativo não corrente</b>					
Ativos fixos tangíveis		27 894 090,65	27 797 219,15		
Propriedades de investimento		51 001,38	6 084,23		
Ativos intangíveis		1 258 239,81	1 661 974,97		
Ativos biológicos					
Participações financeiras					
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis					
Acionistas/sócios/associados					
Diferimentos					
Outros ativos financeiros					
Ativos por impostos diferidos					
Clientes, contribuintes e utentes					
Outras contas a receber					
		29 203 331,84	29 465 278,35		
<b>Ativo corrente</b>					
Inventários		77 735,34	66 978,89		
Ativos biológicos		45 875,40	637 197,04		
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		8 699,37	15 878,91		
Devedores por empréstimos donificados e subsídios reembolsáveis		66 760,63	66 979,31		
Clientes, contribuintes e utentes		747 916,84	897 014,42		
Estado e outros entes públicos		22 269,55	20 670,64		
Acionistas/sócios/associados					
Outras contas a receber					
Diferimentos					
Ativos financeiros detidos para negociação					
Outros ativos financeiros					
Ativos não correntes detidos para venda					
Caixas e depósitos					
		3 393 132,29	1 634 109,40		
		4 362 389,42	3 338 828,61		
<b>Total do Ativo</b>		33 565 721,26	32 804 106,96		
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>					
Património/Capital		32 387 951,36	32 387 951,36		
Ações (quotas) próprias					
Outros instrumentos de capital próprio					
Prémios de emissão					
Reservas		1 521 557,43	1 521 557,43		
Resultados transitados		-11 451 625,19	-11 488 902,62		
Ajustamentos em ativos financeiros		596 667,84	725 705,28		
Excedentes de revalorização					
Outras variações no Património Líquido		7 655 050,54	6 274 392,12		
		30 709 601,98	29 420 703,57		
Resultado líquido do período			-685 138,29	-138 614,19	
Dividendos antecipados					
Interesses que não controlam					
		30 024 463,69	29 282 089,38		
<b>Total do Património Líquido</b>					
<b>Passivo</b>					
<b>Passivo não corrente</b>					
Provisões		447 146,11	154 083,60		
Financiamentos obtidos		2 053 305,48	2 324 607,86		
Fornecedores de investimentos					
Responsabilidades por benefícios pós-emprego					
Diferimentos		7 792,00			
Passivos por impostos diferidos					
Fornecedores		686,66			
Outras contas a pagar		2 508 930,25	2 478 691,46		
<b>Passivo corrente</b>					
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos					
Fornecedores		118 723,73	123 639,49		
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		56 438,43	23 192,48		
Estado e outros entes públicos		271 101,54	234 898,55		
Acionistas/sócios/associados		5 102,33	12 466,47		
Financiamentos obtidos		565 152,66	633 341,49		
Fornecedores de investimentos		15 808,63	15 787,64		
Outras contas a pagar					
Diferimentos					
Passivos financeiros detidos para negociação					
Outros passivos financeiros					
		1 032 327,32	1 043 326,12		
		3 541 257,57	3 522 017,58		
<b>Total do Passivo</b>		33 565 721,26	32 804 106,96		
<b>Total do capital próprio e do Passivo</b>					



Reen  
Dj  
Luis  
DR  
A. Lemos

### III. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO - CONSOLIDADO



*Alvaro  
Silva  
JL  
M. Lopes*

### 3.1 Demonstração das Alterações no Património Líquido - Consolidado

As alterações ocorridas no património líquido consolidado constantes do mapa seguinte tiveram todas como origem a aplicação do método da equivalência patrimonial e correspondem a:

- ✓ Conta 57 - Ajustamentos em ativos financeiros no total de 20.223,38€ credores;
- ✓ Conta 561 – Registo em resultados transitados do impacto dos resultados líquidos de anos anteriores da APIN que totaliza 7.374,12€ credores;
- ✓ Transferência entre as provisões dos exercícios e gastos em entidades controladas por aplicação do MEP, no montante de 88.537,50€, tratando-se de uma transferência de gastos entre contas de gastos, o seu efeito na rubrica do resultado do período acaba por compensar-se, ou seja, tem efeito nulo;
- ✓ Reflexo no Resultado Líquido do Período do reforço da Provisão constituída para cobertura de prejuízos, no montante de 20.271,04€, derivado do facto da cobertura de prejuízos ter por base o Resultado Antes de Imposto.



**Consolidação do Município de Pedro Gão Grande**  
Demonstração Consolidada das alterações no património líquido, em 31 de dezembro de 2021

Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade-mãe											Valores em euros		
Descrição	Notas	Capital/ Património realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Reservas decorrentes da transferência de ativos	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no património líquido	Total	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
<b>Posição no Início do Período</b>	1	32 387 951,36		1 521 557,43			-11 484 213,23	560 283,44	6 274 392,12	-150 650,70	29 129 320,42		29 129 320,42
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Primeria adopção de novo referencial contabilístico													
Alterações de políticas contabilísticas													
Diferenças da conversão de demonstrações financeiras													
Realização do excedente de revalorização de activos													
Excedente de revalorização e respetivas variações													
Transferências e subsídios de capital													
Correção de erros materiais													
Outras alterações reconhecidas no património líquido													
<b>2</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>25 213,92</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>13 806 558,42</b>	<b>1 380 658,42</b>	<b>1 380 658,42</b>	<b>0,00</b>	<b>1 380 658,42</b>	<b>1 380 658,42</b>
<b>Subtotal do Período</b>	<b>3</b>												
<b>Resultado Integral</b>	<b>4 = 2 + 3</b>												
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES CAPITAL PERÍODO</b>													
Realizações de capital/património													
Entradas para cobertura de perdas													
Outras operações													
<b>Subtotal sem movimentos consolidados</b>	<b>6 = 1 + 2 + 3 + 4 + 5</b>	<b>32 387 951,36</b>	<b>0,00</b>	<b>1 521 557,43</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-11 458 999,31</b>	<b>576 444,46</b>	<b>0,00</b>	<b>7 655 050,54</b>	<b>-664 867,25</b>	<b>0,00</b>	<b>-664 867,25</b>
<b>MOVIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO</b>	<b>7</b>												
<b>Posição no Fim do Período</b>	<b>8 = 6 + 7</b>	<b>32 387 951,36</b>	<b>0,00</b>	<b>1 521 557,43</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-11 451 625,19</b>	<b>596 667,84</b>	<b>0,00</b>	<b>7 655 050,54</b>	<b>-685 138,29</b>	<b>0,00</b>	<b>30 024 463,69</b>

*Alvaro*  
*Karen*  
*João*  
*António*



Alley  
M. J.  
J. Wilson  
D.J.  
Adriano

#### IV. DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS CONSOLIDADOS



*MPF OBR  
Z.  
D.  
Arteficio*

#### 4.1 Análise da Demonstração de Resultados Consolidada

Com a entrada do novo normativo SNC-AP, na apresentação da Demonstração de Resultados deixou de existir a distinção entre proveitos e ganhos com custos e perdas, a nível operacional, financeiros, correntes e extraordinários. Passando a ser apresentado através de rendimentos e gastos permitindo calcular os resultados antes de depreciações e de gastos de financiamento, operacional, antes de impostos e líquido do período.

A demonstração de Resultados permite assim observar a atividade do grupo autárquico do Município de Pedrógão Grande, durante o período em análise, evidenciando de maneira a permitir uma rápida constatação do montante e da forma como foi gerado o resultado obtido no exercício.



*Há Vila*  
*Visitar*  
*Abril*

Demonstração consolidada dos resultados por natureza

Período findo em: 31/dez/21

Unidade Monetária €

Rendimentos e Gastos	Notas	Períodos	
		31/12/2021	31/12/2020
Impostos, contribuições e taxas		754 180,15	793 691,82
Vendas		8 257,54	545,28
Prestações de serviços e concessões		81 345,33	86 443,09
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos		-274 724,72	-52 004,18
Transferências e subsídios correntes obtidos		4 044 991,53	3 903 592,51
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-128 030,76	-137 525,65
Fornecimentos e serviços externos		-1 418 415,05	-1 518 659,88
Gastos com o pessoal		-2 372 576,22	-2 160 536,55
Transferências e subsídios concedidos		-454 035,68	-514 576,47
Prestações sociais			
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-9 611,81	-8 246,85
Provisões (aumentos/reduções)		-293 062,51	-68 742,32
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos		883 477,59	984 613,24
Outros gastos		-135 840,41	-78 958,06
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento</b>		<b>685 954,98</b>	<b>1 229 635,98</b>
Gastos/reversões de depreciações e amortização		-1 363 458,24	-1 357 912,40
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)</b>		<b>-677 503,26</b>	<b>-128 276,42</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		2 210,20	1 025,20
Juros e gastos similares suportados		-9 845,23	-11 362,97
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>-685 138,29</b>	<b>-138 614,19</b>
Imposto sobre o rendimento			
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>-685 138,29</b>	<b>-138 614,19</b>
<b>Resultado líquido do período atribuível a:</b>			
Detentores do capital da entidade-mãe			
Interesses que não controlam			
		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>



Dey  
Dilia  
JL  
A. Lurino

## V. FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS



Alley  
D. J. /.../a  
A. L. 14/09

## 5.1 Notas ao Mapa dos Fluxos de Caixa Consolidados

O mapa de fluxos de caixa discrimina os recebimentos e pagamentos associados á execução do orçamento, desagregados de acordo com a classificação económica corrente e capital, evidencia ainda os saldos da gerência anterior e para a gerência seguinte.

A utilização exclusiva na consolidação, do Método da Equivalência Patrimonial, em termos práticos inviabiliza a preparação do mapa dos Fluxos de Caixa Consolidados de operações orçamentais, isto porque, o referido método não implica a soma/agregação efetiva de balancetes das entidades.

O valor da Caixa e seus equivalentes no fim do período encontra-se detalhado na Nota 1 do Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Na nota 24 do Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas apresenta-se informação dos movimentos monetários, ou equiparados entre o Município e a APIN.



Oleg  
Júlio  
Aline

## VI. DEMONSTRAÇÃO EXECUÇÃO RECEITA

(Do Município)  
Por Classificação Económica  
Por Rúbrica

# Município de Pedrogão Grande

## Demonstração de Execução Orçamental da Receita

Ano: 2021

(designação da autarquia local)

Rúbrica	Descrição	Previsões corrigidas	Rec. p/ cobrar per. anteriores	Receitas líquidas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e Restituições Emitidos	Pagos	Periodos anteriores	Periodo corrente	Total	Rec. p/ cobrar final do período	Grau exec. orçamental Períodos anteriores	Período corrente	
<b>Receita corrente</b>															
R011	Impostos diretos	715 000,00	0,00	716 933,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	716 933,03	0,00	0,00	100,270	
R012	Impostos indiretos	80,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R03	Taxas, multas e outras penalidades	40 750,00	-77,35	34 055,61	0,00	34 055,61	0,00	0,00	34 055,61	0,00	34 055,61	-77,35	0,00	83,572	
R04	Reembolhos de propriedade	378 260,00	0,00	376 078,32	0,00	299 926,74	0,00	0,00	299 926,74	0,00	299 926,74	76 151,58	0,00	79,713	
R05111	Administração Central - Estado Português	4 060 868,00	0,00	4 016 356,61	0,00	4 016 356,61	0,00	0,00	4 016 356,61	0,00	4 016 356,61	0,00	0,00	98,904	
R05112	Administração Central - Outras entidades	54 513,00	0,00	19 025,72	0,00	19 025,72	0,00	0,00	19 025,72	0,00	19 025,72	0,00	0,00	34,901	
R0513	Outras	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R06	Venda de bens e serviços	181 113,00	83 781,38	92 312,28	3 121,98	86 698,03	0,00	0,00	4 446,52	82 251,51	86 698,03	86 213,65	2 455	45,414	
R07	Outras receitas correntes	20 841,00	0,00	144 707,40	129 629,65	15 077,75	0,00	0,00	0,00	15 077,75	0,00	0,00	0,00	72,347	
<b>Receita de capital</b>															
R08	Venda de bens de investimento	50,00	0,00	15 500,00	0,00	15 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15 500,00	0,00	0,00	31 000,000	
R09111	Administração Central - Estado Português	2 402 092,00	0,00	2 459 595,90	0,00	2 459 595,90	0,00	0,00	2 459 595,90	0,00	2 459 595,90	0,00	0,00	102,394	
R09112	Administração Central - Outras entidades	353 995,00	0,00	8 222,26	0,00	8 222,26	0,00	0,00	8 222,26	0,00	8 222,26	0,00	0,00	2,323	
R0913	Outras	188 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R10	Outras receitas de capital	22 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R13	Receita com passivos financeiros	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>Outras receitas</b>															
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	8 749,00	0,00	2 744,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 744,39	0,00	0,00	31,368	
R14	Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	1 337 368,57	0,00	1 337 368,57	0,00	1 337 368,57	0,00	0,00	1 337 368,57	0,00	1 337 368,57	0,00	0,00	100,000	
Total		9 762 690,57	83 704,03	5 389 468,97	132 811,63	5 188 073,49	0,00	4 446,52	5 183 626,97	5 188 073,49	162 287,88	0,082	95,122		
			2 967 138,00	0,00	2 483 318,16	0,00	2 483 318,16	0,00	2 483 318,16	0,00	2 483 318,16	0,00	0,00	83,694	
			1 346 117,57	0,00	1 340 112,96	0,00	1 340 112,96	0,00	1 340 112,96	0,00	1 340 112,96	0,00	0,00	99,554	
			Total	9 762 690,57	83 704,03	9 222 900,09	132 811,63	9 011 504,61	0,00	4 446,52	9 007 058,09	9 011 504,61	162 287,88	0,046	92,260

### ORGÃO EXECUTIVO

Em 30 de Junho de 2021  
Município de Pedrogão Grande  
Assinatura do Presidente

### ORGÃO DELIBERATIVO

Em 30 de Junho de 2021  
Município de Pedrogão Grande  
Assinatura do Presidente

# Município de Pedrogão Grande

## Demonstração de Execução Orçamental da Receita

(designação da autarquia local)

Euros

Ano: 2021

Rúbrica	Descrição	Previsões corrigidas	Rec. p/ cobrar per. anteriores	Receitas cobradas líquidas				Periodo corrente	Total	Rec. p/ cobrar final do período	Grau exec. orçamental
				Recebidas	Liquidações anuladas	Reembolsos e Restituições	Emitidos				
Receita corrente											
01	Impostos directos	715 000,00	0,00	716 933,03	0,00	0,00	716 933,03	0,00	0,00	0,00	100,270
0102	Outros	715 000,00	0,00	716 933,03	0,00	0,00	716 933,03	0,00	0,00	0,00	100,270
010202	Imposto municipal sobre imóveis	375 000,00	0,00	365 759,47	0,00	0,00	365 759,47	0,00	0,00	0,00	97,536
010203	Imposto único de circulação	90 000,00	0,00	94 601,22	0,00	0,00	94 601,22	0,00	0,00	0,00	105,112
010204	Imposto municipal sobre transm. onerosas imóveis	175 000,00	0,00	192 092,95	0,00	0,00	192 092,95	0,00	0,00	0,00	109,767
010205	Derrama	75 000,00	0,00	64 479,39	0,00	0,00	64 479,39	0,00	0,00	0,00	85,973
02	Impostos indirectos	80,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0202	Outros	80,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
020206	Impostos indirectos específicos das autarq.locais	80,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02020601	Merados e feiras	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02020602	Loteamentos e obras	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02020603	Ocupação da via pública	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02020605	Publicidade	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02020606	Sanearamento	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02020699	Outros	30,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0202069901	Taxa municipal de direitos de passagem	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0202069902	Taxa de depósito da ficha técnica da habitação	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0202069999	Outros	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04	Taxas, multas e outras penalidades	40 750,00	-77,35	34 055,61	0,00	0,00	34 055,61	0,00	0,00	-77,35	0,00
0401	Taxas	37 390,00	0,00	31 462,49	0,00	0,00	31 462,49	0,00	0,00	0,00	83,572
040123	Taxas específicas das autarquias locais	37 390,00	0,00	31 462,49	0,00	0,00	31 462,49	0,00	0,00	0,00	84,147
04012301	Merados e feiras	5 000,00	0,00	111,97	0,00	0,00	111,97	0,00	0,00	0,00	84,147
04012302	Loteamentos e obras	22 500,00	0,00	20 735,75	0,00	0,00	20 735,75	0,00	0,00	0,00	2,239
04012303	Ocupação da via pública	350,00	0,00	235,50	0,00	0,00	235,50	0,00	0,00	0,00	92,159
04012304	Caníndios	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	67,286
04012305	Caça, uso e porte de arma	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04012399	Outras	9 520,00	0,00	10 379,27	0,00	0,00	10 379,27	0,00	0,00	0,00	109,026
0401239901	Taxa de depósito da ficha técnica da habitação	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0401239902	Taxa pela emissão do certificado de registo	1 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0401239906	Taxa Municipal de Direitos de Passagem	8 500,00	0,00	10 379,27	0,00	0,00	10 379,27	0,00	0,00	0,00	122,109
0401239999	Outras	3 360,00	-77,35	2 563,12	0,00	0,00	2 563,12	0,00	0,00	-77,35	0,00
0402	Multas e outras penalidades	2 250,00	-77,35	2 367,80	0,00	0,00	2 367,80	0,00	0,00	-77,35	0,00
040201	Juros de mora	750,00	0,00	225,32	0,00	0,00	225,32	0,00	0,00	0,00	105,236
040202	Juros compensatórios	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30,043
040204	Coimas e penalidades por contra-ordenações	350,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
040299	Multas e penalidades diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

# Município de Pedrogão Grande

## Demonstração de Execução Orçamental da Receita

(designação da autarquia / local)

Euros

Ano: 2021

Rúbrica	Descrição	Previsões corrigidas	Rec. p/ cobrar per. anteriores	Receitas cobradas líquidas			Periodos anteriores	Período corrente	Total	Rec. p/ cobrar final do período	Grau exec. orçamental
				Reembolsos e Restituições	Emitidos	Pagos					
<b>Receita corrente</b>											
04029901	Taxas de relaxe	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04029999	Outras	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05	Rendimentos da propriedade	376 260,00	0,00	376 078,32	0,00	299 926,74	0,00	299 926,74	299 926,74	76 151,58	0,00
0502	Juros-Sociedades financeiras	250,00	0,00	10,20	0,00	10,20	0,00	0,00	10,20	10,20	0,00
050201	Bancos e outras instituições financeiras	250,00	0,00	10,20	0,00	10,20	0,00	0,00	10,20	10,20	0,00
0507	Dividend/partic.lucros socied.quase-soc.nãofinanc.	1 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
050701	Empresas públicas	1 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0509	Participações nos lucros de administ. públicas	10,00	0,00	5 435,14	0,00	5 435,14	0,00	0,00	5 435,14	5 435,14	0,00
050999	Outras	10,00	0,00	5 435,14	0,00	5 435,14	0,00	0,00	5 435,14	5 435,14	0,00
0510	Rendas	375 000,00	0,00	370 632,98	0,00	294 481,40	0,00	0,00	294 481,40	294 481,40	76 151,58
051005	Bens de domínio público	275 000,00	0,00	287 970,66	0,00	211 819,08	0,00	0,00	211 819,08	211 819,08	76 151,58
051099	Outros	100 000,00	0,00	82 662,32	0,00	82 662,32	0,00	0,00	82 662,32	82 662,32	0,00
06	Transferências correntes	4 115 391,00	0,00	4 035 382,33	0,00	4 035 382,33	0,00	0,00	4 035 382,33	4 035 382,33	0,00
0601	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	98,056
060102	Privadas	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0603	Administração central	4 115 381,00	0,00	4 035 382,33	0,00	4 035 382,33	0,00	0,00	4 035 382,33	4 035 382,33	0,00
060301	Estado	4 059 838,00	0,00	4 016 356,61	0,00	4 016 356,61	0,00	0,00	4 016 356,61	4 016 356,61	0,00
06030101	Fundo de Equilíbrio Financeiro	3 843 492,00	0,00	3 843 492,00	0,00	3 843 492,00	0,00	0,00	3 843 492,00	3 843 492,00	0,00
06030102	Fundo Social Municipal	69 626,00	0,00	69 626,00	0,00	69 626,00	0,00	0,00	69 626,00	69 626,00	0,00
06030105	Art.º 38º, n.º 8, da Lei n.º 73/2013	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,000
06030106	Transferência de Competências - Lei n.º 50/2018	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06030107	Participação no IVA - Art.º 26.º A da Lei n.º 73/2013	59 718,00	0,00	59 718,12	0,00	59 718,12	0,00	0,00	59 718,12	59 718,12	0,00
06030199	Outras	87 000,00	0,00	43 520,49	0,00	43 520,49	0,00	0,00	43 520,49	43 520,49	0,00
0603019901	DGEIE	30 000,00	0,00	30 234,21	0,00	30 234,21	0,00	0,00	30 234,21	30 234,21	0,00
0603019902	Fundo Emergência Municipal	25 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,781
0603019904	IEFP - Instituto Emprego Formação Profissional	15 000,00	0,00	7 361,52	0,00	7 361,52	0,00	0,00	7 361,52	7 361,52	0,00
0603019999	Outros	17 000,00	0,00	5 924,76	0,00	5 924,76	0,00	0,00	5 924,76	5 924,76	0,00
060306	Estado-Particip.comunit.projects co-financiados	1 030,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34,852
06030601	FSE	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06030602	FEDER	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06030603	FEADER	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06030604	Outros	1 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
060307	Serviços e fundos autónomos	54 503,00	0,00	19 025,72	0,00	19 025,72	0,00	0,00	19 025,72	19 025,72	0,00
06030701	Transferência de Competências - Lei n.º 50/2018	1,00	0,00	5 924,76	0,00	5 924,76	0,00	0,00	5 924,76	5 924,76	0,00
06030704	Fundo Ambiental	1,00	0,00	7 792,00	0,00	7 792,00	0,00	0,00	7 792,00	7 792,00	0,00
06030705	Turismo de Portugal	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

# Demonstração de Execução Orçamental da Receita

## Município de Pedrogão Grande

Ano: 2021

(designação da autarquia local)

Rúbrica	Descrição	Previsões corrigidas	Rec. p/ cobrar per. anteriores	Receitas liquidadas		Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e Restituições		Periodos anteriores	Periodo corrente	Total	Rec. p/ cobrar final do período	Grau exec. orçamental	Períodos anteriores	Período corrente		
				Emitidos	Pagos													
<b>Receita corrente</b>																		
06030706	IDS - Protocolo Cooperação-Despacho Conjunto 562/01	12 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
06030799	Outros	42 500,00	0,00	5 308,96	0,00	5 308,96	0,00	0,00	0,00	0,00	5 308,96	5 308,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.492
0603099	Serv.fund.autón.-Subsist.prot.famili.polit.act.EFP	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07	Venda de bens e serviços correntes	181 113,00	83 781,38	92 312,28	3 181,98	86 698,03	0,00	4 446,52	82 251,51	86 698,03	86 213,65	2.455	2.455	2.455	2.455	2.455	45.414	
0701	Venda de bens	26 325,00	23 517,01	8 586,00	0,00	8 586,00	0,00	0,00	0,00	8 586,00	8 586,00	23 517,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32.615
070101	Material de escritório	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
070102	Livros e documentação técnica	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
070103	Publicações e impressos	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
070105	Bens inutilizados	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
070106	Produtos agrícolas e pecuários	2 750,00	0,00	8 586,00	0,00	8 586,00	0,00	0,00	0,00	8 586,00	8 586,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	312.218
070108	Mercadorias	23 525,00	23 517,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07010802	Água	23 525,00	23 517,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
070199	Outros	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0702	Serviços	105 288,00	23 945,53	58 049,09	115,00	57 476,59	0,00	0,00	127,50	57 349,09	57 476,59	24 403,03	0,121	54.469	54.469	54.469	54.469	54.469
070201	Aluguer de espaços e equipamentos	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
070203	Visitas e ensaios	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
070207	Alimentação e alojamento	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
070208	Serviços, recreativos, culturais e de desporto	20 785,00	492,50	15 758,80	115,00	15 186,30	0,00	0,00	127,50	15 058,80	15 186,30	950,00	950,00	0,613	0,613	0,613	0,613	72.450
07020801	Serviços sociais	3 415,00	492,50	2 762,00	115,00	2 189,50	0,00	0,00	127,50	2 062,00	2 189,50	950,00	950,00	3.734	3.734	3.734	3.734	60.381
07020802	Serviços recreativos	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
070208099	Outros	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07020803	Serviços culturais	1 150,00	0,00	3 813,80	0,00	3 813,80	0,00	0,00	0,00	3 813,80	3 813,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	331.636
0702080301	Turismo Sénior	1 125,00	0,00	2 004,30	0,00	2 004,30	0,00	0,00	0,00	2 004,30	2 004,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	178.160
0702080399	Outros	25,00	0,00	1 809,50	0,00	1 809,50	0,00	0,00	0,00	1 809,50	1 809,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	72.380.000
07020804	Serviços desportivos	16 210,00	0,00	9 183,00	0,00	9 183,00	0,00	0,00	0,00	9 183,00	9 183,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0702080401	Piscina Municipal	7 200,00	0,00	2 196,00	0,00	2 196,00	0,00	0,00	0,00	2 196,00	2 196,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.500
0702080402	Pavilhão Gimnodesportivo	9 000,00	0,00	6 987,00	0,00	6 987,00	0,00	0,00	0,00	6 987,00	6 987,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	77.633
0702080499	Outros	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
070209	Serviços específicos das autarquias	83 473,00	23 453,03	41 380,29	0,00	41 380,29	0,00	0,00	0,00	41 380,29	41 380,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	49.573
07020901	Saneamento	12 861,00	12 856,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	54.301
07020902	Resíduos sólidos	10 602,00	10 596,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	54.301
07020903	Transportes colectivos de pessoas e mercadorias	40 000,00	0,00	21 720,29	0,00	21 720,29	0,00	0,00	0,00	21 720,29	21 720,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0702090302	Transportes escolares	40 000,00	0,00	21 720,29	0,00	21 720,29	0,00	0,00	0,00	21 720,29	21 720,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07020904	Trabalhos por conta de particulares	3 250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07020905	Cemitérios	15 000,00	0,00	18 500,00	0,00	18 500,00	0,00	0,00	0,00	18 500,00	18 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	123.333
07020906	Mercados e feiras	750,00	0,00	300,00	0,00	300,00	0,00	0,00	0,00	300,00	300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000

# Demonstração de Execução Orçamental da Receita

## Município de Pedrogão Grande

Ano: 2021

(designação da autarquia local)

Rúbrica	Descrição	Previsões corrigidas	Rec. p/ cobrar per. anteriores	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e Restituições Emitidos	Pagos	Periodos anteriores	Receitas cobradas líquidas Periodo corrente	Total	Rec. p/ cobrar final do período	Grau exec. orgâmen- to Período anteriores	Período corrente
<b>Receita corrente</b>														
07020909	Canídeos e gatídeos	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07020999	Outros	1 000,00	0,00	860,00	0,00	860,00	0,00	0,00	0,00	860,00	0,00	0,00	0,00	86,000
070299	Outros	1 000,00	0,00	910,00	0,00	910,00	0,00	0,00	0,00	910,00	0,00	0,00	0,00	91,000
0702999	Outros	1 000,00	0,00	910,00	0,00	910,00	0,00	0,00	0,00	910,00	0,00	0,00	0,00	91,000
0703	Rendas	49 500,00	36 318,84	25 677,19	3 066,98	20 635,44	0,00	0,00	4 319,02	16 316,42	20 635,44	38 293,61	8.725	32.962
070301	Habitações	14 500,00	6 851,82	13 850,14	0,00	14 533,76	0,00	0,00	1 346,35	13 237,41	14 533,76	6 118,20	9,285	91,292
070302	Edifícios	35 000,00	29 467,02	11 827,05	3 066,98	6 051,68	0,00	0,00	2 972,67	3 079,01	6 051,68	32 175,41	8,493	8,797
08	Outras receitas correntes	20 841,00	0,00	144 707,40	129 629,65	15 077,75	0,00	0,00	0,00	15 077,75	0,00	0,00	0,00	72.347
0801	Outras	20 841,00	0,00	144 707,40	129 629,65	15 077,75	0,00	0,00	0,00	15 077,75	0,00	0,00	0,00	72.347
080199	Outras	20 841,00	0,00	144 707,40	129 629,65	15 077,75	0,00	0,00	0,00	15 077,75	0,00	0,00	0,00	72.347
08019901	Indemniz. por deterior/roubo extravio bens patrim.	4 750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
08019902	Indemn.estrag.prov.outrem viat.outr.equip.aut/local	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
08019903	IVA reembolsado	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
08019904	IVA Inversão da liquidação	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
0801999	Diversas	16 061,00	0,00	144 707,40	129 629,65	15 077,75	0,00	0,00	0,00	15 077,75	0,00	0,00	0,00	93.878
<b>Receita de capital</b>														
09	Venda de bens de investimento	50,00	0,00	15 500,00	0,00	15 500,00	0,00	0,00	0,00	15 500,00	0,00	0,00	0,00	31000,000
0901	Terrenos	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
090110	Famílias	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
0903	Edifícios	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
090306	Admin.Pública-Admin.local-Continente	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
0904	Outros bens de investimento	30,00	0,00	15 500,00	0,00	15 500,00	0,00	0,00	0,00	15 500,00	0,00	0,00	0,00	51666,667
090406	Admin.Pública-Admin.local-Continente	30,00	0,00	15 500,00	0,00	15 500,00	0,00	0,00	0,00	15 500,00	0,00	0,00	0,00	51666,667
09040601	Equipamento de transporte	10,00	0,00	15 500,00	0,00	15 500,00	0,00	0,00	0,00	15 500,00	0,00	0,00	0,00	155000,000
09040602	Maquinaria e equipamento	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
09040603	Outros	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
10	Transferências de capital	2 944 587,00	0,00	2 467 818,16	0,00	2 467 818,16	0,00	0,00	0,00	2 467 818,16	0,00	0,00	0,00	83.809
1001	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	188 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
100101	Públicas	188 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
10010101	Empresas públicas	188 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
1003	Administração central	2 756 087,00	0,00	2 467 818,16	0,00	2 467 818,16	0,00	0,00	0,00	2 467 818,16	0,00	0,00	0,00	89,541
100301	Estado	1 176 862,00	0,00	1 603 432,38	0,00	1 603 432,38	0,00	0,00	0,00	1 603 432,38	0,00	0,00	0,00	136.246
10030101	Fundo de Equilíbrio Financeiro	427 055,00	0,00	427 055,00	0,00	427 055,00	0,00	0,00	0,00	427 055,00	0,00	0,00	0,00	100,000
10030104	Cooperação Técnica e Financeira	269 980,00	0,00	591 321,64	0,00	591 321,64	0,00	0,00	0,00	591 321,64	0,00	0,00	0,00	219.024
1003010401	Fundo Ambiental	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
1003010402	Fundo de Emergência Municipal	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000

*ANEXO 2*

# Município de Pedrogão Grande

## Demonstração de Execução Orçamental da Receita

(designação da autarquia local)

Euros

Ano: 2021

Rúbrica	Descrição	Previsões corrigidas	Rec. p/ cobrar per. anteriores	Recetas líquidas	Liquidações anuladas	Recetas cobradas brutas	Reembolsos e Restituições Emitidos	Pagos	Periodos anteriores	Receitas cobradas líquidas Periodo corrente	Total	Rec. p/ cobrar final do período	Grau exec. orgântical Períodos anteriores	Período corrente
<b>Receita de capital</b>														
1003010403	IFAP	269 950,00	0,00	591 321,64	0,00	591 321,64	0,00	0,00	0,00	591 321,64	591 321,64	0,00	0,00	219.049
1003010499	Outros	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10030105	Artigo 35º, n.º 3 da Lei n.º 73/2013	428 576,00	0,00	426 576,00	0,00	426 576,00	0,00	0,00	0,00	426 576,00	426 576,00	0,00	0,00	100.000
10030106	Transferência de Competências - Lei n.º 50/2018	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10030199	Outras	53 250,00	0,00	158 479,74	0,00	158 479,74	0,00	0,00	0,00	158 479,74	158 479,74	0,00	0,00	297.615
100307	Estado-Participação project.co-financiados	1 225 230,00	0,00	856 163,52	0,00	856 163,52	0,00	0,00	0,00	856 163,52	856 163,52	0,00	0,00	69.878
10030701	Fundos Comunitários	1 225 230,00	0,00	856 163,52	0,00	856 163,52	0,00	0,00	0,00	856 163,52	856 163,52	0,00	0,00	69.878
100307101	FEDER	1 225 200,00	0,00	856 163,52	0,00	856 163,52	0,00	0,00	0,00	856 163,52	856 163,52	0,00	0,00	69.879
100307102	FEADER	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
100307103	Fundo de Coesão	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
100307106	Outros	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
100308	Serviços e fundos autónomos	353 995,00	0,00	8 222,26	0,00	8 222,26	0,00	0,00	0,00	8 222,26	8 222,26	0,00	0,00	2.323
10030801	Transferência de Competências - lei n.º 50/2018	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10030802	Turismo de Portugal	353 975,00	0,00	8 222,26	0,00	8 222,26	0,00	0,00	0,00	8 222,26	8 222,26	0,00	0,00	2.323
10030899	Outros	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	Passivos financeiros	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1206	Empréstimos a médio e longo prazos	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
120602	Sociedades financeiras	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13	Outras receitas de capital	22 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1301	Outras	22 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
130101	Indemnizações	17 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
130199	Outras	5 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Outras receitas</b>														
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	8 749,00	0,00	2 744,39	0,00	2 744,39	0,00	0,00	0,00	2 744,39	2 744,39	0,00	0,00	31.368
1501	Reposições não abatidas nos pagamentos	8 749,00	0,00	2 744,39	0,00	2 744,39	0,00	0,00	0,00	2 744,39	2 744,39	0,00	0,00	31.368
150101	Reposições não abatidas nos pagamentos	8 749,00	0,00	2 744,39	0,00	2 744,39	0,00	0,00	0,00	2 744,39	2 744,39	0,00	0,00	31.368
16	Saldo da gerência anterior	1 337 368,57	0,00	1 337 368,57	0,00	1 337 368,57	0,00	0,00	0,00	1 337 368,57	1 337 368,57	0,00	0,00	100.000
1601	Saldo orçamental	1 337 368,57	0,00	1 337 368,57	0,00	1 337 368,57	0,00	0,00	0,00	1 337 368,57	1 337 368,57	0,00	0,00	100.000

# Demonstração de Execução Orçamental da Receita

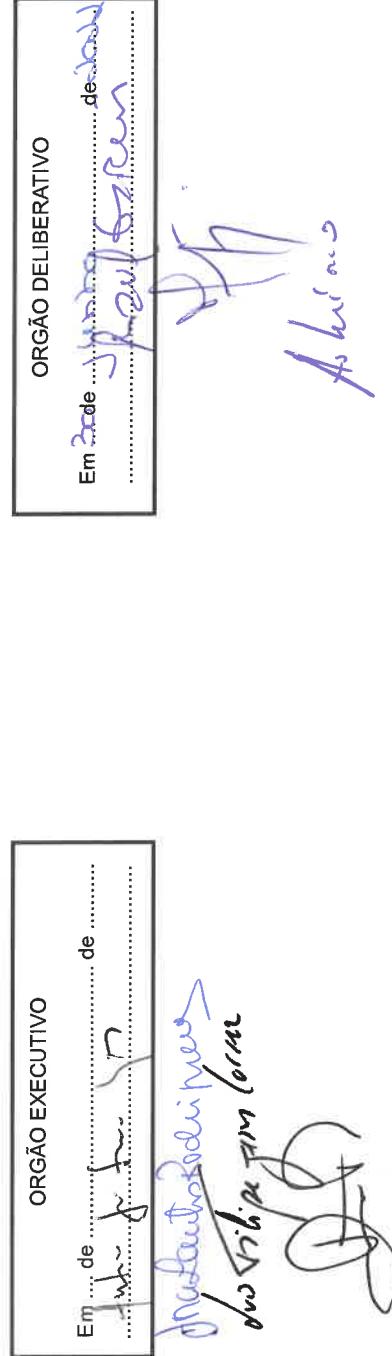
## Município de Pedrogão Grande

(designação da autarquia local)

Rúbrica	Descrição	Previsões corrigidas	Rec. p/ cobrar per. anteriores	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e Restituições Emitidos	Periodos anteriores	Periodo corrente	Receitas cobradas líquidas	Total	Rec. p/ cobrar final do período	Grau exec. orçamental Período anteriores	Euros
Outras receitas														

160101	Na posse do serviço	1 337 368,57	0,00	1 337 368,57	0,00	1 337 368,57	0,00	0,00	0,00	1 337 368,57	1 337 368,57	0,00	0,00	100,000
	Total Receitas Correntes	5 449 435,00	83 704,03	5 399 468,97	132 811,63	5 188 073,49	0,00	0,00	4 446,52	5 183 626,97	5 188 073,49	162 287,88	0,082	95,122
	Total Receitas de Capital	2 967 138,00	0,00	2 483 318,16	0,00	2 483 318,16	0,00	0,00	0,00	2 483 318,16	2 483 318,16	0,00	0,000	83,694
	Total Outras Receitas	1 346 117,57	0,00	1 340 112,96	0,00	1 340 112,96	0,00	0,00	0,00	1 340 112,96	1 340 112,96	0,00	0,000	99,554
	Total	9 762 690,57	83 704,03	9 222 900,09	132 811,63	9 011 504,61	0,00	0,00	4 446,52	9 007 058,09	9 011 504,61	162 287,88	0,046	92,260

ORGÃO EXECUTIVO	ORGÃO DELIBERATIVO
Em ..... de .....	Em ..... de .....
<i>José António Rodrigues</i>	<i>Abril 2021</i>
<i>António Tomás</i>	<i>de Junho de 2021</i>



Ano: 2021



Reley

andrea

DJ

Archie

## VII. DEMONSTRAÇÃO EXECUÇÃO DESPESA

(Do Município)  
Por Classificação Económica  
Por Rúbrica

# Demonstração de Execução Orçamental da Despesa

## Município de Pedrogão Grande

(designação da autarquia local)

Classef. Económica Despesa

Designação

Código		Despesas por pagar períod. anteriores	Doações corrigidas	Catiivos/ descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas liquidadas de reposição	Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Grau de execução orçamental
							Períodos anteriores	Período corrente	Períodos anteriores	Período corrente

### Despesa corrente

D011	Remunerações, Cestas e Permanentes	24 511,41	1 952 052,00	0,00	1 901 958,45	24 511,41	1 852 202,63	1 876 714,04	0,00	25 244,41
D012	Abonos Variáveis ou Eventuais	469,74	43 251,00	0,00	25 544,38	23 242,33	469,74	22 641,84	23 111,58	2 302,05
D013	Segurança Social	3 029,68	585 750,00	0,00	521 356,79	517 280,55	3 029,68	498 409,75	4 066,24	130,75
D02	Aquisição de bens e serviços	28 021,43	2 434 660,51	0,00	1 606 620,21	1 495 983,64	27 190,18	1 431 640,43	1 458 830,61	112 736,57
D03	Juros e outros encargos	0,00	17 450,00	0,00	10 530,88	10 190,28	0,00	10 190,28	10 190,28	340,60
D04112	Administração Central - Outras entidades	0,00	2 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D04115	Administração Local	0,00	123 724,00	0,00	88 525,64	88 079,38	0,00	88 079,38	88 079,38	446,26
D0412	Entidades do setor não lucrativo	0,00	235 568,00	0,00	182 310,18	176 530,95	0,00	176 530,95	176 530,95	5 779,54
D0413	Famílias	0,00	50 080,00	0,00	28 188,48	28 188,48	0,00	28 188,48	28 188,48	0,00
D042	Subsídios correntes	0,00	98 900,00	0,00	99 886,16	70 212,72	0,00	70 212,72	29 676,44	0,00
D05	Outras despesas correntes	0,00	42 091,00	0,00	29 315,57	18 609,38	0,00	18 609,38	18 609,38	10 706,19

### Despesa de capital

D06	Aquisição de bens de capital	26 908,08	3 702 654,06	0,00	1754 534,67	1 293 812,22	25 728,08	1 261 798,01	1 287 526,09	480 722,45
D07112	Administração Central - Outras entidades	0,00	2 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D07115	Administração Local	0,00	79 500,00	0,00	72 000,00	72 000,00	0,00	72 000,00	72 000,00	0,00
D0712	Entidades do setor não lucrativo	0,00	71 625,00	0,00	35 638,44	19 638,72	0,00	19 638,72	15 699,72	0,00
D0713	Famílias	0,00	82 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D08	Outras despesas de capital	0,00	1 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D10	Despesa com passivos financeiros	0,00	235 125,00	0,00	235 103,50	235 089,39	0,00	235 089,39	235 089,39	4,11
<hr/>										
Total Despesas Correntes		56 032,26	5 586 986,51	0,00	4 498 239,75	4 330 185,86	55 201,01	4 194 675,86	4 249 876,87	166 053,89
Total Despesas de Capital		28 908,08	4 175 704,06	0,00	2 097 276,61	1 620 550,33	25 728,08	1 588 536,12	1 614 264,20	476 726,28
Total Geral		82 940,34	9 762 680,57	0,00	8 593 513,36	5 950 736,19	80 929,98	5 733 211,98	5 884 141,97	642 780,17
<hr/>										

### ORGÃO EXECUTIVO

Em ..... de ..... de .....  
 Mário José Pacheco  
 Presidente da Câmara Municipal

### ORGÃO DELIBERATIVO

Em 20 de ... de ...  
 António Gonçalves  
 Presidente da Assembleia Municipal

59.238

Ano: 2021

Euros

94.885

52.350

84.743

58.802

58.397

0,000

74.941

56.321

27.419

0,000

75.079

38.042

0,829

# Município de Pedrogão Grande

## Demonstração de Execução Orçamental da Despesa

(designação da autarquia local)

Euros

Ano: 2021

Código	Classif. Económica Despesa	Designação	Despesas por pagar período anteriores		Dotações corrigidas		Cativos/ descalivos		Compromissos		Obrigações		Despesas pagas liquidadas de reposição		Comprimentos a transitar	Obrigações por pagar	Grau de execução orçamental	Períodos anteriores	Período corrente	
			Periodos anteriores	Período corrente	Periodos anteriores	Período corrente	Periodos anteriores	Período corrente	Periodo anterior	Total	Periodo corrente	Periodo anterior	Total	Periodo corrente						
<b>Despesa corrente</b>																				
01	Despesas com o pessoal	28 010,63	2 581 053,00	0,00	2 448 859,62	2 442 491,33	28 010,93	2 371 224,54	2 369 235,37	6 368,29	43 255,96	1.085	61.870	43 255,96	1.085	61.870	43 255,96	1.085	61.870	
0101	Remunerações certas e permanentes	24 511,41	1 862 052,00	0,00	1 901 958,45	1 862 202,63	24 511,41	1 876 714,04	0,00	0,00	25 244,41	1.256	94.885	25 244,41	1.256	94.885	25 244,41	1.256	94.885	
010101	Titulares órgãos soberanos e memb. órgãos autárq.	1 403,63	63 500,00	0,00	62 884,67	1 403,63	58 888,65	60 080,28	0,00	0,00	2 774,39	2,210	92.420	2 774,39	2,210	92.420	2 774,39	2,210	92.420	
010104	Pessoal quadros-Regime contrato individ. trabalho	16 190,66	1 313 010,00	0,00	1 275 118,84	16 190,66	1 237 777,25	1 253 987,91	0,00	0,00	21 150,93	1.233	94.270	21 150,93	1.233	94.270	21 150,93	1.233	94.270	
01010401	Pessoal em funções	14 307,22	1 278 000,00	0,00	1 268 172,47	1 266 72,47	14 307,22	1 231 098,60	1 245 406,82	0,00	0,00	20 768,65	1,120	96.330	20 768,65	1,120	96.330	20 768,65	1,120	96.330
01010402	Alterações obrigatórias posic remuneratório	0,00	15 000,00	0,00	51 64	51,64	0,00	51,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
01010403	Alterações facultativas posic remuneratório	0,00	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
01010404	Recrutamento de Pessoal novos postos trabalho	1 883,44	20 000,00	0,00	8 804,73	8 894,73	1 883,44	6 626,01	8 509,45	0,00	386,28	9,447	33,130	386,28	9,447	33,130	386,28	9,447	33,130	
010106	Pessoal contratado a termo	0,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
01010601	Pessoal em funções	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
01010604	Recrutamento de Pessoal novos postos trabalho	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
010107	Pessoal em regime de tarefa ou avançada	2 350,00	59 000,00	0,00	58 716,40	58 716,40	2 350,00	56 386,40	56 386,40	58 716,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
010108	Subsídio de refeição	0,00	1 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
010109	Subsídio aguardando aposentação	4 166,27	120 000,00	0,00	118 063,07	118 063,07	4 166,27	113 886,80	118 063,07	0,00	0,00	3,472	94.914	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
010111	Representação	409,95	17 500,00	0,00	15 700,12	15 700,12	409,95	14 630,26	15 031,11	0,00	669,01	2,291	83,601	669,01	2,291	83,601	669,01	2,291	83,601	
010113	Subsídio de refeição	0,00	140 000,00	0,00	133 684,02	133 684,02	0,00	133 684,02	133 684,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
010114	Subsídio de férias e de Natal	0,00	237 815,00	0,00	237 811,33	237 811,33	0,00	237 811,33	0,00	0,00	237 161,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
010115	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	0,00	225,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0102	Abonos variáveis ou eventuais	469,74	43 251,00	0,00	25 544,38	23 242,33	469,74	22 641,84	23 111,58	2 302,05	130,75	1.086	52,350	2 302,05	130,75	1.086	2 302,05	130,75	1.086	
010202	Horas extraordinárias	156,04	8 500,00	0,00	6 614,93	5 614,93	156,04	5 346,35	5 502,39	1 000,00	112,54	1.836	62,898	1 000,00	112,54	1.836	1 000,00	112,54	1.836	
010204	Ajudas de custo	50,40	13 500,00	0,00	4 479,53	4 271,73	50,40	4 221,33	4 271,73	207,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
010205	Abono para faltas	18,38	2 750,00	0,00	2 089,46	2 089,46	18,38	2 052,87	2 071,25	0,00	18,21	0,668	74,650	2 052,87	2 071,25	0,00	18,21	0,668	74,650	
010212	Indemnizações por cessação de funções	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
010213	Outros suplementos e prémios	244,92	18 500,00	0,00	12 360,46	11 266,21	244,92	11 026,21	11 266,21	0,00	1 084,25	0,00	0,00	1 084,25	0,00	0,00	1 084,25	0,00	0,00	
01021302	Outros	244,92	6 000,00	0,00	5 081,02	5 020,86	244,92	4 775,94	5 020,86	60,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
01021303	Senhas de Presença	0,00	12 500,00	0,00	7 279,44	6 245,35	0,00	6 245,35	6 245,35	0,00	1 034,09	0,00	0,00	1 034,09	0,00	0,00	1 034,09	0,00	0,00	
0103	Segurança social	3 029,68	585 750,00	0,00	521 356,70	517 290,55	3 029,68	496 350,07	496 409,75	4 068,24	17 880,80	0,517	84,743	17 880,80	0,517	84,743	17 880,80	0,517	84,743	
010301	Encargos com a saúde	0,00	70 000,00	0,00	52 767,02	52 767,02	0,00	52 767,02	52 767,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
010302	Outros encargos com a saúde	0,00	25 000,00	0,00	10 947,73	10 947,73	0,00	10 947,73	10 947,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
010303	Subsídio familiar a crianças e jovens	0,00	5 000,00	0,00	3 197,88	3 197,88	0,00	3 197,88	3 197,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
010305	Contribuições para a segurança social	2 502,67	440 250,00	0,00	426 036,88	421 972,64	2 502,67	401 598,17	404 091,84	4 068,24	17 880,80	0,508	91,218	17 880,80	0,508	91,218	17 880,80	0,508	91,218	
01030501	Assistência na doença dos funcionários públicos	0,00	2 502,67	440 000,00	426 036,88	421 972,64	2 502,67	401 598,17	404 091,84	4 068,24	17 880,80	0,508	91,218	17 880,80	0,508	91,218	17 880,80	0,508	91,218	
01030502	Segurança social dos funcionários públicos	0,00	175 000,00	0,00	161 038,92	161 038,92	0,00	161 038,92	161 038,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0103050201	Caixa Geral de Aposentações	0,00	265 000,00	0,00	264 996,96	260 933,72	0,00	243 062,92	243 062,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0103050202	Segurança Social - Regime Geral	0,00	8 000,00	0,00	6 932,93	6 932,93	0,00	6 932,93	6 932,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
010308	Outras pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

# Município de Pedrogão Grande

## Demonstração de Execução Orçamental da Despesa

(designação da autarquia local)

Euros

Ano: 2021

Código	Classif. Económica	Despesa	Designação	Despesas por pagar período anteriores	Dotações corrigidas	Cátivos/ descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições			Comprimentos a transitar	Obrigações por pagar	Grau de execução orçamental
									Período anteriores	Período corrente	Total			
<b>Despesa corrente</b>														
010300	Seguros	527,01	37 500,00	0,00	21 472,35	21 472,35	527,01	20 945,34	21 472,35	0,00	0,00	0,00	1.405	55.854
01030001	Seguros: acidentes trabalho e doenças profissionais	527,01	37 500,00	0,00	21 472,35	21 472,35	527,01	20 945,34	21 472,35	0,00	0,00	0,00	1.405	55.854
02	Aquisição de bens e serviços	28 021,43	2 434 660,51	0,00	1 608 620,21	1 495 883,64	27 190,18	1 431 640,43	1 458 630,61	112 736,57	37 053,03	1.117	58.802	61.028
0201	Aquisição de bens	3 498,85	344 276,51	0,00	245 838,98	222 239,30	3 498,85	210 105,74	213 804,59	23 598,59	8 634,71	1.016	50.133	50.133
020102	Combustíveis e lubrificantes	410,43	119 750,00	0,00	75 713,10	60 570,06	410,43	60 034,33	60 447,76	15 143,04	125,30	0,024	343	343
02010201	Gasolina	185,17	9 000,00	0,00	3 754,76	3 562,53	185,17	3 242,06	3 437,23	192,23	125,30	2,169	36.023	36.023
02010202	Gasóleo	18,46	77 000,00	0,00	68 928,93	54 024,31	18,46	54 005,85	54 024,31	14 804,62	0,00	0,024	70,137	70,137
02010299	Outros	196,80	33 750,00	0,00	3 029,14	2 983,22	196,80	2 788,42	2 983,22	48,18	0,00	0,00	8,256	8,256
020103	Munições, explosivos e artifícios	0,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	0,000
020104	Limpesa e higiene	0,00	10 500,00	0,00	10 337,38	10 310,73	0,00	8 357,84	8 357,84	26,65	1 982,89	0,000	79,598	79,598
020105	Alimentação-Refeições confeccionadas	0,00	20 050,00	0,00	17 775,38	17 537,72	0,00	14 512,29	14 512,29	237,94	3 025,43	0,000	72,380	72,380
020107	Vestuário e artigos pessoais	0,00	14 600,00	0,00	12 222,97	10 118,30	0,00	10 118,30	2 104,67	0,00	0,000	0,000	66.303	66.303
020108	Material de escritório	676,50	14 500,00	0,00	8 460,27	7 580,87	676,50	5 330,35	6 006,85	879,40	1 574,02	4,666	36.761	36.761
020109	Produtos químicos e farmacêuticos	215,61	4 000,00	0,00	1 673,66	1 673,66	215,61	1 455,05	1 673,66	0,00	0,00	5,380	36.451	36.451
020112	Material de transporte-Peças	855,03	17 500,00	0,00	16 536,02	15 889,36	855,03	14 818,08	15 673,11	676,66	186,25	4,886	84.875	84.875
020114	Outro material-Peças	524,30	34 500,00	0,00	21 985,72	20 985,92	524,30	19 256,75	19 781,05	989,80	1 184,87	1.520	55.817	55.817
020115	Premios, condecorações e cintas	0,00	22 475,00	0,00	16 721,70	15 191,69	0,00	15 191,69	1 530,01	0,00	0,000	0,000	67.584	67.584
020116	Mercadorias para venda	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	0,000	0,000
02011601	Água	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	0,000	0,000
020117	Ferramentas e utensílios	149,27	4 000,00	0,00	1 477,69	1 477,69	149,27	1 328,42	1 477,69	0,00	0,00	0,000	33.210	33.210
020118	Livros e documentação técnica	0,00	500,00	0,00	243,41	161,84	0,00	73,14	73,14	81,57	88,70	0,000	14.628	14.628
020119	Artigos hortícolas e de decoração	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	0,000	0,000
020120	Material de educação, cultura e recreio	0,00	7 600,00	0,00	1 806,50	1 806,50	0,00	1 806,50	1 806,50	0,00	0,000	0,000	23.770	23.770
020121	Outros bens	667,71	73 855,51	0,00	60 915,11	58 984,96	667,71	57 320,00	58 487,71	1 930,15	497,25	0,904	78,282	78,282
0202	Aquisição de serviços	24 522,58	2 080 384,00	0,00	1 382 781,32	1 273 644,34	23 691,33	1 221 534,69	1 245 228,02	89 136,98	28 418,32	1.133	58.436	58.436
020201	Encargos das instalações	11 320,96	435 000,00	0,00	355 042,78	343 275,08	10 488,71	331 739,06	342 228,77	11 767,70	1 046,31	2,411	76,282	76,282
020202	Limpesa e higiene	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	0,000	0,000
020203	Conservação de bens	279,80	51 408,00	0,00	22 167,79	21 984,87	279,80	18 191,44	18 471,34	202,92	3 493,53	0,544	35.386	35.386
020204	Locação de edifícios	0,00	5 500,00	0,00	5 000,00	5 000,00	0,00	5 000,00	5 000,00	0,00	0,000	0,000	90.909	90.909
020208	Locação de outros bens	0,00	60 080,00	0,00	60 059,08	60 059,08	0,00	60 059,08	60 059,08	0,00	0,000	0,000	99.998	99.998
020209	Comunicações	159,15	35 000,00	0,00	20 166,68	18 833,22	159,15	18 362,90	18 521,65	1 333,46	311,57	0,485	52.484	52.484
020210	Transportes	0,00	302 027,00	0,00	98 589,63	84 004,56	0,00	82 914,20	12 585,07	1 090,36	0,000	0,000	27.453	27.453
020211	Representação dos serviços	438,90	4 250,00	0,00	2 080,80	438,90	438,90	1 975,80	1 536,90	0,00	105,00	10,327	36.182	36.182
020212	Seguros	1 473,35	60 000,00	0,00	50 030,92	48 597,80	1 473,35	48 597,80	48 597,80	1 433,12	0,00	2,464	78,532	78,532
020213	Deslocações e estadas	197,85	8 000,00	0,00	2 253,41	1 560,29	197,85	1 272,55	1 470,40	693,12	88,89	2,473	15.907	15.907
020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	3 444,00	161 000,00	0,00	116 547,09	108 033,44	3 444,00	91 959,44	95 403,44	10 600,00	2,139	2,139	57.118	57.118

# Município de Pedrogão Grande

## Demonstração de Execução Orçamental da Despesa

(designação da autarquia local)

Euros

Ano: 2021

Código	Classif. Económica	Designação	Despesas por pagar período anteriores		Dotações corrigidas	Cátivos/ descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas liquidadas de reposições		Compromissos a transitar	Grau de execução orçamental	Períodos anteriores	Período corrente	
			Periodos anteriores	Periodo anterior					Total						
<b>Despesa corrente</b>															
020215	Fornecimento	950,00	17 500,00	0,00	11 352,10	10 927,10			950,00	9 397,33	10 347,33	425,00	579,77	5,429	
020216	Seminários, exposições e similares	0,00	3 000,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	
020217	Publicidade	410,29	29 500,00	0,00	16 715,96	14 129,63	410,29		13 719,34	14 129,63	2 585,46	0,00	1,391	46,508	
020218	Vigilância e segurança	0,00	10 000,00	0,00	5 399,71	3 630,07			0,00	3 630,07	3 630,07	1 769,64	0,00	0,00	36,301
020219	Assistência técnica	2 899,43	50 000,00	0,00	45 888,19	45 529,80			2 899,43	39 415,24	42 314,67	358,39	3 215,13	5,799	78,830
020220	Outros trabalhos especializados	1 143,27	508 124,00	0,00	379 658,11	346 983,80			1 143,27	338 973,77	340 117,04	32 684,31	6 876,76	0,225	66,580
020222	Serviços de saúde	745,66	33 315,00	0,00	24 456,58	17 887,91			745,66	16 767,25	17 512,91	6 568,67	375,00	2,238	50,329
020224	Encargos de cobrança de recibos	0,00	16 500,00	0,00	16 443,96	16 443,96			0,00	16 443,96	16 443,96	0,00	0,00	0,00	98,960
020225	Outros serviços	1 054,82	298 700,00	0,00	132 929,40	126 722,93	1 054,82		125 033,11	126 087,93	6 206,47	635,00	0,353	41,859	
03	Juros e outros encargos	0,00	17 450,00	0,00	10 530,98	10 190,28			0,00	10 190,28	10 190,28	340,60	0,00	0,000	58,397
0301	Juros da dívida pública	0,00	12 200,00	0,00	10 446,16	10 105,56			0,00	10 105,56	10 105,56	340,60	0,00	0,000	82,832
030103	Sociedades-Bancos e outras instit. financeiras	0,00	12 200,00	0,00	10 446,16	10 105,56			0,00	10 105,56	10 105,56	340,60	0,00	0,000	82,832
03010302	Empréstimos de médio e longo prazos	0,00	12 200,00	0,00	10 446,16	10 105,56			0,00	10 105,56	10 105,56	340,60	0,00	0,000	82,832
0302	Outros encargos correntes da dívida pública	0,00	250,00	0,00	84,72	84,72			0,00	84,72	84,72	0,00	0,00	0,000	33,888
030201	Despesas diversas	0,00	250,00	0,00	84,72	84,72			0,00	84,72	84,72	0,00	0,00	0,000	33,888
0303	Juros de locação financeira	0,00	5 000,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
030305	Material de transporte	0,00	5 000,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
04	Transferências correntes	0,00	411 832,00	0,00	299 024,31	292 798,51			0,00	292 798,51	292 798,51	6 225,80	0,00	0,000	71,097
0403	Administração central	0,00	2 500,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	71,190
040305	Serviços e fundos autónomos	0,00	2 500,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
0405	Administração local	0,00	123 724,00	0,00	88 079,38	88 079,38			0,00	88 079,38	88 079,38	88 079,38	446,26	0,00	0,000
040501	Continente	0,00	123 724,00	0,00	88 079,38	88 079,38			0,00	88 079,38	88 079,38	88 079,38	446,26	0,00	0,000
04050101	Municípios	0,00	5 000,00	0,00	446,26	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	446,26	0,00	0,000
04050102	Freguesias	0,00	78 224,00	0,00	77 223,89	77 223,89			0,00	77 223,89	77 223,89	0,00	0,00	0,000	98,721
04050104	Associações de municípios	0,00	38 000,00	0,00	10 855,49	10 855,49			0,00	10 855,49	10 855,49	0,00	0,00	0,000	28,567
04050108	Outros	0,00	2 500,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	56,321
0407	Instituições sem fins lucrativos	0,00	235 558,00	0,00	182 310,19	178 530,65			0,00	178 530,65	178 530,65	5 779,54	0,00	0,000	74,941
040701	Instituições sem fins lucrativos	0,00	235 558,00	0,00	182 310,19	178 530,65			0,00	178 530,65	178 530,65	5 779,54	0,00	0,000	74,941
0408	Famílias	0,00	50 050,00	0,00	28 188,48	28 188,48			0,00	28 188,48	28 188,48	0,00	0,00	0,000	21,905
05	Subsídios	0,00	50 050,00	0,00	28 188,48	28 188,48			0,00	28 188,48	28 188,48	0,00	0,00	0,000	56,321
040802	Outras	0,00	45 000,00	0,00	25 027,25	25 027,25			0,00	25 027,25	25 027,25	0,00	0,00	0,000	71,506
04080201	Programas Ocupacionais	0,00	35 000,00	0,00	3 161,23	3 161,23			0,00	3 161,23	3 161,23	0,00	0,00	0,000	21,905
04080202	Outras	0,00	45 000,00	0,00	98 889,16	70 212,72			0,00	70 212,72	70 212,72	0,00	0,00	0,000	70,283
0407	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	0,00	45 000,00	0,00	45 000,00	25 248,66			0,00	25 248,66	19 751,34	0,00	0,00	0,000	56,108
050101	Públicas	0,00	45 000,00	0,00	45 000,00	25 248,66			0,00	25 248,66	25 248,66	0,00	0,00	0,000	56,108
05010101	Empresas públicas municipais e intermunicipais	0,00	45 000,00	0,00	45 000,00	25 248,66			0,00	25 248,66	19 751,34	0,00	0,00	0,000	56,108

# Município de Pedrogão Grande

## Demonstração de Execução Orçamental da Despesa

(designação da autarquia local)

Euros

Ano: 2021

Código	Designação	Classif. Económica	Despesa corrente	Despesas por pagar período anteriores		Dotações corrigidas	Cátivos/descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições		Compromissos a transmitir	Obrigações por pagar	Grau de execução orçamental	
				Periodos anteriores	Período corrente					Total	Período anterior			Períodos anteriores	Período corrente
0508	Famílias		0,00	54 900,00	0,00	54 889,16	44 964,06	0,00	44 964,06	44 964,06	0,00	0,00	0,00	0,00	81.902
050803	Outras		0,00	54 900,00	0,00	54 889,16	44 964,06	0,00	44 964,06	44 964,06	0,00	0,00	0,00	0,00	81.902
06	Outras despesas correntes		0,00	42 091,00	0,00	29 315,57	18 609,38	0,00	18 609,38	18 609,38	0,00	0,00	0,00	0,00	44.212
0802	Diversas		0,00	42 091,00	0,00	29 315,57	18 609,38	0,00	18 609,38	18 609,38	0,00	0,00	0,00	0,00	44.212
080201	Impostos e taxes		0,00	5 000,00	0,00	3 476,34	0,00	0,00	0,00	3 476,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08020101	Impostos e taxes pagos pela Autarquia		0,00	5 000,00	0,00	3 476,34	0,00	0,00	0,00	3 476,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0802010199	Outras		0,00	5 000,00	0,00	3 476,34	0,00	0,00	0,00	3 476,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
080203	Outras		0,00	37 091,00	0,00	25 899,23	18 609,38	0,00	18 609,38	18 609,38	0,00	0,00	0,00	0,00	50.172
08020301	Oturas restituições		0,00	750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08020302	IVA pago		0,00	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08020304	Serviços bancários		0,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08020305	Outras		0,00	36 081,00	0,00	25 839,23	18 609,38	0,00	18 609,38	18 609,38	0,00	0,00	0,00	0,00	51.577
<b>Despesa de capital</b>				26 908,08	3 702 954,06	0,00	1 754 534,67	1 293 812,22	25 728,08	1 281 798,01	1 287 526,09	460 722,45	6 286,13	0,65	34.075
07	Aquisição do bens de capital		26 908,08	2 262 201,78	0,00	922 414,58	541 840,78	25 728,08	509 828,57	535 554,65	380 573,80	6 286,13	1,137	22.537	
0701	Investimentos		1 180,00	371 474,50	0,00	60 305,49	60 305,49	0,00	59 825,49	59 825,49	0,00	680,00	0,00	0,00	18.051
070101	Terrenos		0,00	24 770,00	0,00	15 794,00	15 794,00	0,00	15 794,00	15 794,00	0,00	0,00	0,00	0,00	63.763
070102	Habitações		0,00	1 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07010202	Aquisição		0,00	23 770,00	0,00	15 794,00	15 794,00	0,00	15 794,00	15 794,00	0,00	0,00	0,00	0,00	66.445
07010203	Reparação e beneficiação		0,00	6 160,08	368 351,00	0,00	112 376,49	103 581,99	6 160,08	97 421,91	103 581,99	8 794,50	0,00	0,00	1.672
070103	Edifícios		0,00	134 575,00	0,00	48 369,75	39 575,25	0,00	39 575,25	39 575,25	0,00	8 794,50	0,00	0,00	26.448
07010301	Instalações de serviços		0,00	53 775,00	0,00	9 272,49	9 272,49	0,00	9 272,49	9 272,49	0,00	0,00	0,00	0,00	29.408
07010302	Instalações desportivas e recreativas		0,00	125 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.243
07010303	Mercados e instalações de fiscalização sanitária		0,00	55 000,00	0,00	54 734,25	54 734,25	0,00	48 574,17	54 734,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07010305	Escolas		0,00	1 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07010307	Outros		0,00	1 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
070104	Construções diversas		15 689,42	1 003 605,00	0,00	515 684,69	195 540,41	15 689,42	179 746,40	195 445,82	320 124,28	94,59	1.564	17.910	
07010401	Viafios, arruamentos e obras complementares		15 040,12	442 002,00	0,00	95 936,75	71 825,96	15 040,12	56 891,25	71 731,37	24 110,79	94,59	3.403	12.826	
07010405	Parques e jardins		0,00	10 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07010406	Instalações desportivas e recreativas		0,00	1 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07010407	CaptAÇÃO e distribuição de água		0,00	1 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07010409	Sinalização e trânsito		659,30	16 000,00	0,00	11 742,02	10 929,96	659,30	10 270,56	10 929,96	812,16	0,00	4.121	64.191	
07010410	Infraestrut. para distribuição energia eléctrica		0,00	19 500,00	0,00	13 508,78	13 281,84	0,00	13 281,84	13 281,84	226,94	0,00	0,000	68.112	
07010412	Caminhos		0,00	50 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	0,000
07010413	Outros		0,00	466 101,00	0,00	394 477,14	99 502,75	0,00	99 502,75	99 502,75	204 974,39	0,00	0,00	21.348	
07010416	Material de transporte		0,00	80 000,00	0,00	11 612,96	11 612,96	0,00	7 190,63	7 190,63	0,00	4 422,33	0,000	8.988	
07010602	Outro		0,00	80 000,00	0,00	11 612,96	11 612,96	0,00	7 190,63	7 190,63	0,00	4 422,33	0,000	8.988	

# Município de Pedrogão Grande

## Demonstração de Execução Orçamental da Despesa

(designação da autarquia local)

Código	Classif. Económica	Despesa Designação	Despesas por pagar período anteriores	Detrações corrigidas	Cativos/ descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições	Periodo corrente	Total	Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Grau de execução orçamental	Períodos anteriores	Período corrente
--------	--------------------	--------------------	---------------------------------------	----------------------	---------------------	--------------	------------	---------------------------------------	------------------	-------	--------------------------	----------------------	-----------------------------	---------------------	------------------

070107	Despesa de capital	Equipamento de informática	3 224,70	42 500,00	0,00	18 800,19	3 224,70	18 322,95	15 008,25	18 322,95	477,24	0,00	7 598	35 505
070108	Software informático	568,88	51 038,00	0,00	42 351,18	38 322,63	568,88	35 753,75	36 322,63	6 008,55	0,00	1 065	68 839	
070109	Equipamento administrativo	0,00	57 539,00	0,00	31 558,12	7 019,62	0,00	7 019,62	7 019,62	24 538,50	0,00	0,00	12.200	
070110	Equipamento básico	0,00	150 605,00	0,00	68 841,42	66 363,64	0,00	65 274,43	65 274,43	2 477,78	1 086,21	0,000	43.341	
07011002	Outro	0,00	150 605,00	0,00	68 841,42	66 363,64	0,00	65 274,43	65 274,43	2 477,78	1 086,21	0,000	43.341	
070111	Ferramentas e utensílios	0,00	10 000,00	0,00	5 270,69	5 270,69	0,00	5 270,69	5 270,69	0,00	0,00	0,000	52.707	
070113	Investimentos incorpóreos	0,00	66 981,00	0,00	39 784,35	21 631,40	0,00	21 631,40	21 631,40	18 152,95	0,00	0,000	32.295	
070115	Outros investimentos	75,00	34 438,29	0,00	75,00	75,00	0,00	75,00	75,00	0,00	0,00	0,000	0,000	
0702	Lotação financeira	0,00	30 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	
070205	Material de transporte	0,00	30 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	
0703	Bens de domínio público	0,00	1 410 752,27	0,00	832 120,09	751 971,44	0,00	751 971,44	751 971,44	80 148,95	0,00	0,000	53.303	
070302	Edifícios	0,00	63 400,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	
07030201	Instalações de serviços	0,00	63 400,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	
070303	Outras construções e infraestruturas	0,00	1 347 351,01	0,00	832 120,09	751 971,44	0,00	751 971,44	751 971,44	80 148,95	0,00	0,000	55.811	
07030301	Várdios, arranqueiros e obras complementares	0,00	903 527,50	0,00	832 120,09	751 971,44	0,00	751 971,44	751 971,44	80 148,95	0,00	0,000	83.226	
07030305	Parques e jardins	0,00	102 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	
07030306	Instalações desportivas e recreativas	0,00	338 823,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	
07030313	Outros	0,00	2 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	
070305	Bens do património histórico, artístico e cultural	0,00	1 00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	
08	Transferências de Capital	0,00	236 125,00	0,00	107 638,44	91 638,72	0,00	91 638,72	91 638,72	15 989,72	0,00	0,000	38.808	
0803	Administração central	0,00	2 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	
080306	Serviços e fundos autónomos	0,00	2 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	
0805	Administração local	0,00	79 500,00	0,00	72 000,00	72 000,00	0,00	72 000,00	72 000,00	72 000,00	0,00	0,000	90.586	
080501	Continente	0,00	79 500,00	0,00	72 000,00	72 000,00	0,00	72 000,00	72 000,00	72 000,00	0,00	0,000	90.586	
08050102	Freguesias	0,00	72 005,00	0,00	72 000,00	72 000,00	0,00	72 000,00	72 000,00	72 000,00	0,00	0,000	98.983	
08050104	Associações de municípios	0,00	7 495,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	
0807	Instituições sem fins lucrativos	0,00	71 625,00	0,00	35 638,44	19 638,72	0,00	19 638,72	19 638,72	15 989,72	0,00	0,000	27.419	
080701	Instituições sem fins lucrativos	0,00	71 625,00	0,00	35 638,44	19 638,72	0,00	19 638,72	19 638,72	15 989,72	0,00	0,000	27.419	
0808	Famílias	0,00	82 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	
080802	Outras	0,00	82 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	
10	Passivos financeiros	0,00	235 125,00	0,00	235 103,50	235 098,39	0,00	235 098,39	235 098,39	235 098,39	4,11	0,00	99.989	
1006	Emprestimos a médio e longo prazos	0,00	235 125,00	0,00	235 103,50	235 098,39	0,00	235 098,39	235 098,39	235 098,39	4,11	0,00	99.989	
100603	Sociedades financeiras e outras instit. financeiras	0,00	1 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	
11	Outras despesas de capital	0,00	1 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	
1102	Diversas	0,00	1 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	

Euros

Ano: 2021

Pág. 5 de 6

*Boa S. G. P. S. 2021*

# Demonstração de Execução Orçamental da Despesa

## Município de Pedrogão Grande

(designação da autarquia local)

Código	Classif. Económica Despesa Designação	Despesas por pagar período anteriores			Dotações corrigidas	Cátivos/ descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas liquidadas de reposição			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Grau de execução orçamental
		Periodos anteriores	Período corrente	Total					Periodo	corrente	Períodos anteriores			
<b>Despesa de capital</b>														Euros
110288	Outras	0,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
	<b>Total Despesas Correntes</b>	<b>56 032,26</b>	<b>5 586 986,51</b>	<b>0,00</b>	<b>4 496 239,75</b>	<b>4 330 105,86</b>	<b>55 201,01</b>	<b>4 494 675,86</b>	<b>4 249 876,87</b>	<b>166 053,89</b>	<b>80 308,99</b>	<b>0,988</b>	<b>75.079</b>	
	<b>Total Despesas de Capital</b>	<b>26 908,08</b>	<b>4 175 704,06</b>	<b>0,00</b>	<b>2 097 276,81</b>	<b>1 620 550,33</b>	<b>25 728,08</b>	<b>1 588 536,12</b>	<b>1 614 584,20</b>	<b>476 726,28</b>	<b>6 286,13</b>	<b>0,616</b>	<b>38.042</b>	
	<b>Total Geral</b>	<b>82 940,34</b>	<b>9 762 690,57</b>	<b>0,00</b>	<b>6 583 516,36</b>	<b>5 950 736,19</b>	<b>80 929,09</b>	<b>5 783 211,98</b>	<b>5 984 141,07</b>	<b>642 786,17</b>	<b>86 595,12</b>	<b>0,829</b>	<b>59.238</b>	

### ORGÃO EXECUTIVO

Em ..... de ..... de .....

Em ..... de ..... de .....

### ORGÃO DELIBERATIVO

Em ..... de ..... de .....

*José António Rodrigues*  
*Presidente da Câmara*

*António J. M. P. Lopes*

*A. Lopes*

Ano: 2021

Euros



Alen  
Wilson  
Dil  
H.P.  
Aldemar

## VIII. DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL

(Do Município)



# Município de Pedrogão Grande

## Demonstração do desempenho orçamental do período findo em 31 de Dezembro de 2021

Valores em €

RUBRICA RECEBIMENTOS	FONTE DE FINANCIAMENTO (n)						(n-1)
	RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL	
<b>Saldo da gerência anterior</b>	489 763,61	0,00	0,00	930 787,90	213 557,89	1 634 109,40	1 518 379,11
Operações Orçamentais [1]	489 763,61	0,00	0,00	930 787,90	0,00	1 420 551,51	1 293 152,52
Devolução do saldo oper. Orçamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de tesouraria [A]	0,00	0,00	0,00	0,00	213 557,89	213 557,89	225 226,59
Recebimento do saldo devolvido por terceiras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Receita corrente</b>	5 188 073,49	0,00	0,00	0,00	0,00	5 188 073,49	5 027 308,92
R1 Receita Fiscal	716 933,03	0,00	0,00	0,00	0,00	716 933,03	740 146,60
R1.1 Impostos diretos	716 933,03	0,00	0,00	0,00	0,00	716 933,03	740 146,60
R1.2 Impostos indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R2 Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R3 Taxas, multas e outras penalidades	34 055,61	0,00	0,00	0,00	0,00	34 055,61	32 320,74
R4 Rendimentos de propriedade	299 926,74	0,00	0,00	0,00	0,00	299 926,74	284 932,54
R5 Transferências e subsídios correntes	4 035 382,33	0,00	0,00	0,00	0,00	4 035 382,33	3 775 799,61
R5.1 Transferências correntes	4 035 382,33	0,00	0,00	0,00	0,00	4 035 382,33	3 775 799,61
R5.1.1 Administrações Públicas	4 035 382,33	0,00	0,00	0,00	0,00	4 035 382,33	3 775 799,61
R5.1.1.1 Administração Central - Estado Português	4 016 356,61	0,00	0,00	0,00	0,00	4 016 356,61	3 775 799,61
R5.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	19 025,72	0,00	0,00	0,00	0,00	19 025,72	0,00
R5.1.1.3 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.4 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.5 Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.2 Exterior - U E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.3 Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.2 Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R6 Venda de bens e serviços	86 698,03	0,00	0,00	0,00	0,00	86 698,03	163 530,04
R7 Outras receitas correntes	15 077,75	0,00	0,00	0,00	0,00	15 077,75	30 579,39
<b>Receita de capital</b>	2 483 318,16	0,00	0,00	0,00	0,00	2 483 318,16	1 504 712,89
R8 Venda de bens de investimento	15 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15 500,00	0,00
R9 Transferências e subsídios de capital	2 467 818,16	0,00	0,00	0,00	0,00	2 467 818,16	1 487 256,03
R9.1 Transferências de capital	2 467 818,16	0,00	0,00	0,00	0,00	2 467 818,16	1 487 256,03
R9.1.1 Administrações Públicas	2 467 818,16	0,00	0,00	0,00	0,00	2 467 818,16	1 487 256,03
R9.1.1.1 Administração Central - Estado Português	2 459 595,90	0,00	0,00	0,00	0,00	2 459 595,90	1 487 256,03
R9.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	8 222,26	0,00	0,00	0,00	0,00	8 222,26	0,00
R9.1.1.3 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.4 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.5 Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.2 Exterior - U E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.3 Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.2 Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R10 Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17 456,86
R11 Reposições não abatidas aos pagamentos	2 744,39	0,00	0,00	0,00	0,00	2 744,39	1 842,53
<b>Receita efetiva [2]</b>	7 674 136,04	0,00	0,00	0,00	0,00	7 674 136,04	6 533 864,34
<b>Receita não efetiva [3]</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	359 278,00
R12 Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R13 Receita com passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	359 278,00
<b>Soma [4]=[1]+[2]+[3]</b>	8 163 899,65	0,00	0,00	930 787,90	0,00	9 094 687,55	8 186 294,86
<b>Operações de tesouraria [B]</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	34 329,52	34 329,52	40 444,06

**Município de Pedrogão Grande**



**Demonstração do desempenho orçamental do período findo em 31 de Dezembro de 2021**

Valores em €

RUBRICA PAGAMENTOS	FONTE DE FINANCIAMENTO (n)						(n-1)
	RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL	
<b>Despesa corrente</b>	4 249 876,87	0,00	0,00	0,00	0,00	4 249 876,87	4 179 096,97
D1 Despesas com o pessoal	2 399 235,37	0,00	0,00	0,00	0,00	2 399 235,37	2 271 404,20
D1.1 Remunerações Certas e Permanentes	1 876 714,04	0,00	0,00	0,00	0,00	1 876 714,04	1 778 120,64
D1.2 Abonos Variáveis ou Eventuais	23 111,58	0,00	0,00	0,00	0,00	23 111,58	28 724,88
D1.3 Segurança Social	499 409,75	0,00	0,00	0,00	0,00	499 409,75	464 558,68
D2 Aquisição de bens e serviços	1 458 830,61	0,00	0,00	0,00	0,00	1 458 830,61	1 469 232,37
D3 Juros e outros encargos	10 190,28	0,00	0,00	0,00	0,00	10 190,28	11 022,92
D4 Transferências e subsídios correntes	363 011,23	0,00	0,00	0,00	0,00	363 011,23	402 723,40
D4.1 Transferências correntes	292 798,51	0,00	0,00	0,00	0,00	292 798,51	299 310,86
D4.1.1 Administrações Públicas	88 079,38	0,00	0,00	0,00	0,00	88 079,38	51 675,91
D4.1.1.1 Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.3 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.4 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.5 Administração Local	88 079,38	0,00	0,00	0,00	0,00	88 079,38	51 675,91
D4.1.2 Entidades do setor não lucrativo	176 530,65	0,00	0,00	0,00	0,00	176 530,65	233 592,27
D4.1.3 Famílias	28 188,48	0,00	0,00	0,00	0,00	28 188,48	14 042,68
D4.1.4 Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.2 Subsídios correntes	70 212,72	0,00	0,00	0,00	0,00	70 212,72	103 412,54
D5 Outras despesas correntes	18 609,38	0,00	0,00	0,00	0,00	18 609,38	24 714,08
<b>Despesa de capital</b>	1 238 024,09	0,00	0,00	141 140,72	0,00	1 379 164,81	2 334 106,83
D6 Aquisição de bens de capital	1 146 385,37	0,00	0,00	141 140,72	0,00	1 287 526,09	1 928 580,80
D7 Transferência e subsídios de capital	91 638,72	0,00	0,00	0,00	0,00	91 638,72	103 785,32
D7.1 Transferências de capital	91 638,72	0,00	0,00	0,00	0,00	91 638,72	103 785,32
D7.1.1 Administrações Públicas	72 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	72 000,00	63 357,52
D7.1.1.1 Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.3 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.4 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.5 Administração Local	72 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	72 000,00	63 357,52
D7.1.2 Entidades do setor não lucrativo	19 638,72	0,00	0,00	0,00	0,00	19 638,72	40 427,80
D7.1.3 Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.4 Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.2 Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8 Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	301 740,71
<b>Despesa efetiva [5]</b>	5 487 900,96	0,00	0,00	141 140,72	0,00	5 629 041,68	6 513 203,80
<b>Despesa não efetiva [6]</b>	235 099,39	0,00	0,00	0,00	0,00	235 099,39	252 539,55
D9 Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10 870,25
D10 Despesa com passivos financeiros	235 099,39	0,00	0,00	0,00	0,00	235 099,39	241 669,30
<b>Soma [7]=[5]+[6]</b>	5 723 000,35	0,00	0,00	141 140,72	0,00	5 864 141,07	6 765 743,35
<b>Operações de tesouraria [C]</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	85 301,60	85 301,60	52 112,76
<b>Saldo para a gerência seguinte</b>	2 440 899,30	0,00	0,00	789 647,18	162 585,81	3 393 132,29	1 634 109,40
Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	2 440 899,30	0,00	0,00	789 647,18	0,00	3 230 546,48	1 420 551,51
Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]	0,00	0,00	0,00	0,00	162 585,81	162 585,81	213 557,89
<b>Saldo global [2] - [5]</b>	2 186 235,08	0,00	0,00	-141 140,72	0,00	2 045 094,36	20 660,54
Despesa primária	5 477 710,68	0,00	0,00	141 140,72	0,00	5 618 851,40	6 502 180,88
Saldo corrente	938 196,62	0,00	0,00	0,00	0,00	938 196,62	848 211,95
Saldo de capital	1 245 294,07	0,00	0,00	-141 140,72	0,00	1 104 153,35	-829 393,94
Saldo primário	2 196 425,36	0,00	0,00	-141 140,72	0,00	2 055 284,64	31 683,46
<b>Receita total [1] + [2] + [3]</b>	8 163 899,65	0,00	0,00	930 787,90	0,00	9 094 687,55	8 186 294,86
<b>Despesa total [5] + [6]</b>	5 723 000,35	0,00	0,00	141 140,72	0,00	5 864 141,07	6 765 743,35



Ray  
X  
J.  
Juliana  
DD  
Alice

## IX. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS



### Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

O objeto principal do Município de Pedrógão Grande é a prossecução de atividades não lucrativas no âmbito das competências atribuídas pela Lei 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o quadro de transferências de atribuições e competências para as autarquias locais.

A consolidação de contas é um processo contabilístico que permite agregar as demonstrações financeiras e orçamentais das entidades incluídas no perímetro de consolidação, tendo sido aplicadas as políticas de consolidação constantes do SNC-AP.

O Município de Pedrógão Grande, como entidade consolidante utiliza os seguintes métodos de consolidação:

- ✓ Método da Equivalência Patrimonial (para as contas consolidadas) que consiste na substituição no balanço da empresa consolidante do valor contabilístico das partes de capital por ela detidas pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios da empresa participada;
- ✓ Método da Equivalência Patrimonial (para as contas individuais) que consiste na substituição no balanço da empresa consolidante do valor contabilístico das partes de capital por ela detidas pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios da empresa participada.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida na NCP 1 – Estrutura e Conteúdos das Demonstrações Financeiras.

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ao Município de Pedrógão Grande ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

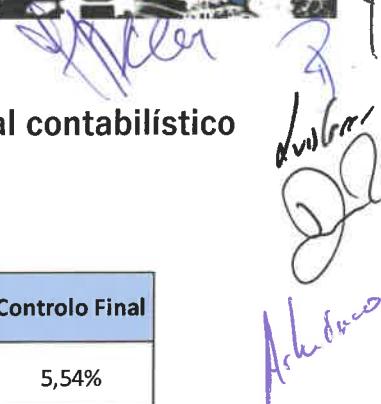


Atendendo ao baixo número de pontos que sofrem alterações, face à prestação de contas individual do Município pela aplicação do MEP á APIN, apenas se irão apresentar, os pontos das notas ao balanço e demonstração de resultados, que tiveram alterações, devido à aplicação do MEP, remetendo-se para a leitura dos restantes pontos nas contas individuais do Município de Pedrógão Grande.

Será ainda criado um ponto extra no final das restantes notas explicativas, o 24, o qual conterá alguns elementos específicos da consolidação.

Pelo segundo ano consecutivo o Município de Pedrógão Grande apresenta as suas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística das Administrações Públicas (SNC-AP).




  
 3  
 4  
 5  
 6  
 7  
 8  
 9

## Nota 1 – Identificação da Identidade, período de relato e referencial contabilístico

### 1.1– Entidades incluídas na consolidação

Designação	Sede	% Controlo		Controlo Final
		Direto	Indireto	
APIN - Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, E.I.M., S.A.	Penela	5,54%	-	5,54%

Quadro 1 – Entidades incluídas na consolidação, 2020

A APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, E.I.M., S.A., foi constituída por escritura pública lavrada no dia 29 de julho de 2019, no Cartório Notarial de Penela, tendo iniciado a sua atividade a 22 de agosto de 2019.

Nos termos dos seus estatutos, a APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, EIM, S.A, é uma empresa intermunicipal, criada sob a forma de uma sociedade anónima, cujo capital é 100% detido por municípios, com a seguinte estrutura acionista:

Municípios	Participação no Capital Social (€)	Participação (%)
Alvaiázere	98.780,00	8,98 %
Ansião	151.030,00	13,73 %
Castanheira de Pera	46.860,00	4,26 %
Figueiró dos Vinhos	64.020,00	5,82 %
Góis	79.200,00	7,20 %
Lousã	202.290,00	18,39 %
Pampilhosa da Serra	86.900,00	7,90 %
Pedrógão Grande	60.940,00	5,54 %
Penacova	154.440,00	14,04%
Penela	74.470,00	6,77%
Vila Nova Poiares	81.070,00	7,37%
<b>Total</b>	<b>1.100.000,00</b>	<b>100,00 %</b>

A composição dos Órgãos Sociais a 31/12/2021, era a seguinte:

Mesa da Assembleia Geral – esta é constituída por um Presidente e um Secretário.



Presidente – Luis Miguel Correia Antunes- Município Lousã;

Secretário – Eduardo Jorge Mendes Nogueira dos Santos – Município de Penela;

Conselho de Administração – sendo este composto por três membros nomeados pelas Câmaras Municipais.

Presidente – João Miguel Sousa Henriques – Município de Vila Nova de Poiares;

Vogal – Jorge Alves Custódio – Município de Pampilhosa da Serra;

Vogal – Marta Inês Dinis Brás Cardoso Fernandes– Município de Figueiró dos Vinhos.

O Conselho de Administração delega a gestão corrente da Empresa numa Comissão Executiva, fixando-lhes os limites de delegação. No decorrer do ano de 2021, este órgão sofreu alterações na sua composição, que produziu efeitos a partir da data da tomada de posse dos novos Órgãos Autárquicos dos respetivos Municípios e Acionistas da Apin, que ocorreu na sequencia da realização das eleições autárquicas.

Conselho Executivo – composto por um Presidente e dois Vogais, reporta ao conselho de administração e apoia-se em quatro unidades de suporte, sendo elas: Unidade de Assessoria Jurídica; Unidade de Controlo de Gestão; Unidade de Sistemas de Informação; Unidade de Assessoria de Imagem e Comunicação.

Fiscal Único – Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados, SROC, S.A., representado por: Bruno José Machado de Almeida.

Estado das contas individuais do exercício de 2021:

Aprovadas em Sessão de Assembleia Geral em 06 de abril de 2022.



*3*  
*Assinatura*

Trabalhadores ao serviço até 31 de dezembro de 2021, estavam ocupados 199 postos de trabalho, detalhando-se da seguinte forma: 33 colaboradores na sede, 100 colaboradores distribuídos pelos três Polos Operacionais e 66 colaboradores nos oito Centros Operacionais. A estrutura dos Recursos Humanos da APIN no ano de 2021, resultou da integração de 36 trabalhadores do conjunto dos 11 municípios, em regime de “Acordo de Cedência por Interesse Público”, tendo o Município de Pedrógão Grande 2 colaboradores nestas circunstâncias, e da contratação de técnicos especializados com o intuito de fortalecer as competências da atividade operacional da Empresa e também de suporte à Administração.

Segundo o art.º 28.º da Lei n.º 50/2012, o estatuto do pessoal das empresas é o do regime do contrato individual de trabalho, havendo lugar a exercício de funções por parte de trabalhadores que exercem funções públicas através de acordo de cedência de interesse público, aplicando-se, então, as regras de direito administrativo.

Note-se que, os direitos e regalias dos trabalhadores que transitaram em regime de cedência mantém-se inalterados, sendo a transição para a nova estrutura agregada feita numa base voluntária.

#### Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras da Empresa são preparadas de acordo com o referencial do Sistema de Normalização Contabilístico (SNC) que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF).

A APIN, em 2021, não consta na listagem de 2021 entidades do setor institucional das administrações públicas (atualizada em março de 2022) emitida pelo Instituto Nacional de Estatística (adiante também INE) (fonte [Portal do INE](#).)



*(Handwritten signatures and initials)*

Acresce que, além desse facto a entidade aplica o SNC “empresarial”. Para se poder proceder à consolidação orçamental, de uma forma minimamente eficaz, é necessário que a entidade a consolidar possua contabilidade orçamental nos termos da NCP 26, ou pelo menos muito similar, completa e aprovada. Pelo que não sendo este o caso da APIN a mesma não será incluída em termos de perímetro de consolidação orçamental.

Desta forma não existe qualquer entidade, além do Município, a incluir em perímetro de consolidação orçamental, pelo que não haverá qualquer elemento a preparar em termos de consolidação.

### 1.2– Informações relativas aos procedimentos de consolidação

No caso das regras e requisitos para se proceder à consolidação financeira, foi aplicado, o método da equivalência patrimonial, em que os ativos financeiros da participação financeira da APIN foram ajustados da sua quota-parte (5,54%) dos aumentos e diminuições do capital próprio desta.

O valor dos capitais próprios da APIN apresentaram o seguinte valor a 31/12/2021:

CAPITAIS PRÓPRIOS	Valor €
Capital Subscrito	1 100 000,00 €
Reservas Legais	10 863,28 €
Outras Reservas	0,00 €
Prestações Acessórias	0,00 €
Resultados Transitados	487 286,61 €
Ajustamentos/Outras variações no capital proprio	10 029 773,40 €
Resultados Liquidos	-2 160 138,79 €
<b>Total Capitais Próprios</b>	<b>9 467 784,50 €</b>

Quadro 2 – Decomposição capitais próprios APIN, 2021

Foi efetuada a aplicação do método de equivalência patrimonial sobre os ativos financeiros da participação financeira da APIN e foram ajustados da sua quota-parte (5,54%) dos aumentos e diminuições do capital próprio desta.



*Silva Alen*  
*J. J. Lopes*  
*A. M. P. G.*

### Situações a ter previamente em consideração:

- Sendo conhecido o resultado líquido do ano de 2021 da APIN (-2.160.138,79€), aquando da elaboração das contas individuais do Município, foi constituída provisão para cobertura desse resultado líquido negativo, pela aplicação da % da participação do Município (5,54%) no valor total de (-119.671,69€), tendo sido registada na conta 679 – “Outras Provisões”;
- Os valores que compõem a rubrica do capital próprio “Ajustamentos/Outras variações no capital próprio” não foram considerados para efeitos de cálculo do método de equivalência patrimonial uma vez que, devido ao diferente normativo contabilístico utilizado entre o Município (SNC-AP) e a empresa APIN (SNC), a conta 5931 – “Transferências e subsídios para aquisição de ativos não depreciáveis” ter diferentes enquadramentos. O valor considerado em SNC-AP na conta 5931, deverá ser o das transferências para investimentos que já estejam concluídos (passados a firme), pois caso não estejam ainda concluídos a verba deve permanecer na conta 282 e só depois de as obras estarem concluídas é o valor deve ser transferido para a conta 5931. As empresas que utilizam SNC, como é o caso da APIN reconhece, em regra e mediante o cumprimento de determinados pressupostos, o valor dos subsídios ao investimento na conta 5931 aquando a aprovação da candidatura. Conforme informações prestadas pela APIN, todo o montante contabilizado na conta 5931 a 31/12/2021 correspondiam a candidaturas referentes a obras que ainda se encontravam em curso. Deste modo, para efeito da aplicação do método de equivalência patrimonial, não foram considerados os 10.029.773,40 € de Ajustamentos/Outras variações no capital próprio da APIN.



H. M. C. L. 3  
J. M. G. 1  
A. S. M. 5

Resumidamente, em termos de consolidação, foram realizados os seguintes ajustamentos:

- Foi efetuado o lançamento e acerto da participação na APIN - Empresa Intermunicipal do Ambiente do Pinhal Interior, E.I.M., S.A., pelo método da equivalência patrimonial (5,54%), tendo sido:
  - Reconhecido, em termos líquidos, na conta 412239 – APIN o valor a crédito de 60.940€ resultando no valor de 0,00€ nessa participação (pois a situação líquida da APIN recalculada sem os ajustamentos/outras variações no capital próprio resultou numa situação líquida negativa);
  - a crédito na conta 561 – Resultados transitados, o montante de 7.374,12€, correspondendo à quota parte de Resultados Líquidos de Anos Anteriores (-4.689,39 (2019) e +12.063,51€ (2021));
  - a credito na conta 571 – Ajustamentos em Investimentos Financeiros, o valor de 20.223,38€, correspondendo à diferença entre a quota parte antes de resultados líquidos de 2021 (88.537,50€), abatido do valor de resultados líquidos de anos anteriores (7.374,12€) e do custo de aquisição da participação da APIN (60.940€);
  - por contrapartida do reconhecimento a debito na conta 6581 – Gastos em entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos, cobertura de prejuízos, cifrando-se tal montante em 88.537,50€.
- Foi também efetuado o ajustamento da provisão para cobertura do prejuízo de 2021 da APIN, efetuado nas contas individuais do município, na parte suportada pelo MEP. Em 2022 será feita a transferência do montante da quota-parte do prejuízo no valor de 139.942,73€, a qual tem por referência o valor do resultado antes de imposto e que regularizará o montante remanescente da provisão que ficou registada (51.405,23€), assim como reporá



o valor registado na 41, pelo MEP para os 88.537,50€ existentes antes do registo do Resultado líquido negativo de 2021.

Segue-se quadro exemplificativo dos valores considerados nos cálculos dos valores acima supramencionados:

	Balanço a 31/12/2021	Valor a considerar na proporção da participação
	100%	5,54%
<b>Capital subscrito</b>	<b>1 100 000,00</b>	<b>60 940,00</b>
<b>Reservas legais</b>	<b>10 863,28</b>	<b>601,83</b>
<b>Resultados Transitados</b>	<b>487 286,61</b>	<b>26 995,68</b>
<b>Ajustamentos/ Outras variações</b>	<b>10 029 773,40</b>	<b>-</b>
<b>RAI</b>	<b>-</b>	<b>139 942,73</b>
	<b>9 101 881,28</b>	<b>51 405,22</b>

(1)Não considerar, dado o tratamento diferenciado da rubrica dos Subsídios ao Investimento nos Regimes Contabilísticos adotados, pelo município e pela Empresa APIN.

Importa referir que o facto da transferência de equilíbrio financeiro estar prevista ser efetuada pelo resultado antes de imposto, nos termos da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, o qual no caso é “mais negativo” que o resultado líquido, resulta do facto da APIN ter estimado imposto diferido a recuperar, resultando num imposto “positivo”. Na prática este valor resulta do pressuposto, assumido pela APIN, de que no futuro irá apresentar resultados antes impostos positivos que permitirão utilizar/recuperar os prejuízos fiscais agora incorridos e que funcionarão como um crédito fiscal nessa altura.

### 1.3– Referencial contabilístico e demonstrações financeiras consolidadas

As Demonstrações Financeiras consolidadas apresentadas foram preparadas de forma a proporcionar uma imagem verdadeira e apropriada da sua posição financeira, alterações à posição financeira, a sua performance financeira. Uma apresentação verdadeira e apropriada requer que seja feita uma representação fidedigna dos efeitos das transações, de outros eventos, e das condições no que respeita ao reconhecimento dos ativos, passivos, rendimentos e gastos, de acordo com o previsto no SNC-AP.



*S. M. de Oliveira  
F.  
J. L. de Oliveira  
A. Ribeiro*

#### 1.4– Derrogações de disposições do SNC-AP

Não existiram, no decorrer do exercício, quaisquer casos excepcionais que implicassem diretamente a derrogação e qualquer disposição prevista pelo SNC-AP, que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras. No decorrer do ano de 2021, os serviços do município finalizaram os trabalhos de cadastro/inventariação do immobilizado, com o registo na aplicação do património da universalidade dos bens, no entanto, verifica-se ainda que a imputação dos subsídios ao investimento aos proveitos é suportada por uma aplicação de controlo em Excel, não sendo possível avaliar o eventual impacto da imputação ao resultado líquido baseado na correta afetação aos ativos subsidiados.

#### 1.5– Comparabilidade

O Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro referia que durante o ano de 2016 todas as entidades públicas deviam assegurar as condições e tomar as decisões necessárias para a transição para o SNC-AP, no entanto os vários adiamentos levaram ao atraso deste processo, sendo que só em 2020, o Município de Pedrógão Grande avançou com a sua implementação. No ano da transição para SNC-AP, não existindo a obrigação de reexpressar o comparativo das demonstrações financeiras de acordo com o SNC-AP, fez com que a comparabilidade no ano da transição (2020) fosse perdida, sendo a mesma agora retomada com as demonstrações financeiras no ano de 2021.

Em 31 de dezembro de 2021 a **desagregação dos saldos de caixa e depósitos** apresentava a seguinte distribuição:



Aren  
SA  
outras  
JD  
Almeida

Conta	Valor €
Caixa	682,63 €
Depósitos à ordem	3 392 449,66 €
Depósitos à ordem no Tesouro	0,00 €
Depósitos bancários à ordem	3 392 449,66 €
Depósitos a prazo	0,00 €
Depósitos Consignados	0,00 €
Depósitos de garantias e cauções	0,00 €
<b>Total de caixa e depósitos</b>	<b>3 393 132,29 €</b>

Quadro 3 – Desagregação de Caixa e Depósitos, 2021

## Nota 2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As demonstrações financeiras consolidadas do Município de Pedrógão Grande foram preparadas em conformidade com o estabelecido na NCP 1 – estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras, sendo que as mesmas apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade.

### 2.1– Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras Investimentos financeiros

As participações na Petroensino e APIN encontram-se valorizadas pelo método da equivalência patrimonial, enquanto as restantes participações se encontram valorizadas pelo método do custo.

A participação no Fundo de Apoio Municipal (FAM), está registada, quando disponível, pelo valor comunicado pela própria entidade.

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições			Quantia escriturada final	
		Compras	Ganhos de justo Valor	Reversões de perdas por imparidade	Outros	Alienações	Perdas de justo valor	Perdas por imparidade		
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados										
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado										
Participações financeiras - custo	60 940,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	60 940,00 €	0,00 €	
APIN - Empresa Intermunicipal Ambiente Pinhal Interior, EIM, S.A.	60 940,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	60 940,00 €	0,00 €	
<b>Total</b>	<b>60 940,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>60 940,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	

Quadro 4 – Ativos Financeiros, 2021



*Orçamento de  
despesas  
Luis*

## Transferências Financeiras a Cargo dos Sócios – Artigo 40º, n.ºs 2 e 8 da Lei n.º 50/2012, de 31

de agosto – Segundo este normativo, “... no caso de as empresas locais apresentarem o resultado líquido antes de impostos negativo, é obrigatória a realização de uma transferência financeira a cargo dos sócios, na proporção da respetiva participação social, com vista a equilibrar os resultados do exercício em causa”, devendo, proceder-se à concretização da transferência do montante apurado no mês seguinte à apreciação das contas da empresa local, observados os termos e nos prazos da lei comercial. Com efeito, considerando a aprovação de contas da APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, E.I.M., S.A., relativas ao exercício de 2021 no passado dia 6 de abril de 2022, e que em resultado das mesmas se constata um resultado líquido antes de impostos negativo de 2.526.042,01 euros, deverá o Município de Pedrógão Grande proceder à transferência financeira no montante de 139.942,73€, representativo da participação de 5,54 % no referido capital social.

## Nota 15 – Provisões

(...)

Rúbricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições			Movimentos consolidação	Quantia escriturada final
		Reforços	Quantia	Outros aumentos	TOTAL	Utilizações	Reversões	Outras diminuições		
Impostos, contribuições e taxas										
Garantias a clientes										
Processos judiciais em curso										
Acidentes de trabalho e doenças profissionais										
Matérias ambientais										
Contratos onerosos										
Reestruturação e reorganização										
Outras provisões	154 083,60	119 671,69			119 671,69			77 500,00	77 500,00	-68 266,46
<b>Total</b>	<b>154 083,60</b>	<b>361 328,97</b>			<b>77 500,00</b>	<b>438 828,97</b>		<b>77 500,00</b>	<b>77 500,00</b>	<b>-68 266,46</b>
										<b>447 146,11</b>

Quadro 5 – Provisões, 2021

## Nota 18 – Instrumentos Financeiros

(...)

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Imparidades iniciais	Variações						Movimentos Consolidação	Quantia escriturada final
			Adições	Aplicação MEP contas individuais	Amortizações	Reversões de Perdas por Impariedade	Perdas por Impariedade	Diminuições		
<b>INVESTIMENTOS FINANCEIROS</b>										
Investimentos em entidades controladas	972 230,60								-60 940,00	721 264,40
Investimentos em associadas	358 217,92									340 760,00
Investimentos em empreendimentos conjuntos										0,00
Investimentos noutras entidades										196 215,41
Outros investimentos financeiros										0,00
<b>TOTAL</b>	<b>1 526 663,93</b>	<b>-17 457,92</b>	<b>0,00</b>	<b>-190 026,20</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-60 940,00</b>	<b>1 258 239,81</b>

Quadro 6 – Instrumentos Financeiros, 2021

## 18.18– Património Líquido

Rubricas	Saldo Inicial	Aumento	Diminuição	Mov. consolid.	Saldo final
51 Património	32 387 951,36	0,00	0,00	0,00	32 387 951,36
55 Reservas legais	1 521 557,43	0,00	0,00	0,00	1 521 557,43
561 Resultados transitados	-9 660 101,07	0,00	0,00	7 374,12	-9 652 726,95
562 Regularizações	0,00	305 494,27	129 629,65	0,00	175 864,62
564 Ajustamentos de transição para o SNC-AP	-1 974 762,86	0,00	0,00	0,00	-1 974 762,86
57 Ajustamentos em investimentos financeiros	580 283,44	0,00	3 838,98	20 223,38	596 667,84
59 Outras variações no património líquido	6 274 392,12	4 210 452,87	2 829 794,45	0,00	7 655 050,54
818 Resultado líquido do período (*1)	0,00	0,00	664 867,25	-20 271,04	-685 138,29
	29 129 320,42	4 515 947,14	3 628 130,33	7 326,46	30 024 463,69

Quadro 7 – Patrimônio Líquido, 2021

As alterações ocorridas no património líquido consolidado constantes do mapa acima tiveram todas como origem a aplicação do método da equivalência patrimonial e correspondem a:

- ✓ Conta 57 - Ajustamentos em ativos financeiros no total de 20.223,38€ credores;
- ✓ Conta 561 – Registo em resultados transitados do impacto dos resultados líquidos de anos anteriores da APIN que totaliza 7.374,12€ credores;
- ✓ Transferência entre as provisões dos exercícios e gastos em entidades controladas por aplicação do MEP, no montante de 88.537,50€, tratando-se de uma transferência de gastos entre contas de gastos, o seu efeito na rubrica do resultado do período acaba por compensar-se, ou seja, tem efeito nulo;
- ✓ Reflexo no Resultado Líquido do Período do reforço da Provisão constituída para cobertura de prejuízos, no montante de 20.271,04€, derivado do facto da cobertura de prejuízos ter por base o Resultado Antes de Imposto.

(...)

## Nota 24 – Consolidação de contas – Lançamentos, mapas e informações

Apesar da Portaria 474/2010, de 1 de julho ter sido revogada pela entrada em vigor do SNC-AP, neste ponto serão apresentados alguns dos mapas previstos na mesma, pois entendem-se pertinentes para uma informação mais completa acerca da consolidação de contas.



Poderão ser ainda apresentados novos mapas que se entendam melhorarem a leitura das demonstrações financeiras consolidadas.

## 24.1 – Lançamentos de consolidação

Em 2021 foram efetuados, no processo de consolidação os seguintes lançamentos:

- 1) Lançamento e acerto da participação na APIN - Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, E.I.M., S.A., pelo método da equivalência patrimonial (5,54%)

Conta a débito	Valor	Conta a crédito	Valor
6851 Perdas em participadas MEP	88 537,50	56 Resultados transitados	7 374,12
		57 Ajust. Invest. Financeiros	20 223,38
		411 APIN	60 940,00
Somatório	88 537,50	Somatório	88 537,50

- 2) Ajustamento da provisão para cobertura do prejuízo de 2021 da APIN, na parte suportada pelo MEP. Em 2022 será feita a transferência do montante do prejuízo 139.942,73€

Conta a débito	Valor	Conta a crédito	Valor
299 Outras Provisões	88 537,50	679 Provisões	88 537,50
679	20 271,04	299	20 271,04
Somatório	68 266,46	Somatório	68 266,46

Quadro 8 – Movimentos Contabilísticos efetuados, 2021

## 24.2 – Fluxos financeiros

Em 2021 os fluxos financeiros entre as entidades que integraram o balanço consolidado pelo método integral (Município e APIN) e que também correspondem às anulações feitas na consolidação no mapa dos Fluxos de Caixa Consolidados, foram:

### RECEBIMENTOS DE CLIENTES

Valor	Recebido por	Pago por	Descriutivo
- 78 046,23	APIN	Município	Anulação do montante recebido em 2021 pela APIN pago pelo Município referente ao consumo de água, saneamento e resíduos.

### PAGAMENTO A FORNECEDORES

Valor	Recebido por	Pago por	Descriutivo
64 723,99	APIN	Município	Anulação do montante recebido em 2021 pela APIN pago pelo Município referente ao consumo de água, saneamento e resíduos. Existiram pagamentos de 13.322,24€ feitos pelo Município no final de Dez 2021 em que a APIN apenas os recebeu no início de 2022

Quadro 9 – Recebimentos clientes vs Pagamentos fornecedores



*Alvaro  
X.  
nos  
lancar  
de  
Achim*

**PAGAMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS**

Valor	Recebido por	Pago por	Descriutivo
- 70 212,72	APIN	Município	Anulação do montante recebido em 2021 pela APIN transferido pelo Município para compensação da aplicação de tarifário reduzido no âmbito das medidas de apoio Covid-19, assim como no âmbito da TSA - Tarifa Social de Água.

**OUTROS RECEBIMENTOS**

Valor	Recebido por	Pago por	Descriutivo
70 212,72	APIN	Município	Anulação do montante recebido em 2020 pela APIN transferido pelo Município para compensação da aplicação de tarifário reduzido nos 3 meses de pandemia de 2020 no âmbito das medidas de apoio Covid-19

Quadro 10 – Pagamentos de transferências e subsídios vs Outros recebimentos

**RECEBIMENTOS DE CLIENTES**

Valor	Recebido por	Pago por	Descriutivo
- 16 563,45	Município	APIN	Anulação do montante recebido em 2021 pelo Município pago pela APIN, referente à alienação de viaturas municipais afetas à deposição e recolha de resíduos. Viaturas: 97-35-NM e 22-UL-17.

**PAGAMENTO A FORNECEDORES**

Valor	Recebido por	Pago por	Descriutivo
16 563,45	Município	APIN	Anulação do montante recebido em 2021 pelo Município pago pela APIN, referente à alienação de viaturas municipais afetas à deposição e recolha de resíduos. Viaturas: 97-35-NM e 22-UL-17.

Quadro 11 – Recebimentos clientes vs Pagamentos fornecedores

### 24.3 – Relações comerciais

Em 2021 as relações comerciais entre as entidades que integraram o balanço consolidado pelo método integral (Município e APIN), foram:

**Cliente**

Saldo Inicial (a receber)	Constituição Direitos	Recebimentos	Regularizações	Saldo Final (a receber)
0,00	146 193,10	-16 563,45	-129 629,65	0,00

**Fornecedor (Fornecimento de água e serviços conexos pela APIN ao Município)**

Saldo Inicial (a pagar)	Constituição Obrigações	Pagamentos	Regularizações	Saldo Final (a pagar)
-7 835,66	-71 402,23	78 046,23	0,00	-1 191,66

**Outras (Compensação tarifas reduzidas Covid-19)**

Saldo Inicial (a receber)	Constituição Direitos	Pagamentos	Regularizações	Saldo Final (a receber)
0,00	70 212,72	-70 212,72	0,00	0,00

Quadro 12 – Relações Comerciais entre APIN e Município, 2021



*Desta a.  
Vilam  
D2  
Arhino*

## 24.4 – Dívida total consolidada

Em 2021 a dívida total do grupo consolidada, em termos de valores que integram o balanço consolidado (não substitui a apurada pelas entidades oficiais), é de:

Entidades Relevantes	Total das dívidas a terceiros do balanço a 31.12.2020				DIVIDA BRUTA	Eliminações de créditos/dívidas recíprocas e outros movimentos de consolidação		DIVIDA BRUTA CONSOLIDADA	
	MLP	CP	FAM	Operações não orçamentais		(5)=(1)+(2)-(3)-(4)	Débito (-) (6)	Crédito (+) (7)	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(1)+(2)-(3)-(4)	Débito (-) (6)	Crédito (+) (7)	Lançamento	(8)=(5)+(6)-(7)
Município (Prest. Contas 2021) (1)	1 694 714	644 263	0	162 586	2 176 391	0	0	N/A	2 176 391
APIN (2)	205 639	431 299	0	211 785	425 153	0	0	N/A	425 153
<b>Total</b>	<b>1 900 353</b>	<b>1 075 562</b>	<b>0</b>	<b>374 371</b>	<b>2 601 543</b>	<b>0</b>	<b>0</b>		<b>2 601 543</b>

NOTA 1 - Não inclui contribuição para a dívida bruta das entidades SM/AM/SEL e Ent. Part

NOTA 2 - Incluído na proporção detida (5,54%)

Quadro 13 – Dívida Total Consolidada, APIN e Município, 2021



Clá. P.  
J. M.  
J. A.  
A. L.

## X. RELATÓRIO DE GESTÃO & CONTAS, CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS, RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO DA APIN

EMPRESA INTERMUNICIPAL DE  
AMBIENTE DO PINHAL INTERIOR

Oey  
R. J.  
Luzon  
D.J.  
Alvino

# Relatório de Gestão & Contas

## 2021



*Reny. /  
D.M. 3.  
Aníbal  
O.J.  
Achim*

## Índice Geral

1	MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO .....	6
2	QUEM SOMOS .....	8
3	A EMPRESA .....	11
3.1	Missão, Visão e Objetivos .....	12
3.1.1	Missão .....	12
3.1.2	Visão .....	12
3.1.3	Objetivos .....	13
3.2	Órgãos Sociais .....	13
3.2.1	Assembleia Geral .....	13
3.2.2	Conselho de Administração .....	13
3.2.3	Fiscal Único .....	14
3.3	Estrutura Organizacional da APIN .....	14
3.3.1	Regional .....	14
3.3.2	Funcional .....	16
3.4	Caracterização da Situação Atual .....	18
4	REGULAÇÃO .....	19
4.1	Regulamento de Serviço APIN .....	19
4.2	Regulação Económica .....	20
4.3	Regulação da Qualidade do Serviço .....	20
4.4	Política de Privacidade .....	20
5	INDICADORES DO ANO 2021 .....	21
5.1	Posição Económico-Financeira .....	21
5.2	Aprovisionamento - Contratação Pública .....	21
5.3	Recursos Humanos .....	23
5.4	Candidaturas a Fundos Comunitários .....	24
5.5	Candidatura ao Fundo Ambiental .....	26
6	OS PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS .....	27
7	ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE .....	31
7.1	Linhas Estratégicas .....	31
8	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS .....	32
9	PROJETOS ESTRUTURANTES .....	36
9.1	Abastecimentos de Água .....	36



*Osen*  
*2021*  
*Set*  
*10/10/2021*  
*Arquivo*

9.2	Gestão de Resíduos Urbanos .....	36
10	ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO .....	38
11	ATIVIDADE DA EMPRESA.....	41
11.1	Indicadores de Atividade.....	41
11.1.1	Cientes.....	41
11.1.2	Balcão Digital e Envio Eletrónico de Fatura .....	42
11.1.3	Reclamações.....	43
11.1.4	Volumes faturados.....	43
11.2	Abastecimento de Água.....	44
11.2.1	Volume aduzido à rede .....	44
11.2.2	Avarias na rede.....	45
11.2.3	Deteção de fugas.....	46
11.2.4	Qualidade da água .....	46
11.2.5	Ramais novos de abastecimento de água .....	46
11.3	Saneamento de Águas Residuais .....	47
11.3.1	Volumes recolhidos nas redes de saneamento.....	47
11.3.2	Quantidade e volumes recolhidos em fossas.....	47
11.3.3	Operação e manutenção de ETAR .....	48
11.3.4	Ramais novos de Saneamento .....	49
11.4	Gestão de Resíduos Urbanos .....	49
11.5	Obras executadas ou em execução.....	50
11.6	Planeamento e Projeto .....	51
11.7	Sistema de Informação Geográfica (SIG) e Cadastro .....	52
11.8	Segurança e Saúde no Trabalho .....	53
11.9	Comunicação e Imagem .....	54
11.10	Responsabilidade Social .....	56
12	ANÁLISE ECONÓMICO FINANCEIRA .....	57
12.1	Estrutura de Rendimentos .....	57
12.2	Estrutura de Gastos .....	57
12.3	Resultado .....	58
12.4	Capital Próprio .....	58
12.5	Principais Rácios Financeiros .....	59
12.6	Gestão de Riscos .....	59
12.7	Ações Próprias .....	60



12.8 Negócio entre a Sociedade e os Seus Administradores.....	60
12.9 Sucursais.....	60
12.10 Situação Fiscal e Contributiva .....	60
13 OBRAS RELEVANTES A EFETUAR NO FUTURO .....	61
14 IMPOSTO DIFERIDO SOBRE O RENDIMENTO.....	65
15 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	65
16 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS .....	65
17 TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS A CARGO DOS SÓCIOS (Artigo 40.º, n.ºs 2 e 8 da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto) .....	66
18 FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO .....	67
19 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	68
19.1 BALANÇO .....	69
19.2 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS .....	70
19.3 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES .....	71
19.4 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA .....	72
19.5 DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO - 2021 .....	73
19.6 DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO - 2020 .....	74
20 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	75

## Índice de Figuras

Figura 1- Cadeia de valor do setor de águas e resíduos .....	10
Figura 2 - Estrutura organizacional .....	15
Figura 3 - Organograma da Empresa.....	17
Figura 4 - Número de colaboradores.....	33
Figura 5 - Balcão digital .....	42
Figura 6 - Mapa geográfico da Empresa .....	61

## Índice de Quadros

Quadro 1- Estrutura acionista .....	11
Quadro 2 - Âmbito territorial .....	12
Quadro 3 - Colaboradores por género e por direção .....	23
Quadro 4 - Idade dos colaboradores por escalões etários .....	24
Quadro 5 - Candidaturas aprovadas pelo POSEUR por concelho .....	25
Quadro 6 - Candidaturas aprovadas pelo POSEUR por tipologia .....	26
Quadro 7 - Horas de formação.....	35
Quadro 8 - Cenário macroeconómico 2021-2022 .....	40

Oe  
 R.  
 J. P.  
 F. F.  
 eet  
 m  
 D.  
 APIN

Quadro 9 - Contratos ativos .....	41
Quadro 10 - Contratos ativos por tipo de utilização .....	41
Quadro 11 - Modo de efetuar a reclamação .....	43
Quadro 12 - Limpeza de fossas realizadas e respetivos volumes .....	48
Quadro 13 - ETAR sob gestão da APIN .....	48
Quadro 14 - Parque de contentores .....	49
Quadro 15 - Rendimentos e ganhos .....	57
Quadro 16 - Gastos e perdas .....	57
Quadro 17 - Resultados .....	58
Quadro 18 - Capital próprio .....	59
Quadro 19 - Indicadores da posição financeira .....	59

### Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Balanço de 2021 .....	21
Gráfico 2 - Número de adjudicações por tipo de procedimento .....	22
Gráfico 3 - Valor dos procedimentos de contratação por tipo de procedimento .....	22
Gráfico 4 - Distribuição por género do total de colaboradores    Gráfico 5 - Distribuição por género em funções administrativas .....	23
Gráfico 6 - Evolução da estrutura de recursos humanos .....	34
Gráfico 7 - Colaboradores por tipo de contrato de trabalho .....	34
Gráfico 8 – Habilidades literárias .....	35
Gráfico 9 - Volumes de água fornecidos .....	44
Gráfico 10 – Volumes totais de água adquirida em "alta" .....	45
Gráfico 11 - Efluente entregue em "alta" .....	47
Gráfico 12 - Recolha de resíduos indiferenciados .....	50



## 1 MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nos termos dos estatutos da APIN e da legislação aplicável, vem o Conselho de Administração da APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, E.I.M., S.A. (APIN), apresentar o Relatório de Gestão e Contas relativo ao período de 2021.

O atual Conselho de Administração da APIN tomou posse em 19 de novembro de 2021. A nova constituição dos Órgãos Sociais da APIN, resulta do processo eleitoral ocorrido em 2021 e consequente tomada de posse dos novos eleitos locais nos respetivos cargos autárquicos dos seus municípios, os únicos acionistas desta Empresa.

Se o ano de 2020 marcou definitivamente o início de atividade da APIN, foi no ano de 2021 que a Empresa começou a ter maior atividade e visibilidade no terreno, passando a garantir junto dos seus clientes, acionistas e outros stakeholders uma gestão efetiva e autónoma dos serviços de águas e resíduos. O ano de 2021 ficou também marcado pelo início das ações previstas no plano de investimentos, nomeadamente as resultantes das candidaturas aprovadas e financiadas por fundos comunitários - POSEUR.

Tendo em vista o cumprimento da missão, da visão e dos seus objetivos, a APIN está empenhada em garantir as condições que permitem a sua sustentabilidade operacional e financeira. Não estando naturalmente imune ao aumento generalizado dos preços que impactam na sua estrutura de custos, mantém-se alinhada com uma estratégia de melhoria contínua em todos os processos de produção / distribuição de água, recolha / tratamento de efluentes domésticos e a recolha de resíduos urbanos.

Ao nível tarifário, a APIN e os municípios que a constituem, conscientes da crise originada pela pandemia de coronavírus, aprovaram a aplicação de uma redução de 25% na tarifa fixa aos consumidores domésticos, durante os meses de fevereiro a abril de 2021, bem como a isenção de 100% do valor da tarifa fixa aplicada às empresas, à indústria e ao comércio. Adicionalmente e no que concerne às Instituições de solidariedade Social e às Associações de utilidade pública foi aprovada a retirada da tarifa fixa até ao final de 2021.

Estamos conscientes da importância e mais valias associadas à criação de Entidades agregadas como a APIN, com foco e dedicação em exclusivo à gestão do nosso meio ambiente, capaz de dar resposta a um sector bastante desafiante e em constante mutação, cuja missão vai para além de critérios exclusivamente economicistas.

Vamos continuar o trabalho desenvolvido, numa perspetiva de sustentabilidade, de eficácia e de eficiência, em prol das populações que servimos e de um futuro ambientalmente mais sustentável.



Relatório de Gestão e Contas 2021

Para concretizar os nossos objetivos e materializar a nossa ambição em resultados, contamos naturalmente com a cooperação de todos desde os colaboradores, a comissão executiva e todos os acionistas.

(João Miguel Sousa Henriques)

(Jorge Alves Custodio)

(Marta Inês Dinis Brás Cardoso Fernandes)



## 2 QUEM SOMOS

Integram a APIN os municípios de Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Lousã, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penacova, Penela e Vila Nova de Poiares. A APIN opera no sector do ambiente, na sequência da autorização para a criação de um sistema intermunicipal de serviços de abastecimento público de água, saneamento de águas residuais e recolha de resíduos urbanos. A APIN cobre uma área de cerca de 1.900 km<sup>2</sup>, com cerca de 79.5 mil habitantes, dos quais aproximadamente 60 mil são clientes.



A APIN é regulada pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que estabelece o regime jurídico da atividade empresarial local e, subsidiariamente, pelo código das sociedades comerciais. Obedece ao regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, por força da Lei n.º 73/2013, de 13 de setembro e a Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto, condicionando o regime de financiamento aos limites legais de endividamento municipal e demais regras aplicáveis.

Nos termos dos seus estatutos, a APIN tem por objeto a gestão de serviços de interesse geral, e mais concretamente a exploração e a gestão do Sistema Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, que agrupa os sistemas municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos dos supracitados municípios, no respetivo território.

Esta atividade foi formalizada através de um Contrato de Gestão Delegada dos 11 municípios para a APIN, celebrado a 2 de outubro de 2019, por um período de 30 anos contados a partir do dia seguinte ao termo do período de transição.

### Cadeia de Valor

As atividades de abastecimento público de água às populações, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos constituem serviços públicos de caráter estrutural, essenciais ao bem-estar geral, à saúde pública e à segurança coletiva das populações, às atividades económicas e à proteção do ambiente. Devem por isso obedecer a um conjunto de princípios, entre os quais se destacam a universalidade de acesso, a continuidade e a qualidade do serviço, a eficiência e a equidade de preços.

O setor de água e resíduos pode dividir-se em dois subsetores significativamente distintos na perspetiva tecnológica: 1) o subsetor dos serviços de águas e; 2) subsetor dos serviços de gestão de resíduos urbanos. A cadeia de valor das atividades dos serviços de águas e resíduos permite compreender a sua complementaridade enquanto peças fundamentais do, tradicionalmente designado, saneamento básico (Figura 1).

Esta estruturação dos sistemas conduziu a vantagens em termos de economias de escala e conduziu simultaneamente à divisão da cadeia de valor da prestação dos serviços considerando as fases do processo produtivo.

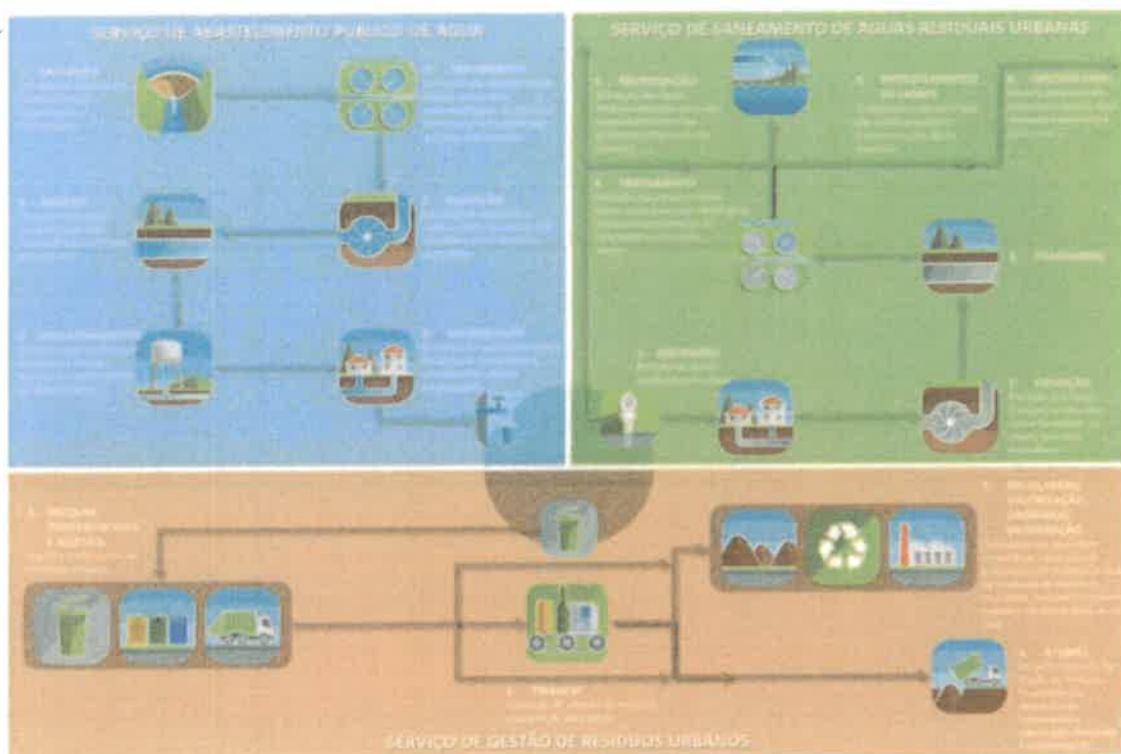
A gestão centralizada e integrada na região favorece o nível de serviço e poupança nos recursos.

Saliente-se que os centros de competências regionais, em rede, permitem uma maior sustentabilidade ambiental e financeira e são potenciadores de economias de escala, face a sistemas municipais isolados.



Ober  
F. J.  
B. J.  
Burloa  
D.  
A. L. E. 20

Figura 1- Cadeia de valor do setor de águas e resíduos



Fonte: RASARP2019\_Volume 1

### 3 A EMPRESA

**Designação Social:** APIN - Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, E.I.M., S.A.

**Sede Social:** Zona Industrial de Penela, Lote 15, 3230-347 Penela

**Pessoa Coletiva:** 515 515 507

**Capital Social:** € 1.100.000

**Nº Registo na Conservatória do Registo Comercial de Penela:** 515 515 507

*Quadro 1- Estrutura acionista*

Município	% Capital Social	Valor do Capital Social
Alvaiázere	8,98%	98 780 €
Ansião	13,73%	151 030 €
Castanheira de Pera	4,26%	46 860 €
Figueiró dos Vinhos	5,82%	64 020 €
Góis	7,20%	79 200 €
Lousã	18,39%	202 290 €
Pampilhosa da Serra	7,90%	86 900 €
Pedrógão Grande	5,54%	60 940 €
Penacova	14,04%	154 440 €
Penela	6,77%	74 470 €
Vila Nova de Poiares	7,37%	81 070 €
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>1 100 000 €</b>

A Empresa situa-se no interior do País, NUTS III, e caracteriza-se por uma baixa densidade populacional, com municípios entre os 17 mil habitantes (Lousã) e os 2,7 mil habitantes (Castanheira de Pera).

No quadro seguinte resumem-se os dados populacionais, de alojamentos e área dos municípios integrantes da agregação:



*Quadro 2 - Âmbito territorial*

Município	População	Alojamentos	Área (km2)
Alvaiázere	6 239	5 728	160
Ansião	11 645	8 548	176
Castanheira de Pera	2 657	2 692	67
Figueiró dos Vinhos	5 281	4 905	173
Góis	3 811	5 048	263
Lousã	17 007	10 464	138
Pampilhosa da Serra	4 083	5 605	396
Pedrógão Grande	3 391	3 569	129
Penacova	13 113	8 385	217
Penela	5 440	4 382	132
Vila Nova de Poiares	6 807	4 439	84
<b>Total</b>	<b>79 474</b>	<b>63 765</b>	<b>1 937</b>

Fonte: Censos INE de 2021 (Resultados Provisórios)

Os onze municípios que integram a APIN apresentam algumas características distintas, desde logo ao nível da população e área geográfica. Em termos populacionais, a população dos oito municípios menos populosos soma 37,7 mil habitantes, enquanto nos três municípios mais populosos, Ansião, Lousã e Penacova, ascende a 41,8 mil habitantes.

Em termos de densidade populacional obtém-se variações entre os 10,3 hab./km<sup>2</sup> (Pampilhosa da Serra) e os 122,9 hab./km<sup>2</sup> (Lousã).

### 3.1 Missão, Visão e Objetivos

#### 3.1.1 Missão

Assegurar os serviços públicos de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de recolha de resíduos urbanos de forma a garantir elevados níveis de qualidade de serviço ao menor custo para os utilizadores.

Os desafios que os referidos serviços enfrentam, exigem uma gestão mais profissional, com maior capacidade financeira, técnica e tecnológica e com uma dimensão capaz de garantir a sua sustentabilidade atual e também para as futuras gerações.

#### 3.1.2 Visão

Ser reconhecida como referência empresarial no setor, pela qualidade do serviço que presta e pela competência profissional.

Assumir-se como uma Empresa Intermunicipal, orientada para estabelecer tarifários justos e equilibrados, que sejam:

- Socialmente acessíveis;
- Protetores do ambiente;
- Economicamente sustentáveis;
- Garantindo níveis de excelência consentâneos com as melhores práticas do setor, no que se refere a:
  - ✓ Rigor nos Investimentos;
  - ✓ Rigor na Gestão;
  - ✓ Rigor na Eficiência.

### 3.1.3 Objetivos

- Promover a **qualidade** do serviço prestado, potenciando a satisfação dos clientes;
- Aumentar a **eficiência** operacional, mantendo proximidade com os utilizadores;
- Garantir **equidade** entre os utilizadores, sendo socialmente responsável;
- Privilegiar a **economia circular**: redução, reutilização, recuperação e reciclagem de materiais e energia;
- Fomentar uma **cultura de inovação, desenvolvimento e de melhoria contínua**.

## 3.2 Órgãos Sociais

### 3.2.1 Assembleia Geral

A composição da Assembleia Geral da APIN a 31 de dezembro de 2021 é a seguinte:

- Presidente – município da Lousã, representado por: Luís Miguel Correia Antunes
- Secretário – município de Penela, representado por: Eduardo Jorge Mendes Nogueira dos Santos

### 3.2.2 Conselho de Administração

A composição do Conselho de Administração a 31 de dezembro de 2021 é a seguinte:

- Presidente – município de Vila Nova de Poiares, representado por: João Miguel Sousa Henriques
- Vogal – município da Pampilhosa da Serra, representado por: Jorge Alves Custódio
- Vogal – município de Figueiró dos Vinhos, representado por: Marta Inês Dinis Brás Cardoso Fernandes



O Conselho de Administração delega a gestão corrente da Empresa numa Comissão Executiva, fixando-lhes os limites de delegação.

O Conselho de Administração da APIN sofreu alterações na sua composição durante o ano de 2021, que produziu efeitos a partir da data da tomada de posse dos novos Órgãos Autárquicos dos respetivos Municípios e Acionistas da APIN, que ocorreu na sequência da realização das eleições autárquicas.

### 3.2.3 Fiscal Único

- Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados, SROC, S.A., representado por: Bruno José Machado de Almeida.

Como Fiscal Único suplente: José Joaquim Marques de Almeida

## 3.3 Estrutura Organizacional da APIN

### 3.3.1 Regional

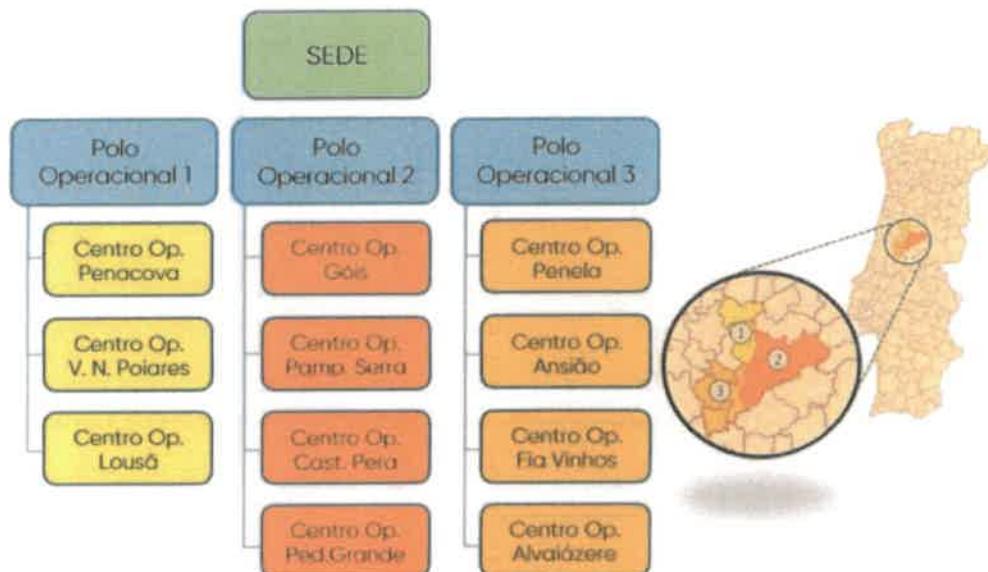
Face à elevada área geográfica, à baixa densidade populacional e ao elevado cumprimento de rede de água por alojamento, determinou-se que os serviços operacionais não se deviam concentrar todos num único local.

Efetivamente, ainda que estes serviços se localizassem no centro de gravidade da região, as distâncias a percorrer implicariam ineficiências em termos de custos de transporte e tempo despendido. Assim, optou-se por uma organização com três níveis de funcionalidades:

- Uma Sede;
- Três Polos Operacionais;
- Centros Operacionais<sup>1</sup>.

Com estes pressupostos, obteve-se uma estrutura otimizada, eficiente e com elevada capacidade de decisão e resposta.

<sup>1</sup> A 31 de dezembro de 2021 encontravam-se em funcionamento oito centros operacionais.

*Figura 2 - Estrutura organizacional*


A **Sede** concentra todos os serviços de suporte, nomeadamente:

- Administração;
- Primeiras linhas de Direção: Comercial, Administrativa e Financeira, Exploração e Manutenção e Engenharia e Qualidade;
- Planeamento, Projetos e Obras, SIG, Segurança e Saúde no Trabalho e Controlo de Qualidade;
- Gestão dos processos de Faturação e Cobrança;
- Gestão de Reclamações;
- Recursos Humanos;
- Contabilidade e Controlo de Gestão;
- Compras;
- Serviços Administrativos;
- Apoio Informático;
- Certificação.

Os **Polos Operacionais**, localizados nos municípios da Lousã (Polo 1), Pampilhosa da Serra (Polo 2) e Penela (Polo 3), concentram os serviços operacionais transversais a todos os municípios, designadamente:

- Gestão de produção de água e de tratamento e rejeição de efluentes (Operação, manutenção e exploração dos sistemas em "alta");



- Armazéns e oficinas;
- Recolha de Resíduos Urbanos;
- Parque de veículos especiais e de inertes;
- Manutenção preventiva.

O edifício do Polo Operacional da Lousã possui instalações para os serviços de Controlo de Qualidade, para o Centro de Gestão de Operações e para a Telegestão.

Os Centros Operacionais asseguram o serviço e proximidade à população, concentrando concretamente:

- Operação de redes de água e saneamento em "baixa";
- Manutenção curativa (roturas, colapsos, etc.) das redes de água e saneamento em "baixa";
- Serviços de atendimento ao público;
- Leituras de contadores.

Os Polos e os Centros Operacionais garantem, a todos os municípios, proximidade do serviço à população e capacidade de resposta descentralizada.

Para reduzir sobreposições de dimensionamento de escritórios e pessoal, a Sede coincide com um dos Polos Operacionais e cada Polo Operacional coincide com um Centro Operacional.

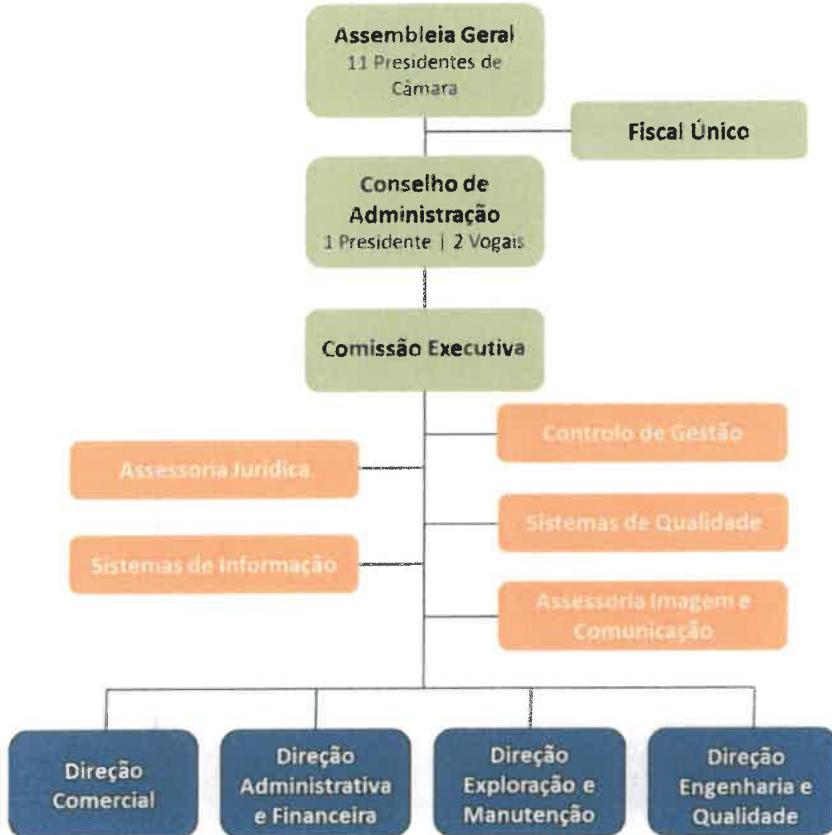
### 3.3.2 Funcional

#### 3.3.2.1 Organograma

O organograma da APIN é composto por:

- Órgãos Sociais;
- Comissão Executiva;
- 5 Unidades de Suporte à Comissão Executiva;
- 4 Direções;
- 19 Áreas Operacionais.



*Figura 3 - Organograma da Empresa*


### 3.3.2.2 Aspectos relacionados com os trabalhadores

Segundo o artigo 28.º da Lei n.º 50/2012, o estatuto do pessoal das empresas é o do regime do contrato individual de trabalho (sendo assim o mesmo regulado pelo direito privado), havendo lugar a exercício de funções por parte de trabalhadores que exercem funções públicas através de acordo de cedência de interesse público, aplicando-se, então, as regras de direito administrativo.

Note-se que, os direitos e regalias dos trabalhadores que transitaram em regime de cedência mantêm-se inalterados. Além disso, a transição para a nova estrutura agregada aconteceu numa base voluntária.

A Empresa Intermunicipal implementa ainda políticas de recursos humanos orientadas para a sua valorização e promoção da igualdade (em conformidade com o artigo 50.º do DL n.º 133/2012).



*J. F.*

Durante o ano de 2021 houve um processo de recrutamento e formação de novos colaboradores. No final de 2021 verificava-se a existência de 36 colaboradores que transitaram das Câmaras Municipais para a APIN.

### 3.4 Caracterização da Situação Atual

A acessibilidade física e a taxa de atendimento do serviço de abastecimento de água e do serviço de gestão de resíduos urbanos e a qualidade da água são globalmente boas, havendo alguns municípios com baixas taxas de atendimento do serviço de saneamento de águas residuais.

No conjunto dos 11 municípios existiam, a 31 de dezembro de 2021, 227 captações, 2.959 km de redes, 390 reservatórios e 90 estações elevatórias de abastecimento de água.

Nos sistemas de saneamento existiam 660 km de redes, 34 ETAR, 61 fossas sépticas coletivas e 58 estações elevatórias.

Os resíduos urbanos contavam com 10.788 contentores e 24 viaturas.



## 4 REGULAÇÃO

A atividade da APIN está sujeita à regulação económica por parte da ERSAR e rege-se igualmente pelo disposto nos respetivos diplomas constituintes e estatutários, bem como pelo Contrato de Gestão Delegada. As disposições legais e estatutárias, assim como o Contrato de Gestão Delegada, estabelecem obrigações mínimas do serviço público, definem o plano de investimentos.

Os serviços prestados assentam nos princípios da defesa do interesse público, do caráter integrado dos sistemas, da eficiência produtiva e da prevalência da gestão empresarial, alinhados com as políticas públicas e os planos estratégicos sectoriais nacionais.

A atividade da APIN, de exploração de sistemas de titularidade municipal, obedece ao Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, na sua redação atual.

### 4.1 Regulamento de Serviço APIN

Pretende-se que a gestão da APIN seja realizada de acordo com os normativos nacionais e internacionais, de modo a assegurar um correto cumprimento do designio da Empresa.

O regulamento de serviço constitui o principal instrumento que regula as relações entre a Entidade Gestora e os utilizadores, pelo que deve conter, de forma clara e detalhada, o conteúdo e a forma de exercício dos direitos e deveres dos utilizadores, por força do dever de informação que impende sobre o prestador de serviços públicos essenciais, nos termos do disposto no artigo 5.º da Lei n.º 23/96, de 26 de Julho, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 12/2008, de 26 de Fevereiro, designada por Lei dos Serviços Públicos Essenciais.

Tal como disposto no n.º 8 da Cláusula 12.º do Contrato de Gestão Delegada e até que seja aprovado o regulamento definitivo, mantém-se em vigor, com aplicação a todo o Sistema, o regulamento de serviço vigente à data do termo do Período de Transição num dos municípios da área territorial abrangida escolhido pela Entidade Gestora, em tudo o que não seja contrariado pelo Contrato de Gestão Delegada e pela lei.

O regulamento de serviço escolhido pela Entidade Gestora para aplicar até ser aprovado o regulamento definitivo foi o do município de Góis. Assim, e até à entrada em vigor do regulamento de serviço proposto pela Empresa, é aplicável o regulamento do município de Góis, em tudo quanto não contrarie as condições definidas no contrato de gestão delegada.





#### 4.2 Regulação Económica

A atividade da APIN está regulada e sujeita à intervenção da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) nos termos definidos na Lei n.º 10/2014, de 6 de março, no que diz respeito à regulação económica, regulação da qualidade de serviço, da interface com o utilizador, exercendo ainda a ERSAR a atribuição de autoridade competente para a coordenação e a fiscalização do regime da qualidade da água para consumo humano.

#### 4.3 Regulação da Qualidade do Serviço

A APIN está sujeita à intervenção da ERSAR quer em termos de qualidade de serviço quer no controlo da qualidade da água para consumo humano.

Desta regulação, resulta o controlo da qualidade da água para consumo humano, de acordo com os parâmetros legais e regulamentares aplicáveis. Nos termos do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, na redação atual, a APIN deve elaborar anualmente o Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA), e submeter para aprovação da ERSAR, cabendo a esta entidade coordenar e a fiscalizar a respetiva implementação.

No cumprimento da legislação, a APIN implementa o PCQA, sendo as situações de incumprimento dos valores paramétricos comunicadas às entidades competentes. Em dezembro de 2021, o PCQA de 2021 da APIN foi aprovado pela ERSAR.

#### 4.4 Política de Privacidade

Para exercer a sua atividade, a APIN recolhe e processa dados pessoais de vários titulares, nomeadamente clientes, colaboradores, fornecedores, entre outros. O objetivo desta Política é descrever as orientações da APIN para garantir a proteção dos dados pessoais de todos os que interagem com a nossa Empresa. Este documento apresenta orientações para agir com integridade e em conformidade com os requisitos regulatórios no âmbito da proteção dos dados, devendo ser respeitado por todos os colaboradores da APIN.

Olen Z. J. Villar  
J. M. S.  
A. Lemos

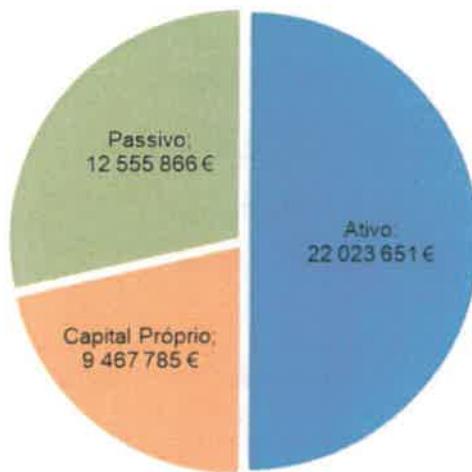
## 5 INDICADORES DO ANO 2021

No presente capítulo é apresentada informação relativa a quatro aspectos fundamentais da gestão, designadamente: posição económico-financeira, contratação pública, candidaturas a fundos não reembolsáveis e recursos humanos.

### 5.1 Posição Económico-Financeira

A posição Económico-Financeira da Empresa a 31 de dezembro de 2021 foi a seguinte:

Graáfico 1 – Balanço de 2021



A APIN apesentou um total de Balanço de € 22 milhões.

O Capital Próprio cifrou-se em € 9,5 milhões, que contempla € 1,1 milhões de Capital Social, € 10,8 mil de Reservas legais, € 487,3 mil de Resultados Transitados, € 10 milhões de Outras Variações do Capital Próprio e -2,2 milhões de Resultado Líquido do Período.

O total do Passivo foi de 12,6 milhões.

### 5.2 Aprovisionamento - Contratação Pública

Na aquisição de bens/serviços, locação e empreitadas, a APIN rege-se pelo Código dos Contratos Públicos, utilizando a plataforma eletrónica ACINGOV para o desenvolvimento dos vários tipos de procedimento, garantindo a transparéncia efetiva sobre todas as suas compras



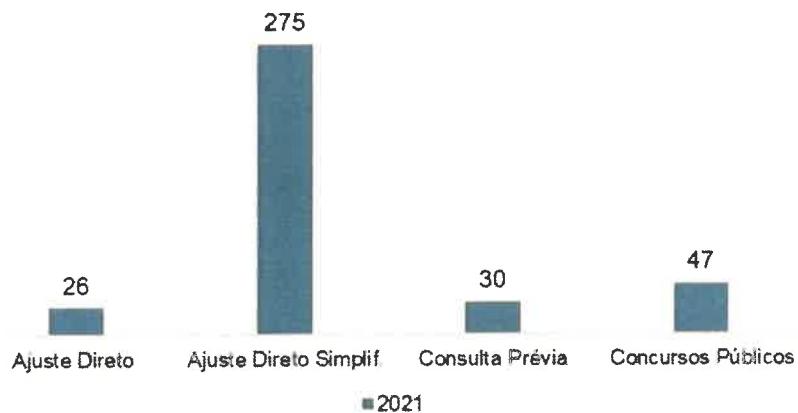
relevantes. A contratação pública permite à APIN uma melhor alocação dos seus recursos financeiros, gerando uma poupança no ato de contratação.

Ao longo do ano de 2021 foram tramitados diversos procedimentos de contratação, nas mais variadas vertentes, no sentido de assegurar o normal funcionamento da Empresa.

De forma a transmitir uma ideia mais abrangente da vertente da contratação pública, ao longo do ano de 2021 foram desenvolvidos 378 procedimentos de contratação no valor de € 21,2 milhões, dos quais 25 dizem respeito a empreitadas, 180 a aquisições de bens, 171 a aquisição de serviços e 2 a locação de bens móveis.

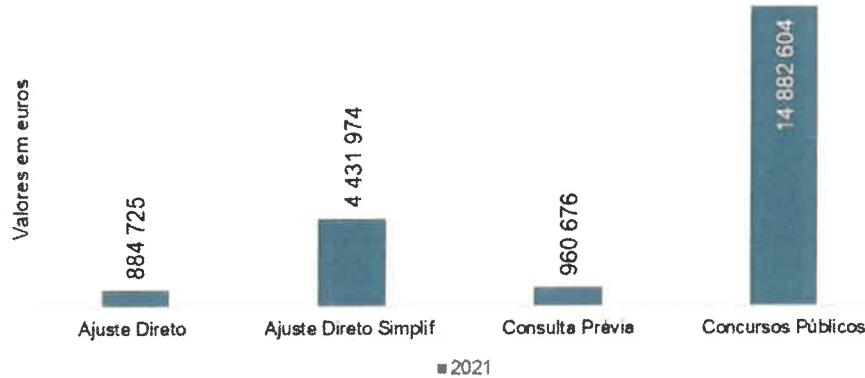
No gráfico seguinte, apresenta-se o número de adjudicações contratualizadas por tipo de procedimento:

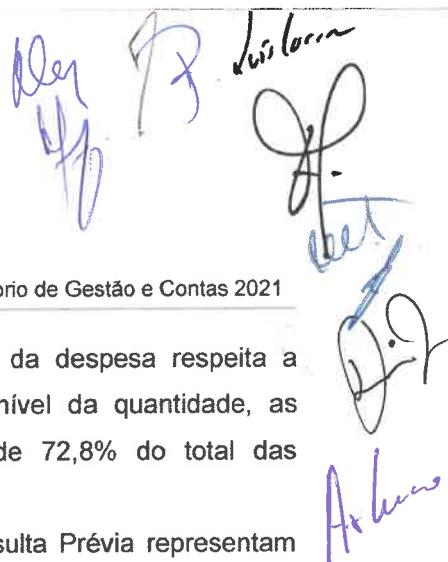
*Gráfico 2 - Número de adjudicações por tipo de procedimento*



No gráfico seguinte, apresenta-se os valores contratualizados por tipo de procedimento:

*Gráfico 3 - Valor dos procedimentos de contratação por tipo de procedimento*




  
 Mário P. J. Lopes  
 M. J. Lopes  
 António

Nos gráficos acima é possível constatar que a maior fatia da despesa respeita a Concursos Públicos no valor de € 14,9 milhões, sendo que ao nível da quantidade, as adjudicações por Ajuste Direto Simplificado, representam cerca de 72,8% do total das contratações.

O valor das adjudicações por Concursos Públicos e por Consulta Prévias representam cerca de 77% do total de adjudicações efetuadas no ano de 2021.

### 5.3 Recursos Humanos

A 31 de dezembro de 2021 estavam ocupados 199 postos de trabalho. Os 199 colaboradores estão distribuídos por género e por Direção, da seguinte forma:

*Quadro 3 - Colaboradores por género e por direção*

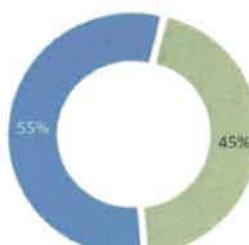
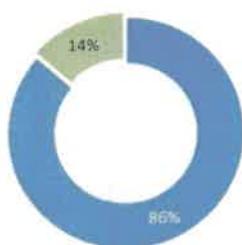
Direção	Homens	Mulheres	Total
Estrutura	2	1	3
Direção Administrativa e Financeira / Comercial	24	20	44
Direção Exploração e Manutenção	141	2	143
Direção Engenharia e Qualidade	5	4	9
<b>Total</b>	<b>172</b>	<b>27</b>	<b>199</b>

A análise dos Recursos Humanos no que respeita ao género revela uma maior representação do género masculino nas atividades de cariz mais operacional. Nas atividades associadas à estrutura da Empresa (administrativas), a representação é mais equilibrada, tal como se pode verificar nos seguintes gráficos:

*Gráfico 4 - Distribuição por género do total de colaboradores      Gráfico 5 - Distribuição por género em funções administrativas*

■ Homens ■ Mulheres

■ Homens ■ Mulheres



A maioria dos colaboradores da APIN desempenha funções nas áreas de operação e manutenção. O facto de existirem muito poucas mulheres em funções enquadradas nas áreas de operação e manutenção influencia significativamente a estatística global.

A média de idades dos colaboradores da APIN, à data de 31 de dezembro, era de 44 anos, distribuída pelos seguintes níveis etários:

*Quadro 4 - Idade dos colaboradores por escalões etários*

Escalões Etários	Homens	Mulheres	Total
<20	0	0	0
21-29	15	3	18
30-39	35	10	45
40-49	57	12	69
50-59	46	2	48
>60	19	0	19
Total	172	27	199

#### 5.4 Candidaturas a Fundos Comunitários

O POSEUR prevê no Eixo Prioritário 3, o objetivo otimização e gestão eficiente dos recursos e infraestruturas existentes, garantindo a qualidade do serviço prestado às populações e a sustentabilidade dos sistemas, no âmbito do Ciclo Urbano da Água, que inclui a Prioridade de Investimento (PI) 6.ii. – “Investimento no sector da água para satisfazer os requisitos do acervo da União em matéria de ambiente e para satisfazer as necessidades de investimento que excedam esses requisitos, identificadas pelos Estados-Membros”. Neste sentido, a Comissão Diretiva do POSEUR entendeu proceder à abertura do Aviso em contínuo com o código POSEUR-12-2017-05, destinado à otimização e gestão eficiente dos recursos e infraestruturas existentes, garantindo a qualidade do serviço prestado às populações e a sustentabilidade dos sistemas, no âmbito do ciclo urbano da água, o qual se encontra previsto no calendário de Avisos e foi aprovado pela CIC SEUR e que teve apreciação favorável da Agência para o Desenvolvimento e Coesão (ADC).

As tipologias de operações passíveis de apresentação de candidaturas, no âmbito do Aviso referido são as que se encontram previstas nas subalíneas iii) e iv) da alínea a) e nas subalíneas i), iii) e v) da alínea b) do artigo 95º do Regulamento Específico para o domínio da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (RE SEUR), abrangendo infraestruturas de “Abastecimento de Água” e de “Saneamento de Águas Residuais”.

A 31 de dezembro de 2021 a APIN tinha 37 candidaturas aprovadas, tal como se apresenta no quadro que se segue:

*Quadro 5 - Candidaturas aprovadas pelo POSEUR por concelho*

Concelho	N.º Candidaturas aprovadas			Total
	AA	AR	RU	
Alvaiázere	-	2	-	<b>2</b>
Ansião	-	2	-	<b>2</b>
Castanheira de Pera	1	2	-	<b>3</b>
Figueiró dos Vinhos		1	-	<b>1</b>
Góis	-	1	-	<b>1</b>
Lousã	7	3	1	<b>11</b>
Pampilhosa da Serra	-	2	-	<b>2</b>
Pedrógão Grande	-	5	-	<b>5</b>
Penela	-	1	-	<b>1</b>
Vila Nova de Poiares	-	4	1	<b>5</b>
Alvaiázere e Figueiró dos Vinhos	-	1	-	<b>1</b>
Sistema APIN	1	1	1	<b>3</b>
<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>25</b>	<b>3</b>	<b>37</b>

Do total das candidaturas submetidas pela Empresa até à data, destacam-se as 3 candidaturas aprovadas no decorrer do ano de 2020:

- POSEUR-11-2019-29 - BIO-APIN - BIO-APIN - Recolha seletiva de biorresíduos nas freguesias da Lousã e SIC-APIN - Sistema intermunicipal de compostagem da APIN;
- POSEUR-11-2019-25 - Projeto piloto Porta-a-Porta (PaP) em Vila Nova de Poiares;
- POSEUR-12-2018-18 - Controlo e Redução de Perdas nos Sistemas de Distribuição e Adução de Água da APIN.

Durante o ano de 2021 foi aprovada a candidatura POSEUR-03-2012-FC-001479, designada como “Reforço e melhoria dos meios móveis AR” para a aquisição de duas viaturas de limpeza de fossas com capacidade de recolha e transporte de 9 m<sup>3</sup> e 3 m<sup>3</sup>. Esta aquisição justifica-se pela necessidade do aumento da autonomia operacional da Empresa face à atual dependência externa no que respeita aos serviços de limpeza e transporte de efluentes de águas residuais urbanas recolhidas em fossas individuais domésticas, como coletivas, bem como diminuir o tempo de resposta face às solicitações mitigando a possibilidade e ocorrências de transbordo e consequente infiltração.

As 37 candidaturas aprovadas refletem um investimento de cerca de € 34,5 milhões, em que alguns dos valores são estimados ainda sem o impacto das revisões de projeto, ao qual



corresponde um apoio comunitário de € 20,8 milhões, discriminados por tipologia, de acordo com o seguinte quadro:

*et* *B.* *Wilma* *9*  
*Arquivo*

Quadro 6 - Candidaturas aprovadas pelo POSEUR por tipologia

	Tipologia	Valores Aprovados a 31/12/2021		
		Custo Total	Elegível	Fundo Coesão
AA	Fecho de Sistemas	684 702 €	599 839 €	509 863 €
	Qualidade da Água (ETA)	268 865 €	268 865 €	228 535 €
	Redução de Perdas	4 484 283 €	3 322 712 €	1 761 038 €
	<b>Subtotal</b>	<b>5 437 850 €</b>	<b>4 191 415 €</b>	<b>2 499 435 €</b>
AR	Fecho de Sistemas	18 776 992 €	13 721 323 €	11 663 125 €
	Redução da Poluição	6 826 660 €	4 682 664 €	3 980 265 €
	Renovação de Sistemas	759 423 €	528 479 €	449 207 €
	Reforço e Melhoria dos meio móveis	498 150 €	498 150 €	423 428 €
RU	<b>Subtotal</b>	<b>26 861 225 €</b>	<b>19 430 616 €</b>	<b>16 516 024 €</b>
	Bioresíduos	810 058 €	726 763 €	617 748 €
	Porta-a-Porta	86 413 €	65 313 €	55 516 €
	<b>Subtotal</b>	<b>1 293 437 €</b>	<b>1 293 437 €</b>	<b>1 099 421 €</b>
<b>TOTAL</b>		<b>34 488 982 €</b>	<b>25 707 544 €</b>	<b>20 788 144 €</b>

## 5.5 Candidatura ao Fundo Ambiental

O Fundo Ambiental abriu um Programa de Apoio à Mobilidade Elétrica na Administração Pública que visa apoiar a aquisição, de forma faseada e por substituição de veículos com mais de 10 anos, de 1.200 veículos elétricos, em regime de aluguer, durante um período de 48 meses, bem como de postos de carregamento e de sistemas de georreferenciação e monitorização, tendo o Fundo Ambiental sido identificado como a principal fonte de financiamento. Este programa tem como objetivo promover a descarbonização e a melhoria do desempenho ambiental do Parque de Veículos do Estado.

Podiam ser beneficiários os candidatos que dispunham de um veículo ligeiro, com mais de 10 anos, para abater por cada veículo elétrico a que se candidatam, nas condições definidas no regulamento. A APIN apresentou a sua candidatura durante o mês de julho de 2021 para a aquisição em regime de aluguer operacional de três viaturas elétricas (limite máximo).

Após a verificação das condições de elegibilidade pelo Fundo Ambiental no seu relatório preliminar das candidaturas apresentadas ao Aviso n.º 11192/2021, verificou-se que apenas foi selecionada uma candidatura - Aquisição da viatura Dacia Spring e carregador a localizar-se na sede da APIN (o contrato ainda não foi celebrado).

## 6 OS PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

Os principais acontecimentos e fatores que influenciaram a performance da Empresa em 2021 foram os seguintes:

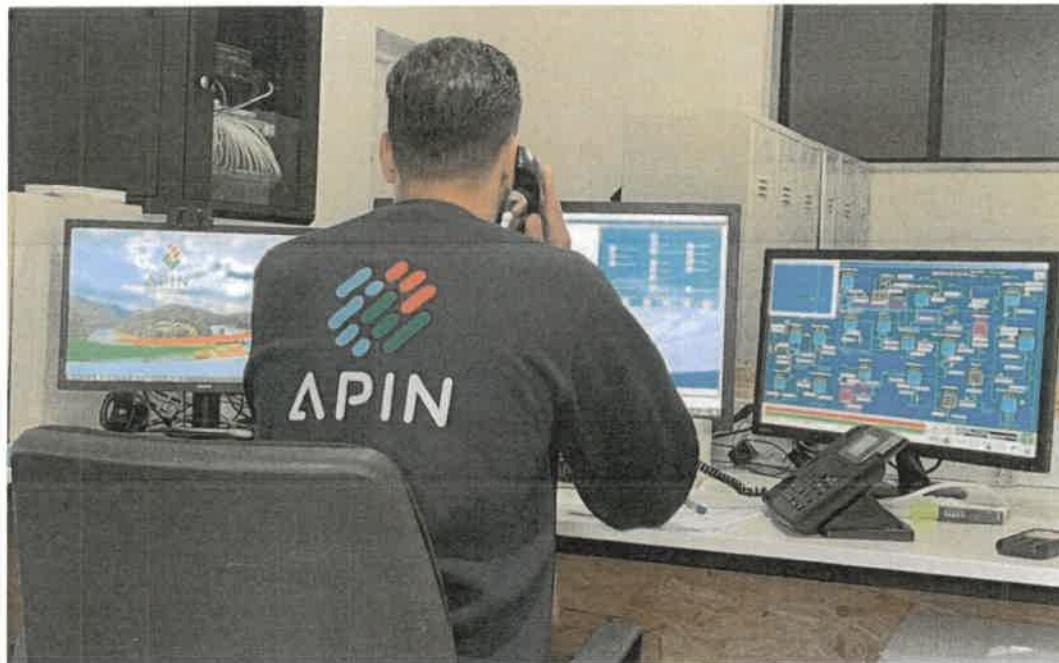
- a) No decorrer do mês de janeiro de 2021, a APIN procedeu à devolução dos valores de IVA cobrados em 2020 nos serviços de saneamento de águas residuais e gestão de resíduos urbanos. Confrontada com a possibilidade de retirar a taxa de IVA nos serviços de saneamento e resíduos, a APIN questionou formalmente a Autoridade Tributária sobre este assunto. Em resposta obteve-se orientações no sentido de não aplicar IVA nos referidos serviços. De sublinhar que o valor de IVA não revertia para a APIN, assim mediante informação vinculativa, por parte da Autoridade Tributária, a APIN deixou, no imediato, de aplicar este imposto.
- b) A APIN implementou no início de 2021 a Central de Gestão de Operações que monitoriza e garante o eficaz funcionamento da telegestão. As redes de abastecimento de água são caracterizadas por várias instalações geograficamente distribuídas pelo Sistema APIN. A telegestão consiste num sistema de monitorização e controlo à distância, e em tempo real, das instalações de abastecimento. A rede hidráulica é extremamente complexa, integra órgãos hidromecânicos associados ao controle das aduções à conduta de interligação das múltiplas origens de água que a aduzem, câmaras de válvulas, reservatórios de armazenagem, estações hidropressoradas e estações elevatórias e unidades de tratamento de água.

A equipa afeta a estas funções garante a receção e encaminhamento de participações de avarias, roturas e/ou interrupções de abastecimento de água, de todo o território APIN, ativando as equipas de piquete da APIN.

A Central de Gestão de Operações acompanha remotamente a atividade de circuito e redes, analisando os desvios ao regular funcionamento, ajustando os parâmetros e despoletando alertas. É, assim, possível otimizar as deslocações das equipas de operação e manutenção aos locais, rentabilizando os meios e reduzindo custos.

A telegestão permite uma maior eficiência da exploração, controlo nas perdas e fugas de água e redução dos custos de exploração. Atualmente ainda só a funcionar para o município da Lousã.

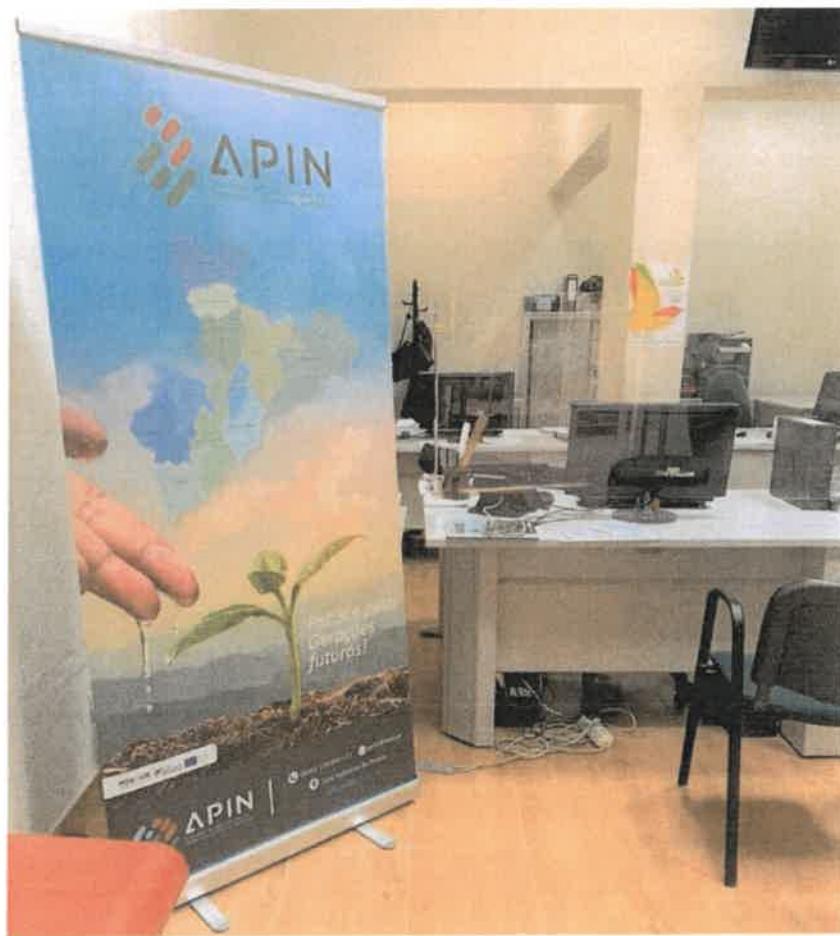




- c) Face ao estado de emergência nacional para combater a crise epidemiológica que assolava o país, a APIN e respetivos municípios implementaram medidas excepcionais entre os meses de fevereiro e abril de 2021. Com efeito, procedeu-se a uma redução significativa do tarifário, flexibilizou-se o pagamento das faturas e os cortes de água. Para os consumidores domésticos aplicou-se uma redução de 25% nas tarifas fixas. Aos Consumidores não domésticos, nomeadamente ao comércio, serviços e indústria, às Instituições de Solidariedade Social e às Associações de Utilidade Pública, aplicou-se a isenção das tarifas fixas, sendo que, no caso das Instituições e Associações foi aplicada a isenção até dezembro de 2021.
- d) No mês de abril de 2021, decorreu a assinatura do contrato de adjudicação relativo à candidatura dos Bioresíduos, para a aquisição de duas viaturas de recolha seletiva de bioresíduos, tendo como objetivo a valorização orgânica de resíduos urbanos biodegradáveis.
- e) Durante o ano de 2021 teve lugar à assinatura dos contratos das seguintes obras ao abrigo de fundos comunitários - POSEUR:
  - ✓ POSEUR-03-2012-FC-001139 - Fecho de Sistemas de Saneamento de Águas Residuais – Ligação à ETAR de Alvaiázere;
  - ✓ POSEUR-03-2012-FC-001264 - Fecho de Sistemas de Abastecimento de Água em Baixa – Subsistema de Abastecimento de Serpins;

(Assinatura de vários membros da APIN)

- ✓ POSEUR-03-2012-FC-001276 - Fecho de Sistemas de Saneamento de Águas Residuais – Ligação à ETAR da Lousã/Póvoa;
- ✓ POSEUR-03-2012-FC-001086 - Despoluição integrada da Bacia do Dueça - Execução de redes de saneamento de águas residuais - Ligação à ETAR da Quinta de Cima (assinatura de cinco lotes num total de dez).
- f) Com o objetivo de disponibilizar aos consumidores da APIN, do vasto território que serve, uma alternativa às lojas de atendimento presencial de Penela e da Lousã, e com a necessidade de prestar um serviço de atendimento de proximidade ao cliente, a APIN abriu cinco novos postos de serviço de apoio ao cliente em 2021, nos municípios de Alvaiázere, Ansião, Figueiró dos Vinhos, Pedrógão Grande e Vila Nova de Poiares.



- g) Em novembro de 2021, procedeu-se à eleição de novos Órgãos Sociais, passando o Conselho de Administração a ser composto pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de



*ff.*  
*set*

*B.*  
*Lúcia*  
*A.*

Vila Nova de Poiares, João Henriques (Presidente), o Sr. Presidente da Câmara Municipal da Pampilhosa da Serra, Jorge Custódio (Vogal) e a Sra. Vice-Presidente da Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, Marta Fernandes (Vogal);  
*A. Almeida*

- h) Em dezembro de 2021, foi assinado o contrato de empreitada da obra do projeto da área da Eficiência Hídrica, uma das obras de maior importância para o universo APIN, que tem como objetivo a implementação de sistemas de medição, controlo e gestão nos sistemas de abastecimento de água e remodelação de infraestruturas de abastecimento de água, contribuído deste modo, para uma redução significativa do nível de perdas de água e infiltrações ao longo dos próximos anos.
- i) No mês de dezembro de 2021, foi aprovada a candidatura POSEUR-03-2021-FC-001479, designada como "Reforço e melhoria dos meios móveis AR" para a aquisição de duas viaturas de limpeza de fossas com capacidade de recolha e transporte de 9 m<sup>3</sup> e 3 m<sup>3</sup>, no montante global de € 498 mil, tendo como apoio comunitário o valor de € 423 mil;
- j) A Empresa angariou dois financiamentos bancários: 1) € 8 milhões, junto da banca comercial, celebrado em agosto de 2021, exclusivo para as operações de investimento já aprovadas pelo POSEUR e; 2) € 1,9 milhões, financiamento reembolsável celebrado em dezembro de 2021, junto da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. (Linha BEI PT 2020), relativo à contrapartida nacional da operação POSEUR-03-2012-FC-001086 – Despoluição integrada da Bacia do Dueça – Execução de redes de saneamento de águas residuais – Ligação à ETAR da Quinta de Cima (Penela).



Day 13.  
Hector JF  
Luiz  
B  
Abraim

## 7 ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE

### 7.1 Linhas Estratégicas

Tendo em vista o cumprimento da missão, da visão e dos objetivos da APIN, serão garantidas as condições financeiras que permitam a sustentabilidade operacional da Empresa, nomeadamente ao nível dos custos de exploração e investimento.

Sem comprometer os pressupostos que conduziram à criação da Empresa e que delimitaram os objetivos definidos, os órgãos executivos irão procurar implementar medidas que irão contribuir para as orientações estratégicas assim explanadas:

- Garantir uma maior eficiência no uso de recursos, nomeadamente através da aposta nas energias renováveis, prevenindo a poluição dos meios recetores e minimizando os impactes ambientais associados à atividade;
- Garantir a credibilidade, transparência e rigor do modelo de gestão da Empresa;
- Contribuir para o desenvolvimento de uma economia local responsável;
- Reduzir as perdas de água aumentando os níveis de eficiência na gestão do recurso da água;
- Diminuir as afluências indevidas à rede de saneamento, nomeadamente as águas pluviais;
- Prestar um serviço de alta qualidade, assente no estabelecimento de uma cultura de melhoria contínua que consolida a gestão dos processos e que promova a eficiência do desempenho e modelo de gestão;
- Aumentar a eficiência na gestão, através de um conjunto de ferramentas que permitam a otimização de circuitos, a gestão de frotas e a gestão da caracterização de resíduos;
- Investir no desenvolvimento dos colaboradores;
- Garantir a igualdade de oportunidades;
- Garantir a segurança e saúde no trabalho;
- Garantir a acessibilidade económica das famílias, através de prática de tarifário sustentável (tarifário social e familiar).



## 8 GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

Em consonância com a estrutura organizacional, foi dimensionada a estrutura de pessoal, tendo em consideração:

- O pessoal afeto aos serviços de águas e resíduos em cada município;
- As necessidades específicas da estrutura agregada;
- A otimização e eficiência dos serviços.

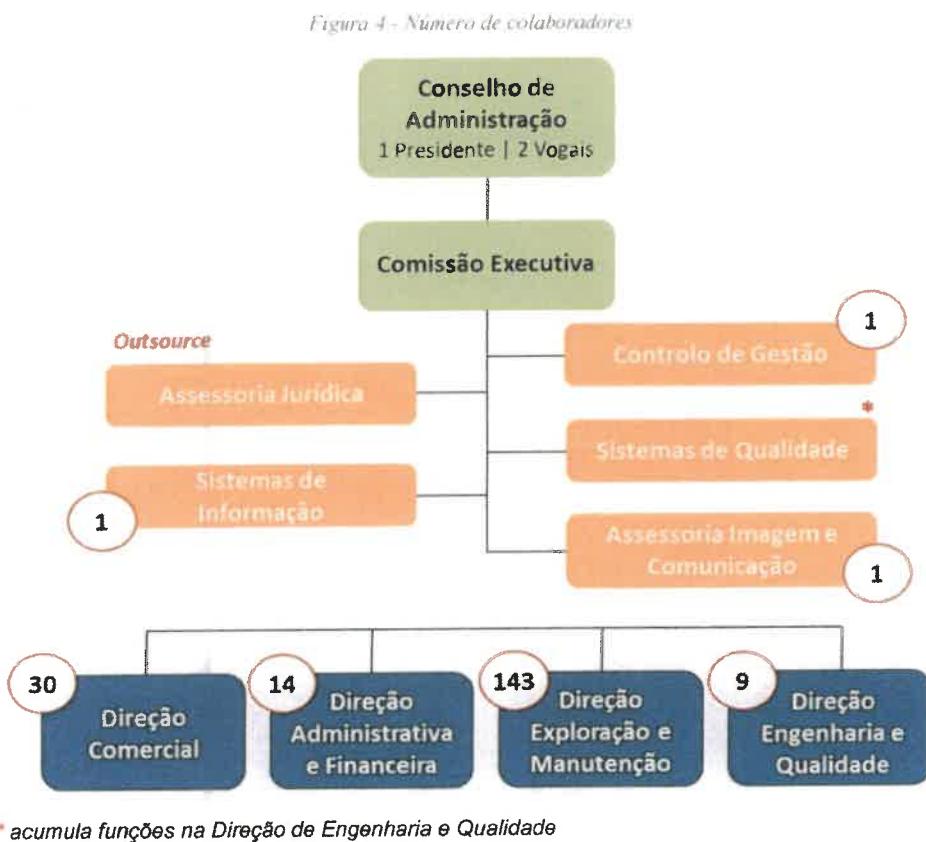
Adicionalmente, atendeu-se à organização regional, adequando a estrutura funcional aos diferentes níveis de descentralização – Polos e Centros Operacionais.

Assim, o número de postos de trabalho ativos a 31 de dezembro de 2021, detalham-se da seguinte forma:

- Sede: 33 colaboradores;
- Polos Operacionais: 100 colaboradores;
- Centros Operacionais: 66 colaboradores.



Até 31 de dezembro de 2021 estavam ocupados 199 postos de trabalho, distribuídos da seguinte forma:



No ano de 2021 proceder-se-á à contratação de Recursos Humanos de modo a completar o organograma previsto inicialmente.

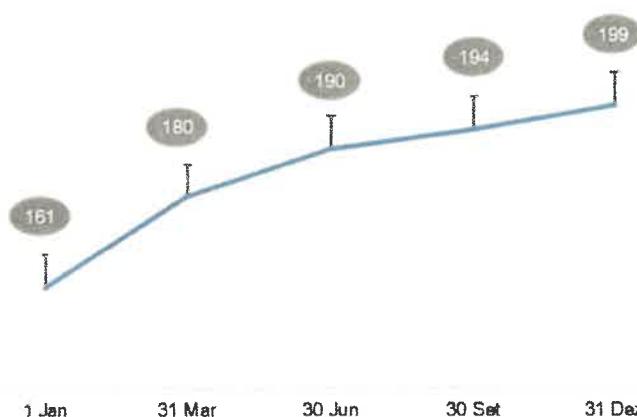
A estrutura dos Recursos Humanos da APIN resultou da integração de trabalhadores do conjunto dos 11 municípios, em regime de “Acordo de Cedência por Interesse Público”, e da contratação de técnicos especializados com o intuito de fortalecer as competências da atividade operacional da Empresa e também de suporte à Administração.

O gráfico seguinte apresenta o número de colaboradores no início do ano de 2021 e também por trimestre, até 31 de dezembro de 2021.



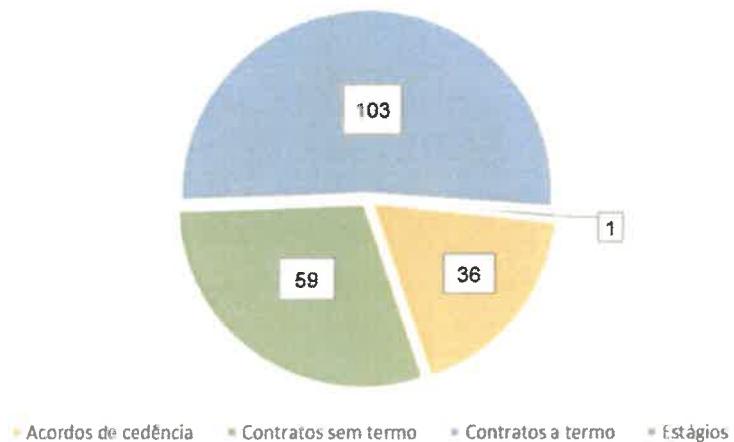
*Oleg  
M  
Julian  
F  
D  
Akw*

Gráfico 6 - Evolução da estrutura de recursos humanos



Atualmente existem quatro tipos de contrato: acordo de cedência, contrato a termo, contrato sem termo e estágio profissional. O número de trabalhadores no final de dezembro de 2021, por tipo de contrato, encontrava-se assim repartido:

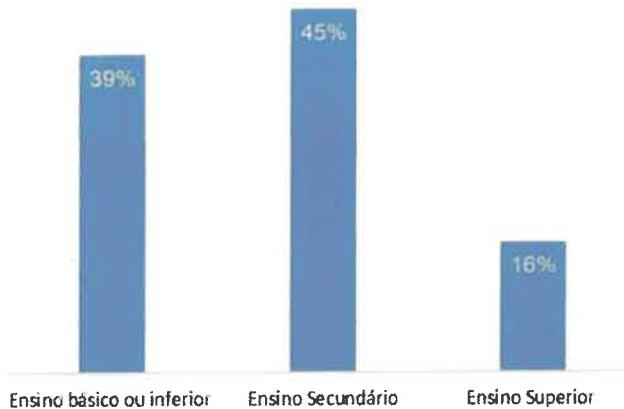
Gráfico 7 - Colaboradores por tipo de contrato de trabalho



As habilitações literárias dos colaboradores da APIN estão distribuídas da seguinte forma:



*Gráfico 8 – Habilidades literárias*



A formação profissional, enquanto instrumento de valorização das competências técnicas, sociais e de gestão dos colaboradores é um dos pilares de gestão de recursos humanos da APIN, encontrando-se consolidadas as rotinas de formação e desenvolvimento dos colaboradores.

Em 2021, a APIN realizou 12 ações de formação, gerando um volume total de formação de 275 horas.

A distribuição por área de formação é a seguinte:

*Quadro 7 - Horas de formação*

Área	Nº Horas de Formação
Produção/Operação/Manutenção	25
Compras/Aprovisionamento/Contabilidade/Cobrança	61
Recursos Humanos	50
Administrativos	50
Segurança e HST	44
Comercial/Telegestão	45
<b>Total</b>	<b>275</b>

No ano 2021 a APIN registou 20 acidentes de trabalho, dos quais 2 foram acidentes em trajeto.

Para promoção da saúde e segurança no trabalho, a APIN assegura serviços de Medicina no Trabalho aos colaboradores. Durante o ano de 2021, realizaram-se 71 exames, distribuídos da seguinte forma: Exames periódicos: 27; Exames ocasionais: 3; Exames de admissão: 41.

## 9 PROJETOS ESTRUTURANTES

No capítulo que se segue, identificamos os projetos estruturantes da APIN que se encontram em fase de implementação ou desenvolvimento.

### 9.1 Abastecimentos de Água

#### ➤ Eficiência Hídrica - redução de perdas de água

A APIN após fechar o contrato de empreitada no final de 2021 prevê, durante o primeiro trimestre de 2022, iniciar as obras do projeto da área da Eficiência Hídrica integrado no Plano Estratégico de Controlo de Perdas do Sistema de Abastecimento de Água. Este investimento, de cerca de € 4 milhões, é transversal a todos os concelhos que integram a APIN e tem como objetivo primordial reduzir perdas nos sistemas de distribuição e adução de água. Está prevista a instalação de medidores de nível nos reservatórios e medidores de pressão nas zonas de monitorização e controlo (ZMC) instaladas nas redes de distribuição, bem como a substituição de condutas com perdas elevadas e o uso de software de telemetria (para a monitorização de perdas e fugas) e o software de otimização de programas de receção de perdas e fugas.

Está, assim, contemplada a introdução de equipamentos de controlo, medição e telegestão para a antecipação de fugas de água.

A aposta na eficiência hídrica é uma necessidade urgente a nível global. Até chegar ao consumidor final, há uma grande quantidade de água que se perde (estima-se entre os 50% e 60%), por exemplo, através de fissuras ou roturas que possam surgir durante o transporte.

Com este projeto pretende-se evitar essas fugas de água, antecipando-as, e reduzir consideravelmente as perdas nos sistemas de distribuição, o que se traduz numa maior qualidade do serviço prestado aos municípios e num menor desperdício de água.

### 9.2 Gestão de Resíduos Urbanos

#### ➤ Projeto Piloto - recolha de resíduos porta-a-porta

A Operação “Porta-a-Porta” (Vila Nova de Poiares - município piloto), em fase implementação do projeto tem como objetivo um sistema de recolha seletiva e incentivar e sensibilizar os municíipes a separar os resíduos nas suas habitações.

A desenvolver na Freguesia de Lavegadas, no município de Vila Nova de Poiares, o projeto piloto “Porta-a-Porta”, aprovado pelo POSEUR, aplica-se a 196 alojamentos, 67 empresas da zona industrial e 67 edifícios de comércio local.

Pela  
H. B.  
duas  
net  
A. 10

Para a sua implementação já se adquiriram três contentores para armazenamento de resíduos e uma viatura para a recolha seletiva de resíduos urbanos e capacitação/formação aos municípios para a adesão ao sistema de recolha porta-a-porta.

➤ Bio Resíduos - recolha seletiva de lixo orgânico no concelho da Lousã – Projeto Piloto

O projeto de recolha seletiva de bio resíduos tem como objetivo a valorização orgânica de resíduos urbanos biodegradáveis.

Este investimento a implementar no município da Lousã, visa disponibilizar aos municípios uma alternativa para gerir os resíduos orgânicos que produzem nas suas habitações e evitar a sua deposição em aterros, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e do meio ambiente territorial.

A operação que terá como custo total o valor de aproximadamente € 810 mil (o apoio do Fundo de Coesão corresponde a 85% do valor elegível) prevê a aquisição de eco boxes (contentores de proximidade) de 360 litros, baldes domésticos de 5 litros, contentores de 140 litros para utilizadores não domésticos (estabelecimentos de restauração e bebidas e hotelaria, nos quais a recolha se realiza porta-a-porta) e de viaturas para recolha seletiva de bio resíduos (viaturas já adquiridas).

➤ Sistema de compostagem doméstica para reduzir lixo em aterros

Tendo em vista a diminuição da quantidade de resíduos orgânicos em aterros, pretende-se implementar um programa de compostagem doméstica e comunitária em todos os municípios, através da distribuição de 27.504 compostores domésticos de 310 litros pelos alojamentos e de 116 compostores comunitários de 660 litros em estabelecimentos de ensino, IPSS e centros operacionais da APIN.

Através da compostagem doméstica, a APIN prevê a transformação de resíduos orgânicos num composto rico em nutrientes, 100% natural, que pode ser utilizado como fertilizante orgânico, melhorando a composição e estrutura do solo e possibilitando a substituição de alguns fertilizantes químicos.

A operação contempla, ainda, a formação dos municípios para a compostagem doméstica para facilitar e motivar os utilizadores do equipamento.

O custo total do investimento será de cerca de € 1,3 milhões, tendo como apoio do Fundo de Coesão o correspondente a 85%.



## 10 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

A deterioração da situação sanitária no início de 2021, levou a um agravamento das medidas de contenção e à introdução de um novo confinamento geral em Portugal, que conduziu a uma quebra generalizada da atividade económica no primeiro trimestre de 2021. O impacto negativo concentrou-se, sobretudo, no consumo privado e nas exportações de serviços, em particular no setor do turismo.

No entanto, esta quebra, revelou-se mais moderada do que no primeiro confinamento geral, em virtude de uma maior resiliência da atividade económica, fruto da adaptação por parte de famílias e empresas às medidas restritivas.

Após o primeiro trimestre de 2021, a situação económica demonstrou uma evolução bastante positiva com o levantamento gradual das medidas de contenção, cujo processo de reposição à normalidade foi inicialmente influenciado pelo surgimento de novas estirpes do vírus COVID-19. No entanto, a disseminação generalizada da vacinação permitiu, no final do terceiro trimestre, um aceleramento do levantamento destas medidas de restrição.

De acordo com informações do Banco de Portugal, após uma redução em cadeia no primeiro trimestre, o PIB mais do que recuperou no segundo, continuando a crescer nos trimestres seguintes, ainda que a um ritmo menor. Esta trajetória de recuperação reflete o controlo da pandemia e a disseminação no processo de vacinação, com efeitos positivos sobre a confiança dos agentes.

Não obstante, no ano de 2021 a pandemia COVID-19 continuou a afetar consumidores e Empresas, no entanto a APIN manteve o seu bom funcionamento dentro do contexto desta nova realidade.

A ação das políticas monetárias, orçamentais e prudenciais foi decisiva na mitigação da crise, e continuará a desempenhar um papel fundamental na dinâmica de recuperação.

O Banco de Portugal projeta um crescimento da economia portuguesa de 4,8% em 2021 e de 5,8% em 2022. A recuperação da atividade traduz-se num aumento do emprego e numa redução da taxa de desemprego para níveis inferiores pré-pandemia.

A evolução da atividade é condicionada no curto prazo por uma nova vaga da pandemia na Europa e pelos problemas nas cadeias de fornecimento globais. A reintrodução de medidas restritivas para conter a pandemia, incluindo sobre a mobilidade internacional, a par do aumento da incerteza, terá impacto sobre o ritmo de recuperação. Adicionalmente, assume-se que as perturbações nas cadeias de fornecimento globais, que se têm refletido na escassez de matérias-

primas e outros bens e num aumento dos seus custos, se dissipam a partir da segunda metade de 2022.

Estima-se que o consumo privado cresça 5% em 2021 e 4,8% em 2022. No quarto trimestre de 2021 é atingido o valor do final de 2019. O crescimento elevado em 2021-22 está associado, em parte, à forte recuperação das despesas em serviços, que beneficiou do levantamento das medidas de contenção e do aumento da confiança com os progressos na vacinação, devendo continuar a recuperar ao longo do horizonte. O consumo de bens duradouros apresenta também um dinamismo elevado, refletindo a concretização de despesa adiada durante a crise.

O consumo público deverá crescer 4,8% em 2021, acelerando face ao ano anterior (0,4%). Esta evolução é largamente explicada pelo aumento do número de horas trabalhadas nas administrações públicas.

As exportações crescem 9,6% em 2021 e 12,7% em 2022, que se deve sobretudo ao levantamento das restrições à mobilidade internacional e o aumento da confiança, as exportações de serviços – em particular de turismo e serviços de transporte associados – têm vindo a recuperar de forma acentuada, após a queda abrupta em 2020 e no início de 2021.

Relativamente à evolução nos preços, a inflação, medida pelo Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), aumenta para 0,9% em 2021 e 1,8% em 2022. Este perfil de subida reflete, em larga medida, a evolução dos preços dos bens energéticos, que acompanha o preço do petróleo nos mercados internacionais. O IHPC dos bens energéticos diminui 5,2% em 2020, aumenta 7,8% em 2021 e 6,3% em 2022.

A economia portuguesa enfrenta importantes desafios nos próximos anos, sendo a resposta de política económica crucial para um crescimento sustentado e uma retoma da convergência com a Europa. A previsibilidade dos processos de decisão de política económica (monetária, orçamental, regulatória) é essencial para contrabalançar o aumento de incerteza que caracteriza os processos de saída de crises económicas. No período atual esta incerteza é acrescida pela necessidade de controlo da pandemia.

A execução eficiente dos projetos associados ao Plano de Recuperação e Resiliência e a implementação das reformas associadas constituem fatores essenciais, pelos efeitos multiplicadores sobre a atividade e impacto sobre o crescimento potencial. Esta é uma oportunidade única para potenciar o ritmo de crescimento de longo prazo da economia portuguesa num contexto em que o impacto direto no endividamento nacional é essencialmente nulo.



Nesta perspetiva, a APIN está determinada em acelerar e reforçar o posicionamento para o futuro, preparando-se para enfrentar e superar os desafios inerentes ao enquadramento macroeconómico atual.

No quadro que se segue, apresentam-se os dados macroeconómicos perspetivados para a economia portuguesa:

*Quadro 8 - Cenário macroeconómico 2021-2022*

	2020	2021 Estimativa	2022 Previsão
<b>PIB e componentes da despesa (taxa de crescimento real, %)</b>			
PIB	-8,4	4,8	5,8
Consumo privado	-7,1	5,0	4,8
Consumo público	0,4	4,8	1,4
Formação bruta de capital fixo	-2,7	4,9	7,2
Procura interna	-5,6	5,1	4,6
Exportações	-18,6	9,6	12,7
Importações	-12,1	10,3	9,3
<b>Contributos para o crescimento do PIB líquido de importações (p.p.)</b>			
Procura interna	-3,0	3,1	2,6
Exportações de bens	-0,8	1,1	0,2
Exportações de serviços	-4,6	0,6	3,0
<b>Evolução dos preços (taxa de crescimento %)</b>			
Taxa de inflação (IHPC)	-0,1	0,9	1,8
Bens energéticos	-5,2	7,8	6,3
Excluindo bens energéticos	0,3	0,4	1,3
<b>Evolução do mercado de trabalho (taxa de crescimento %)</b>			
Emprego (número de indivíduos)	-1,9	2,5	1,6
Emprego (horas trabalhadas)	-9,3	8,3	4,0
Taxa de desemprego	7,0	6,6	6,0
<b>Saldo das balanças (% do PIB)</b>			
Balança corrente e de capital	0,0	0,2	1,8
Balança de bens e serviços	-1,8	-3,0	-2,1

Fontes: Banco de Portugal e INE


  
 Olá  
 APIN  
 Lousã  
 B. J.  
 M.  
 A.  
 A. L.

## 11 ATIVIDADE DA EMPRESA

### 11.1 Indicadores de Atividade

#### 11.1.1 Clientes

O número de utilizadores ligados aos vários serviços que a APIN gere determina-se pelo número de contratos que estão em condições de faturar.

A APIN tinha, a 31 de dezembro de 2021, 59.957 clientes ativos, ou seja, em condições de faturar em que cerca de 18% dizem respeito ao município da Lousã, como se pode observar no quadro abaixo:

*Quadro 9 - Contratos ativos*

Município	Número de Contratos	%
Alvalázere	5 186	9%
Ansião	7 873	13%
Castanheira de Pera	2 495	4%
Figueiró dos Vinhos	4 332	7%
Góis	4 325	7%
Lousã	10 601	18%
Pampilhosa da Serra	4 622	8%
Pedrógão Grande	3 410	6%
Penacova	8 762	15%
Penela	3 787	6%
Vila Nova de Poiares	4 564	8%
<b>Total</b>	<b>59 957</b>	<b>100%</b>

Os clientes da APIN encontram-se caracterizados a nível de tipo de utilização, da seguinte forma:

*Quadro 10 - Contratos ativos por tipo de utilização*

Tipo de Utilização	Número de Contratos	%
Doméstico	48 424	80,8%
Familiar 5 pessoas	105	0,2%
Familiar 6 pessoas	13	0,0%
Familiar 7 pessoas	2	0,0%
Social Doméstico	5 749	9,6%
Não Doméstico	4 183	7,0%
Estado	50	0,1%
Instituições	587	1,0%
Municípios	746	1,2%
Juntas de Freguesia	98	0,2%
<b>Total</b>	<b>59 957</b>	<b>100%</b>

Os clientes domésticos representam cerca de 81% do total de clientes ativos a 31 de dezembro de 2021. Os tarifários sociais atribuídos superam os 9%.

### 11.1.2 Balcão Digital e Envio Eletrónico de Fatura

No balcão digital o cliente pode observar e interagir sobre os diferentes aspectos do seu contrato. No decorrer do ano de 2021 manteve um crescente interesse suportado pela adesão à fatura eletrónica e pelo fornecimento de leituras por parte dos clientes, bem como, pela percepção dos consumos faturados, controlo das suas cobranças, entre outros.

Figura 5 - Balcão digital



Tipo de Documento	Ano	Nº Documento	Emissão	Límite de Cobrança
Fatura	2020	440954	2020-10-20	2020-11-21
Fatura	2020	405731	2020-09-21	2020-11-01
Fatura	2020	361331	2020-08-26	2020-10-01
Fatura	2020	308870	2020-08-05	2020-09-26

No final de 2021, existiam 4.254 clientes ligados ao balcão digital, que representa cerca de 7,1% do total de clientes.

Até 31 de dezembro de 2021 aderiram ao envio eletrónico de fatura 6.082 clientes, representando cerca de 10,1% do total de utilizadores da APIN.

### 11.1.3 Reclamações

Durante o ano de 2021, foram registadas 474 reclamações, das quais 343 (72%), correspondem a reclamações efetuadas por carta ou por email, como se pode verificar de seguida:

*Quadro 11 - Modo de efetuar a reclamação*

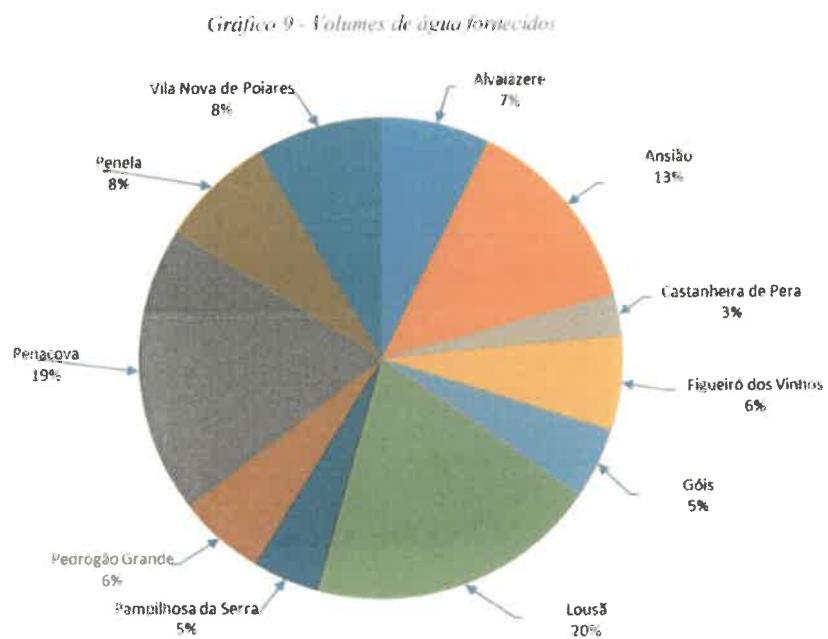
Município	Carta / Email	Formulários CTT	Livro de Reclamações		ERSAR	Total
			Físico	Online		
Alvaiázere		25	2	15	2	
Ansião		19	1	-	3	
Castanheira de Pera		3	-	-	-	
Figueiró dos Vinhos		3	-	-	1	
Góis		7	-	-	-	
Lousã	343	-	7	-	4	
Pampilhosa da Serra		-	-	-	2	
Pedrógão Grande		23	-	-	5	
Penacova		-	-	-	-	
Penela		-	2	-	3	
Vila Nova de Poiares		4	-	-	-	
Total	343	84	12	15	20	474

### 11.1.4 Volumes faturados

Os volumes faturados e contabilizados no ano de 2021 ascendem a 4.271.071 m<sup>3</sup> de água. Os municípios da Lousã e de Penacova apresentam os maiores consumos de água faturados, com 20% e 19%, respetivamente. Por outro lado, o município de Castanheira de Pera apresentou apenas 3% do total de consumo de água faturado. Foram fornecidos, mas não faturados, 334 m<sup>3</sup> de água, referente a consumos em instalações próprias da APIN.

Abaixo, pode-se verificar, os volumes faturados de água por município e contabilizados em 2021.



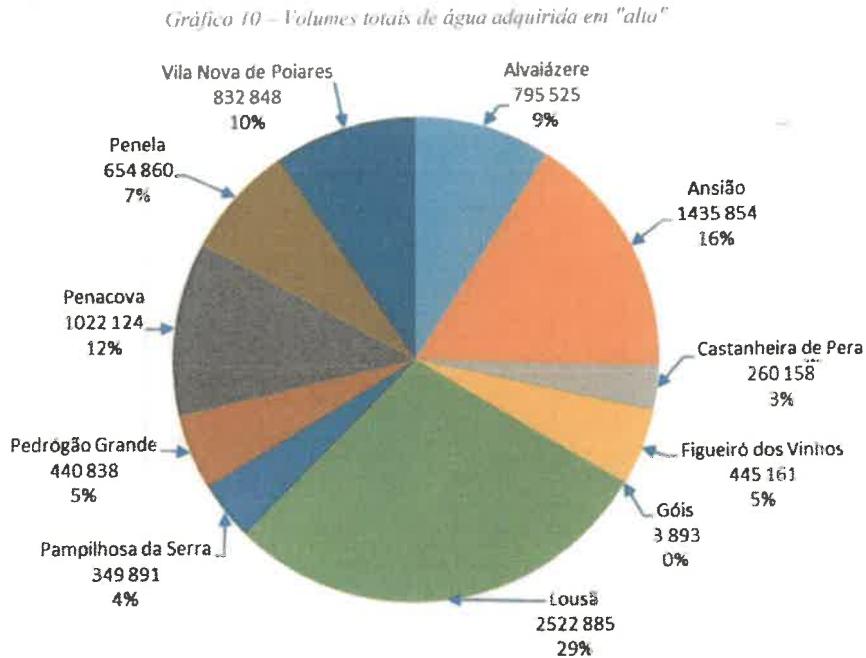


## 11.2 Abastecimento de Água

### 11.2.1 Volume aduzido à rede

No ano de 2021, foram aduzidos 9.780.519 m<sup>3</sup> nos sistemas de abastecimento público de águas dos municípios geridos pela APIN, dos quais 65,6% foram adquiridos à Águas do Centro Litoral, S.A., 23,4% à Águas do Vale do Tejo, S.A., 10,4% correspondem a captações próprias e 0,6% dizem respeito a aquisição de água em "alta" à Águas do Planalto, S.A., município de Arganil e município de Condeixa.

A distribuição de água aduzida à rede e os volumes totais por município encontram-se no seguinte gráfico:



O volume de água adquirido no município da Lousã representa cerca de 28,8% do volume total adquirido em “alta”. O município de Góis, com 499.008 m<sup>3</sup> representa cerca de 49,2% do total de captações de água (1.016.483 m<sup>3</sup>).

### 11.2.2 Avarias na rede

No que respeita às avarias de rede e de ramal, foram rececionadas 2.118 ocorrências durante o ano de 2021.

O maior número de avarias rececionadas foi no município de Lousã, representando 23,1% das avarias totais. Este município contempla 11,1% do total de km do sistema, sendo o segundo município com maior extensão de rede.



#### 11.2.3 Deteção de fugas



No âmbito da deteção de fugas, no que diz respeito às perdas de água que se manifestam através do aparecimento à superfície ou as “não visíveis” que são de mais difícil localização, a APIN criou em 2021 uma equipa para a deteção e localização de fugas, recorrendo aos equipamentos adquiridos (geofones, correladores acústicos). O trabalho pode ser solicitado por suspeita de uma fuga em determinada zona, indo a equipa identificar o local exato, em vez de se proceder à abertura de vala, ou decorrente de um planeamento prévio, fazendo o “varrimento” de zonas suspeitas de forma a encontrar possíveis pontos de fuga.

#### 11.2.4 Qualidade da água

No âmbito do Plano de Controlo de Qualidade de Água, em 2021 foram efetuadas 15.149 análises da qualidade da água, das quais 208 ultrapassaram os valores paramétricos definidos na legislação, o que evidencia um bom desempenho da Empresa, com uma percentagem de cumprimento de 98,6%.

#### 11.2.5 Ramais novos de abastecimento de água

Em 2021, foram executados 212 novos ramais de abastecimento de água e existiram também intervenções de renovação e ampliação da rede de abastecimento.

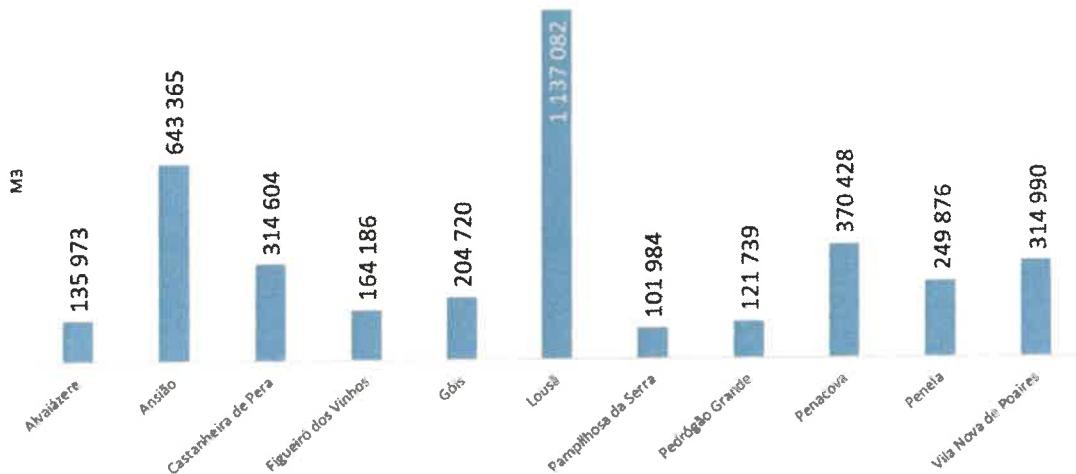


## 11.3 Saneamento de Águas Residuais

### 11.3.1 Volumes recolhidos nas redes de saneamento

Nas operações de saneamento de águas residuais foram recolhidos e enviados para tratamento 4.629.401 m<sup>3</sup> de efluentes dos quais 63,1% à Águas do Centro Litoral, S.A., 18,1% à Águas do Vale do Tejo, S.A. e 18,8% para ETAR próprias.

*Gráfico 11 - Efluente entregue em "alta"*



O volume recolhido no município da Lousã representa cerca de 30,3% do volume total recolhido em "alta" nas redes de saneamento.

O município da Lousã, com 473.713 m<sup>3</sup> representa cerca de 54,4% do total de volume recolhido nas ETAR próprias (870.454 m<sup>3</sup>).

### 11.3.2 Quantidade e volumes recolhidos em fossas

O serviço de limpeza de fossas sépticas particulares inclui-se na atividade de saneamento de águas residuais. As fossas sépticas, enquanto instalações particulares, individuais ou coletivas de disposição de águas residuais urbanas, estão largamente disseminadas pela área de intervenção da APIN. O seu adequado funcionamento, nomeadamente quanto ao destino final das lamas, deve ser devidamente acautelado, na medida em que pode constituir um problema ambiental relevante ou mesmo de saúde pública.

Durante o ano de 2021 foram executadas um total de 3.708 limpezas de fossas e foram recolhidos 37.814 m<sup>3</sup> de lamas.

O elevado número de serviços efetuados nos municípios de Figueiró dos Vinhos e Penacova deve-se essencialmente à baixa cobertura de rede de saneamento deste município e também com as afluências indevidas.

*Quadro 12 - Limpeza de fossas realizadas e respetivos volumes*

Município	N.º de limpezas de fossas	Volumes recolhidos (m <sup>3</sup> )
Alvaiázere	127	1 574
Ansião	468	7 271
Castanheira de Pera	141	1 480
Figueiró dos Vinhos	815	7 079
Góis	104	773
Lousã	387	3 260
Pampilhosa da Serra	80	417
Pedrógão Grande	168	1 067
Penacova	742	8 820
Penela	199	2 399
Vila Nova de Poiares	477	3 674
<b>Total</b>	<b>3 708</b>	<b>37 814</b>

### 11.3.3 Operação e manutenção de ETAR

Atualmente a APIN tem sob sua gestão 32 ETAR como se pode visualizar de seguida:

*Quadro 13 - ETAR sob gestão da APIN*

Município	Quantidade de ETAR	Volumes tratados (m <sup>3</sup> )
Alvaiázere	-	-
Ansião	-	-
Castanheira de Pera	6	110 624
Figueiró dos Vinhos	-	-
Góis	1	91 090
Lousã	4	473 713
Pampilhosa da Serra	17	50 307
Pedrógão Grande	-	-
Penacova	2	11 902
Penela	1	129 525
Vila Nova de Poiares	1	3 293
<b>Total</b>	<b>32</b>	<b>870 454</b>

No ano de 2021, foram recolhidos mais de 800.000 m<sup>3</sup> de águas residuais nas ETAR próprias. As ETAR instaladas nos Municípios de Alvalázere, Ansião, Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande são geridas pela Entidade em "alta".

#### 11.3.4 Ramais novos de Saneamento

Durante o ano de 2021 foram executados 60 ramais novos no sistema de drenagem de águas residuais.

#### 11.4 Gestão de Resíduos Urbanos

A APIN dispõe de cerca 10.788 contentores com capacidade de 6.563 m<sup>3</sup>, sendo responsável pela recolha dos resíduos urbanos indiferenciados. Durante o ano de 2021 foram efetuadas 13.523 lavagens aos contentores da APIN. No quadro que se segue, apresenta-se o detalhe do parque de contentores:

*Quadro 14 - Parque de contentores*

Polo	Município	Contentores (nº)	Litros					Enterrados	Capacidade instalada (m <sup>3</sup> )
			120	240	360	770	1100		
Polo 1	Lousã	1 705	275	443	270	716	1	0	789
	VN Poiares	987	268	89	267	288	75	0	454
	Penacova	1 181	114	0	0	1 059	3	5	836
Polo Góis	P. Serra	895	94	180	21	589	11	0	528
	C. Pera	670	12	28	164	445	21	0	433
	P. Grande	469	127	5	0	169	168	0	331
Polo F. Vinhos	Penela	751	190	11	1	503	40	6	462
	Alvalázere	639	7	6	111	464	51	0	456
	Ansião	736	151	6	0	501	77	1	491
Polo 3	Alvalázere	1 166	450	2	10	514	167	23	656
	Ansião	1 589	149	10	0	1 406	19	5	1 128
	Total	10 788	1 837	780	844	6 654	633	40	6 563
Total Polo 1		3 873	657	532	537	2 063	79	5	2 079
Total Polo 2		2 785	423	224	186	1 706	240	6	1 754
Total Polo 3		4 130	757	24	121	2 885	314	29	2 730
Total									

Durante o ano de 2021 foram efetuadas 13.523 lavagens aos contentores da APIN.

Os resíduos urbanos indiferenciados são entregues e geridos em "alta" pela ERSUC - Resíduos Sólidos do Centro, S.A. (ERSUC) que visa garantir a valorização desses resíduos de forma mais sustentável nas suas diversas áreas de atuação.

O tratamento e a recolha seletiva dos resíduos urbanos produzidos nos onze municípios são assegurados pela ERSUC.

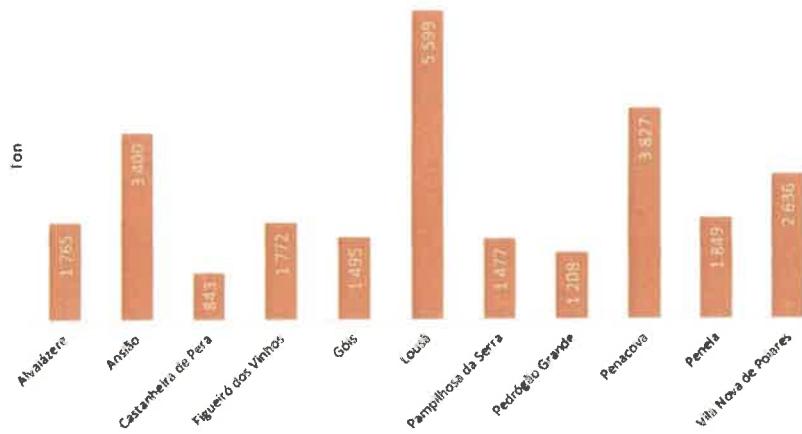


H -  
F. M.

Rey  
M.  
B.  
dulcine  
A. L. Louro

No ano de 2021 foram entregues 25.872 toneladas de resíduos indiferenciados à ERSUC. O Município da Lousã, com 5.599 toneladas recolhidas, representa cerca de 21,6%, do total dos resíduos indiferenciados entregues em 2021, como se pode verificar de seguida:

Gráfico 12 - Recolha de resíduos indiferenciados



### 11.5 Obras executadas ou em execução

Ao longo de 2021 iniciaram-se algumas das obras que são objeto de financiamento comunitário ao abrigo das candidaturas ao POSEUR, nomeadamente:

- ✓ POSEUR-03-2012-FC-001264 - Fecho de Sistemas de Abastecimento de Água em Baixa – Subsistema de Abastecimento de Serpins;



APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior



*dez  
47-3.  
anglom  
J.  
out  
D.  
Aline*

- ✓ POSEUR-03-2012-FC-001276 - Fecho de Sistemas de Saneamento de Águas Residuais – Ligação à ETAR da Lousã/Póvoa;
- ✓ POSEUR-03-2012-FC-001086 - Despoluição integrada da Bacia do Dueça - Execução de redes de saneamento de águas residuais - Ligação à ETAR da Quinta de Cima. Este projeto contempla obras de construção de rede pública de drenagem de águas residuais em Freixal, Vendas Figueiras, Comareiros, Câneve, Louriceira, Venda dos Moinhos, Grocimas, Estrada de Viavai, Viavai, Casal Novo, Ribeirinho, Gagos, São Paulo, Ferrarias, Taliscas, Torre de Chão de Pereiro, Carvalhais, Sernada da Freixiosa, Freixiosa, Dueça, Carregã, São Simão, Casais do Cabra, Santo António, Pastor, Vale do Infesto, Infesto, Senhora da Glória, Ponte de Espinhal, Vale de Espinhal, Silveirinha, Chão de Ourique, Galega e Póvoa.



## 11.6 Planeamento e Projeto

Durante o ano de 2021 deram entrada via Municípios da APIN cerca de 167 processos para análise técnica, para além dos pedidos enviados diretamente pelos clientes. Foram requeridas 9 autorizações de descarga de efluente não doméstico e 14 pedidos de informação cadastral nomeadamente pressão e caudal de abastecimento.



*J. S. J. Neto*



## 11.7 Sistema de Informação Geográfica (SIG) e Cadastro

Os sistemas de informação geográfica constituem nos dias de hoje modernos e poderosos instrumentos indispensáveis na gestão empresarial e no apoio à tomada de decisão, atravessando horizontalmente a quase totalidade das áreas de uma estrutura organizacional.

A criação de uma base de conhecimento com informação geoespacial e cadastral, o mais atualizada possível, tem uma importância acrescida na estrutura organizacional de gestão de recursos da Empresa, permitindo dotar os decisores técnicos e políticos de informação estratégica destinada à definição de políticas gerais e setoriais ao nível da gestão ambiental e controlo financeiro.

Os sistemas de informação e cadastro tem como uma das principais missões, cadastrar toda a informação geoespacial das infraestruturas existentes para as diferentes áreas de atuação no território dos onze municípios integrantes e fornecer, para os diversos departamentos e Polos Operacionais, informação atualizada sistematizada, para uma melhor e mais rápida resposta por parte dos serviços.



APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior



Assinatura: [Handwritten signatures in blue ink, including initials and names like Ana, Joaquim, and others]

As atividades desenvolvidas, no decorrer do ano de 2021, foram as seguintes:

- Receção de informação geográfica – Informação geográfica e cadastral de água e saneamento do município de Góis;
- Adaptação da informação geográfica – Criação de 3 modelos de dados (abastecimento de água, águas residuais urbanas e resíduos urbanos);
- Construção do Geoportal interno – visualizador de informação geográfica e cadastral de abastecimento de água e saneamento de águas residuais;
- Inserção da informação geográfica e cadastral no software NAVIA;
- Atualização da informação geográfica e cadastral – Levantamento e atualização da informação geográfica em campo;
- Plantas cadastrais emitidas (internas) – 164 plantas emitidas;
- Levantamento cadastral de 9 mil contentores de resíduos sólidos urbanos.

### 11.8 Segurança e Saúde no Trabalho

O ano de 2021, foi um grande desafio para a APIN no que respeita à Higiene e Segurança no Trabalho, devido à pandemia COVID-19, reforçando a implementação das regras de segurança e prevenção de contágio. Continuou a investir-se na definição de medidas relativas aos trabalhos realizados e aos equipamentos e máquinas utilizados, de modo a eliminar ou reduzir a exposição aos perigos e aos riscos associados.

Durante o ano de 2021, foram desenvolvidas diversas atividades, destacando-se as seguintes:

- Reforço e reposição de equipamentos de proteção individual e fardamentos;
- Continuação da identificação de perigos e avaliação dos riscos para a segurança dos trabalhadores, com a subsequente definição de medidas de controlo;
- Avaliação da adequabilidade dos equipamentos de proteção individual e coletiva e necessidades adicionais dos mesmos;
- Reforço da aquisição de equipamentos de proteção coletiva e sinalização vertical temporária ao nível das atividades junto às vias de comunicação;
- Continuação da elaboração da Ficha de Procedimento de Segurança para diversas atividades da APIN identificadas como sendo de risco;
- Acompanhamento de trabalhos no âmbito da Segurança e Higiene no Trabalho nas empreitadas do POSEUR;



- Controlo, ao nível da segurança, dos prestadores de serviço que desenvolvem atividade sobre alçada da APIN de modo a garantir o cumprimento da legislação aplicável em matéria de segurança;
- Foram realizadas várias ações de sensibilização de segurança no trabalho:
  - ✓ Acolhimento e início de funções, incluindo riscos associados e respetivas medidas preventivas na utilização de equipamentos de proteção individual;
  - ✓ COVID-19 – medidas de prevenção;
  - ✓ Prevenção de Alcoolemia.
- Continuação da caracterização dos ativos em termos das necessidades de segurança: guardas, acessos, linhas de vida, entre outros.
- Continuação da realização de testes rápidos de antígeno COVID-19 de forma a testar as equipas e reduzir o contágio, em parceria com os Bombeiros Voluntários de Penela para realização de testes rápidos de antígeno COVID-19;
- Sensibilização contínua dos fornecedores no sentido da sua consciencialização e do seu comprometimento para o cumprimento das regras de segurança impostas pela legislação aplicável.

### 11.9 Comunicação e Imagem

Após a marca APIN ter entrado na vida dos consumidores em 2020, o ano de 2021 revelou-se especialmente ativo ao nível da comunicação externa da Empresa.

Divulgou-se amplamente nas redes, no site da Empresa e/ou por carta direta aos clientes e na comunicação social informações. Das ações desenvolvidas, destacamos as seguintes:

- COVID-19 - pacote de medidas excecionais entre os meses de fevereiro e abril;
- Número Verde para avisos de roturas na rede e/ou perturbações no abastecimento;
- Reforço da frota com viaturas de recolha de resíduos;
- Dia Mundial para a Segurança e Saúde no Trabalho;
- Abertura de cinco novos postos de serviço de apoio ao cliente nos municípios de Alvaiázere, Ansião, Figueiró dos Vinhos, Pedrógão Grande e Vila Nova de Poiares;
- Higienização de reservatórios e de intervenções na rede;
- Contactos de cooperação com a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, no âmbito da campanha “combate aos incêndios rurais”;
- Investimentos em manutenção e obras novas nos vários Concelhos;
- Apresentação do estudo para o Desenvolvimento de Sistemas de Recolhas de Biorresíduos;



- Evento de assinatura do contrato de empreitada de Serpins e de Penela;
- Suplemento em jornal e promoção na página de Facebook: "APIN avança obras para melhorar os serviços da região";



- Comunicado sobre ligações diretas à rede de água;
- Promoção de reforço de recolha de resíduos, bem como a renovação progressiva do parque de contentores;
- Informação relativa às duas modalidades de pagamento do serviço de limpeza de fossas;
- Higienização do parque de contentores e substituição dos que se encontravam em mau estado de conservação;
- Dia Mundial Nacional da Água - Projeto Eficiência Hídrica;
- Dia Mundial do Saneamento;
- Novos órgãos sociais da APIN;
- Registo e envio de provas de comunicação de Projetos cofinanciados POSEUR, com definição de colocação de placas de Obras – cumprimento das regras.

Empenham-se todos os esforços de controlo de desinformação, sobretudo no que concerne à rede social - Facebook. Foram produzidos e divulgados online, vídeos relativos ao trabalho das equipas da Operação e da Manutenção da APIN. De salientar ainda o investimento na caracterização da frota automóvel e dos balcões de atendimento.

#### 11.10 Responsabilidade Social

Ao nível da responsabilidade social, a APIN, na sequência da função social dos municípios que a constituem, fez constar no seu tarifário duas hipóteses de tarifário diferenciado.

Como tal, os utilizadores domésticos podem usufruir de tarifários especiais, quer sejam de menor rendimento (tarifário social) quer sejam família numerosa.

De acordo com o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 147/2017, de 5 de dezembro, são elegíveis para beneficiar da tarifa social as pessoas singulares com contrato de fornecimento de serviços de águas e que se encontrem em situação de carência económica. Os municípios aderentes solicitam e obtêm a informação sobre a elegibilidade dos potenciais beneficiários, mediante o número de identificação fiscal do titular do contrato e do código do local de consumo, através da Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), que para este efeito consulta os serviços competentes da Autoridade Tributária e Aduaneira e da Segurança Social.



## 12 ANÁLISE ECONÓMICO FINANCEIRA

Nos subcapítulos que se seguem, apresenta-se o detalhe da estrutura de rendimentos, gastos, bem como a situação de patrimonial no final de dezembro de 2021.

### 12.1 Estrutura de Rendimentos

A estrutura de rendimentos da APIN foi de € 13,6 milhões, conforme quadro abaixo:

*Quadro 15 - Rendimentos e ganhos*

Rendimentos e Ganhos	2021	2020
Vendas	4 510 776	3 960 951
Prestação de serviços	8 946 968	7 106 951
Variações nos inventários de produção	0	0
Trabalhos para a própria entidade	0	0
Subsídios à exploração	68 806	1 023 290
Reversões	0	0
Ganhos por aumentos de justo valor	31	0
Outros rendimentos e ganhos	49 642	1 219
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	0	0
<b>Total</b>	<b>13 576 223</b>	<b>12 092 410</b>

Valores em euros

Fonta Própria

O volume de negócios perfaz um montante de € 13,5 milhões, repartido pelas atividades de abastecimento de água (60%), saneamento de águas residuais (18%) e gestão de resíduos (22%).

### 12.2 Estrutura de Gastos

A estrutura de gastos da APIN foi de € 16,1 milhões, conforme quadro abaixo:

*Quadro 16 - Gastos e perdas*

Gastos e Perdas	2021	2020
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	4 621 548	4 492 269
Fornecimentos e serviços externos	6 817 672	4 746 259
Gastos com o pessoal	3 642 883	2 287 778
Gastos de depreciação e de amortização	411 952	63 506
Perdas por imparidade	414 221	213 432
Perdas por reduções de justo valor	0	0
Provisões do período	0	0
Outros gastos e perdas	106 103	47 515
Gastos de perdas de financiamento	87 886	0
<b>Total</b>	<b>16 102 265</b>	<b>11 850 760</b>

Valores em euros

Fonta Própria

Os Fornecimentos e Serviços Externos (FSE), no montante de € 6,8 milhões, representaram cerca de 42,3% dos gastos operacionais. A rubrica de CMVMC's em 2021 diz respeito ao custo com a aquisição de água em "alta". Por sua vez, o custo com o tratamento de efluentes e a gestão de resíduos em "alta", estão considerados em subcontratos, refletindo 46,5% do total contabilizado em FSE.

Os gastos com o pessoal traduzem um total de 199 colaboradores no final de dezembro de 2021, dos quais 20 foram admitidos no segundo semestre de 2021.

### 12.3 Resultado

O Resultado líquido do período de 2021 é de - € 2,2 milhões.

*Quadro 17 - Resultados*

Resultados	2021	2020
Resultado antes de depreciações, financiamento e impostos	-2 026 204	305 157
Resultado operacional (antes de financiamento e impostos)	-2 438 156	241 651
Resultado antes de impostos	-2 526 042	241 651
Imposto sobre o rendimento do período	-11 232	24 385
Imposto diferido	377 135	0
Resultado líquido do período	-2 160 139	217 266

Valores em euros

Fonte Própria

### 12.4 Capital Próprio

O Capital Próprio da APIN no final de 2021 foi de € 9,5 milhões, dos quais € 12,7 milhões dizem respeito à contabilização de diversas candidaturas ao POSEUR, reconhecido na conta 278 – outros devedores e credores em contrapartida da conta 5931 – Subsídios atribuídos e da conta 5932 – Ajustamento em subsídios, representando o saldo da conta 5932 o valor de impostos estimados no valor de € 2,7 milhões.

A rubrica de Resultados Transitados foi incrementada no valor de € 365,5 mil referente à insuficiência de estimativa de receita verificada em 2020.

*Quadro 18 - Capital próprio*

Capital Próprio	2021	2020	Δ Valor	Δ %
Capital realizado	1 100 000	1 100 000	0	0,00%
Acções (quotas) próprias		0	0	0,00%
Outros instrumentos de capital próprio		0	0	0,00%
Prémios de emissão		0	0	0,00%
Reservas legais	10 863	0	10 863	0,00%
Outras reservas		0	0	0,00%
Resultados transitados	487 287	-84 646	571 933	-675,68%
Ajustamentos em ativos financeiros		0	0	0,00%
Excedentes de revalorização		0	0	0,00%
Outras variações no capital próprio	10 029 773	2 624 943	7 404 831	282,09%
Resultado líquido do período	-2 160 139	217 266	-2 377 404	-1094,24%
<b>Total do Capital Próprio</b>	<b>9 467 785</b>	<b>3 857 562</b>	<b>5 610 222</b>	

Valores em euros

Fonte Própria

## 12.5 Principais Rácios Financeiros

No quadro que se segue apresenta-se os principais indicadores financeiros relativos aos anos de 2020 e 2021:

*Quadro 19 - Indicadores da posição financeira*

Indicadores da Posição Financeira	Fórmulas	2021	2020
Debt to Equity (€)	Dívida Financeira Líquida / Património Líquido	n.a.	n.a.
EBIT - Earnings Before Interest and Taxes (€)	Resultado Operacional	-2 438 156	241 651
EBITDA - Earnings Before Interest, Taxes and Depreciation (€)	Resultado Operacional + Amortizações + Imparidades	-1 611 983	518 589
Autonomia Financeira	Capital Próprio / Ativo	0,45	0,31
Solvabilidade	Capital Próprio / Passivo	0,81	0,44
Rentabilidade dos Capitais Próprios	Resultado Líquido / Capital Próprio	n.a.	0,06

Fonte Própria

Os resultados operacionais apresentam o valor próximo de - € 2,4 milhões. Por seu lado, o EBITDA apresenta um valor de cerca de - € 1,6 milhões, refletindo uma margem EBITDA de - 12,0%.

A autonomia financeira da Empresa em 2021 ascende a 0,45, enquanto o rácio de solvabilidade evidencia uma estrutura de capitais equilibrada (0,81).

## 12.6 Gestão de Riscos

A APIN encontra-se sujeita a uma variedade de riscos: risco de liquidez, risco de mercado e risco de catástrofe.

Para o desenvolvimento da sua atividade, a gestão dos mesmos é essencialmente controlada pela Administração e decorre do acompanhamento sistemático das principais

*Opinião*  
*aprovada*

operações da Empresa e respetivos fluxos financeiros, e ainda pelo conhecimento que detém do mercado e do setor de atividade em que se insere.

As decisões tomadas pela Administração assentam em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas geram apenas riscos regularmente suportáveis pela Empresa.

### 12.7 Ações Próprias

Tal como se verificou no quadro do capital próprio, a organização não detém quotas próprias nem efetuou aquisições ou alienações de ações próprias no decurso do exercício.

### 12.8 Negócio entre a Sociedade e os Seus Administradores

Dando cumprimento ao artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais, não existiram negócios entre a sociedade e os seus administradores no período de 2021.

### 12.9 Sucursais

A sociedade não detém sucursais em território nacional nem fora do território nacional.

### 12.10 Situação Fiscal e Contributiva

À data de encerramento das contas, a Empresa não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, à Segurança Social, nem a qualquer outra entidade pública.

Obr. 1  
A. M. 1  
Ano/2021  
A. M. 2021

## 13 OBRAS RELEVANTES A EFETUAR NO FUTURO

A APIN, na sua génese, estabeleceu critérios rigorosos de eficácia, eficiência e economia na prossecução dos seus objetivos.

É com estas premissas em mente que a APIN pretende:

- Alcançar uma redução significativa do nível de perdas e de infiltrações ao longo dos próximos 20 anos, através de um investimento regular na renovação e monitorização de redes;
- Alcançar um aumento generalizado da taxa de cobertura dos serviços de água e saneamento;
- Proceder a uma dinamização da Economia Circular, através da promoção da reciclagem multimaterial e valorização orgânica de resíduos urbanos;
- Proceder a um aumento de lavagem de contentores.

Neste sentido, a Empresa Intermunicipal conta com um plano de investimentos de 137 milhões de euros, dos quais mais de 34 milhões de euros (20,8 milhões de fundos comunitários) serão executados até ao final do ano de 2023 – candidaturas POSEUR.

Figura 6 - Mapa geográfico da Empresa



O território que a APIN abrange vai usufruir de significativas melhorias na qualidade dos serviços prestados.

A agregação de municípios assegura o reforço de investimento e do acesso a fundos comunitários do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (POSEUR). É a solução mais fiável para responder aos problemas adjacentes aos serviços de abastecimento de água, saneamento e resíduos.



*Ass. 2021*

Apresentamos de seguida os investimentos a realizar por município:

**Alvaiázere:**

- Freguesia de Alvaiázere: construção da extensão de redes de saneamento de águas residuais e novas ligações à ETAR de Alvaiázere;
- Maçãs de Dona Maria continuação da expansão de redes de saneamento de águas residuais e construção de novas ligações à ETAR de Vale de Tábuas;
- Pussos - São Pedro construção da extensão de redes de saneamento de águas residuais e em novas ligações à ETAR de Venda dos Olivais.

**Ansião:**

- Santiago da Guarda: ampliação das redes públicas de drenagem de águas residuais e na construção da estrutura de ligação à ETAR e de redes de drenagem de águas residuais de Alvorge (1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> Fase);
- Chão de Couce construção de redes de saneamento de águas residuais e uma nova ligação de Chão de Couce à ETAR Vale de Tábuas.

**Castanheira de Pera:**

- Freguesia de Castanheira de Pera - Bolo e Casalinho: Execução da Reformulação do Sistema de Adução a estas povoações;
- Sarzedas: investimento em obras de remodelação e beneficiação da ETAR para redução da poluição urbana nas massas de água;
- Corga, Pera, Bolo, Torgal e Palheira: Construção da extensão de redes de saneamento de águas residuais e novas ligações à ETAR de Castanheira de Pera;
- Anchas/Troviscal e Dórdio: Construção do Sistema Elevatório e Emissário com ligação às redes de saneamento de águas residuais à ETAR de Castanheira de Pera.

**Figueiró dos Vinhos**

- Freguesia de Aguda: construção de redes de saneamento de águas residuais e novas ligações à ETAR de Tábuas; Expansão da rede de águas residuais domésticas da Aguda;
- Vila de Figueiró dos Vinhos: construção de redes de saneamento de águas residuais e novas ligações à ETAR de Figueiró dos Vinhos;
- Zereiro, Coutada, Chãos, Forno Telheiro, Carapinhal e Laranjeira: construção da extensão de redes de águas residuais domésticas;

Alex  
M  
P.  
J.  
S.  
et  
D  
A. L. M.

- Castanheira de Figueiró: construção da extensão de redes de águas residuais domésticas;
- Colmeal e Lavandeira: construção da extensão de redes de águas residuais domésticas;
- Santarém: construção da extensão de redes de águas residuais domésticas;
- Valada, Serrada e Portelão: construção da extensão de redes de águas residuais domésticas;
- Ribeira De S. Pedro, Douro e Porto Douro construção da extensão de redes de águas residuais domésticas.

**Góis:**

- Ponte de Sótão e Lugares limítrofes: construção de redes de saneamento de águas residuais e novas ligações à ETAR de Ponte de Sótão.

**Lousã:**

- Quatro Águas: Rede de Água do lugar de Casal de S. Miguel;
- Vale Nogueira: Construção Rede de Água (lugares de Vale Pereira da Serra e Vale Nogueira);
- Candal: Construção da ETA da Aldeia Serrana de Candal;
- Talasnal: Construção da ETA da Aldeia Serrana de Talasnal;
- Cerdeira: Construção da ETA da Aldeia Serrana de Cerdeira;
- Casal Novo/Chiqueiro: Construção da ETA da Aldeia Serrana de Casal Novo/Chiqueiro;
- Saneamento e renovação de redes de drenagem no sistema Lousã/Póvoa: Fontainhas (junto à ETAR das Fontainhas), Praceta Sá Carneiro;
- Construção da Rede Águas Residuais e Rede Águas Pluviais na Praceta Sá Carneiro;
- Saneamento e novas ligações à ETAR de Semide/Poisão: lugares de Ceira dos Vales, Vales e Corte Velha.

**Pampilhosa da Serra**

- Amoreira: Redução da Poluição Urbana nas Massas de água, através de construção de redes de saneamento e abastecimento de água, de tratamento, drenagem e recolha das águas residuais;
- Pessegueiro: Redução da Poluição Urbana nas Massas de água, através de construção de redes de saneamento e abastecimento de água, de tratamento, drenagem e recolha das águas residuais.



Alex  
M. B.  
J. L. P.  
A. L. M.

### Pedrógão Grande

- São Mateus, Vale do Barco e Vale do Góis: construção de redes de saneamento de águas residuais - Ligação à ETAR de Pedrogão Grande;
- Facaia: construção de redes de saneamento de águas residuais - Ligação à ETAR de Facaia;
- Pinheiro Bordalo, Altardo, Graça, Casal dos Ferreiros e Casal da Francisca: construção de redes de saneamento de águas residuais - Ligação à ETAR de Atalaia;
- Derreadas: construção de redes de saneamento de águas residuais - Ligação à ETAR de Derreadas;
- Tojeira: construção de redes de saneamento de águas residuais - Ligação à ETAR de Pesos.

### Vila Nova de Poiares

- Ribas, Soutelo e Vilar: redução da poluição urbana nas massas de água, através de construção de redes de saneamento e abastecimento de água e de tratamento e recolha das águas residuais- ETAR de RIBAS;
- Cabecinhos, Vila Chã, Vale De Vaíde, S. Miguel, Vendinha: substituição dos coletores e construção de rede de saneamento e rede de abastecimento de água – ligação à ETAR de Vale de Vaíde;
- Fundo da Vila, Vale de Gião, Ferreira, Avessada: construção de rede de drenagem de águas residuais - ligação à ETAR de Ribeira do Moinho;
- Soito: construção de arruamento e de infraestruturas para execução de redes de drenagem de águas residuais;
- São Miguel, Entroncamento, Vendinha: construção de rede de drenagem de águas residuais;
- Cabecinhos, Vila Chã, Vale De Vaíde, S. Miguel, Vendinha: substituição dos coletores e construção de rede de saneamento e rede de abastecimento de água- ligação à ETAR de Ribeira do Moinho.

*Belo 1/12/2021  
R. 2021  
dular  
met  
D. D.  
A. L. 2021*

## 14 IMPOSTO DIFERIDO SOBRE O RENDIMENTO

Nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro n.º 25 do SNC, o reporte de imposto decorrente do prejuízo fiscal é reconhecido como um ativo do período em que ocorre quando "é provável que o benefício fluirá para a entidade" nos períodos seguintes.

Considerando as perspetivas futuras de revisão do Estudo de Viabilidade Económica e Financeira, perspetivar-se-á a sustentabilidade da operação e a realização de lucro tributável nos 12 períodos seguintes (anos).

## 15 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho de Administração da APIN deseja expressar o seu agradecimento a todos os que contribuíram com o seu trabalho durante o ano de 2021, que continuou a ser fustigado pelo surto pandémico COVID-19, bem como a todos os que desempenharam um papel fundamental neste segundo ano de atividade, agradecendo também, particularmente:

- Aos municípios de Alvaizere, Ansião, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Lousã, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penacova, Penela e Vila Nova de Poiares, pelo empenho e colaboração prestados;
- A todos os trabalhadores da Empresa, pela grande competência, empenho e dedicação sempre evidenciados, apesar duma conjuntura que não tem sido a mais favorável;
- A todos os clientes individuais e empresariais que nos ajudam, com a sua exigência, a uma melhoria contínua;
- Aos fornecedores, pelo esforço evidenciado na pronta satisfação das necessidades da Empresa.

## 16 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido negativo do período de 2021, no valor de - € 2.160.139 seja transferido para resultados transitados.



## 17 TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS A CARGO DOS SÓCIOS (Artigo 40.º, n.ºs 2 e 8 da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto)

Perante o resultado negativo do período, o Conselho de Administração propõe a aplicação do mecanismo legal de reposição do equilíbrio previsto no n.º 2 do artigo 40.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, sendo que, «... no caso de o resultado líquido antes de impostos se apresentar negativo, é obrigatória a realização de uma transferência financeira a cargo dos sócios, na proporção da respetiva participação social, com vista a equilibrar os resultados do exercício em causa».

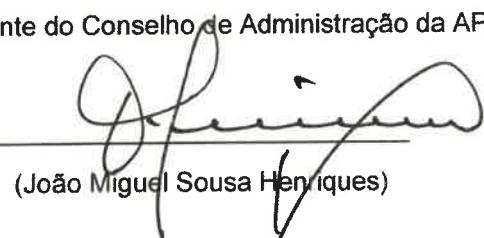
Willy  
R. J.  
Julian  
D.  
Achim

## 18 FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Não se verificaram factos ou acontecimentos relevantes posteriores a 31 de dezembro de 2021.

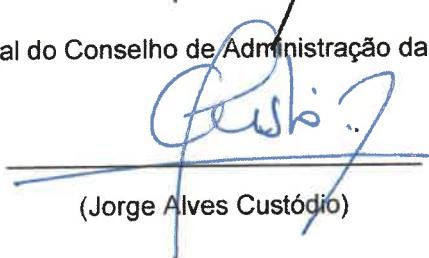
Penela, 22 de março de 2022

O Presidente do Conselho de Administração da APIN,



(João Miguel Sousa Henriques)

O Vogal do Conselho de Administração da APIN,



(Jorge Alves Custódio)

O Vogal do Conselho de Administração da APIN,



(Marta Inês Dinis Brás Cardoso Fernandes)



*D. J. net*



Relatório de Gestão e Contas 2021

*B. P. da Cunha*  
*J. A. Lino*  
*A. Lino*

## 19 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



## 19.1 BALANÇO

**APIN - Emp. Interm. Amb. Pinhal Interior,EIM SA**

Contribuinte: 515515507

**BALANÇO EM 31 de Dezembro de 2021**

Moeda: EURO

RUBRICAS	NOTAS	31 Dec 2021	31 Dec 2020
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	9	3.408.102.01	911.254.87
Propriedades de investimento			
Goodwill	8	279.603.71	199.840.27
Ativos intangíveis			
Ativos biológicos			
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial		21.197.28	7.981.70
Outros investimentos financeiros		1.550.00	
Créditos a receber	24	377.135.29	
Ativos por impostos diferidos	24	4.088.588.29	1.118.078.84
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	20		39.571.39
Ativos biológicos			
Clientes	23	1.852.203.60	2.638.801.53
Estado e outros entes públicos	25	459.825.15	370.931.63
Capital subscrito e não realizado			
Outros créditos a receber	24	13.387.789.19	5.120.740.28
Diferimentos		412.745.98	233.825.89
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros			
Ativos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos bancários	5	2.022.498.39 17.935.062.31	3.090.181.15 11.494.051.87
<b>Total do ativo</b>		<b>22.023.680.60</b>	<b>12.613.128.51</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital próprio</b>			
Capital Subscrito		1.100.000.00	1.100.000.00
Ações (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas legais		10.863.28	
Outras reservas			
Resultados transitados		487.286.61	-84.845.96
Excedentes de revalorização			
Ajustamentos / Outras variações no capital próprio		10.029.773.40	2.624.942.86
Resultado líquido do período		-2.160.138.78	217.265.57
<b>Total do capital próprio</b>		<b>9.467.784.80</b>	<b>3.887.562.47</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões	12	5.000.00	
Financiamentos Obtidos			
Responsabilidades por benefícios pos-emprego			
Passeivos por impostos diferidos	24	3.706.895.57 3.711.895.57	
Outras dívidas a pagar			
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	24	4.045.008.78	6.758.795.43
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos	25	87.911.18	153.228.67
Financiamentos Obtidos			
Outras dívidas a pagar	24	4.687.033.19 34.017.40	1.722.938.01 120.605.93
Diferimentos			
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
Passivos não correntes detidos para venda			
<b>Total do passivo</b>		<b>8.843.970.53 12.555.886.10</b>	<b>8.755.586.04 8.755.586.04</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>22.023.680.60</b>	<b>12.613.128.51</b>

Relatório de Gestão:

Contabilidade Certificada n.º



## 19.2 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

**APIN - Emp. Interm. Amb. Pinhal Interior,EIM SA**

Contribuinte: 515515507

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 de Dezembro de 2021

Moeda: EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	31 Dec 2021	31 Dec 2020
Vendas e serviços prestados	22	13.457.743,73	11.067.901,56
Subsídios à exploração	32	68.805,95	1.023.290,33
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	20	-4.621.547,78	-4.492.268,60
Fornecimentos e serviços externos	27	-6.817.671,67	-4.746.259,26
Gastos com o pessoal	28	-3.642.883,21	-2.287.778,28
Impariedade / Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Impariedade de dívidas a receber (perdas/reversões)	14	-414.221,00	-213.431,91
Provisões (aumentos/reduções)			
Impariedade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis			
Aumentos / reduções de justo valor		30,86	
Outros rendimentos	29	49.642,06	1.218,57
Outros gastos	30	-106.102,74	-47.514,97
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>-2.028.203,80</b>	<b>305.157,35</b>
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	31	-411.952,21	-63.506,45
Impariedade de investimentos depreciáveis / amortizáveis (perdas/reversões)			
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>-2.438.156,01</b>	<b>241.650,90</b>
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados	26	-87.886,00	
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>-2.526.042,01</b>	<b>241.650,90</b>
Imposto sobre o rendimento do período	25	365.903,22	-24.385,33
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>-2.160.138,79</b>	<b>217.265,57</b>



### 19.3 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

APIN - Emp. Interm. Amb. Pinhal Interior,EIM SA		Contribuinte 515515507	
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES EM 31 de Dezembro de 2021		Unidade Monetária: EURO	
RÚBRICAS	NOTAS	31 Dec 2021	31 Dec. 2020
Vendas e serviços prestados	22	13.457.743,73	11.067.901,56
Custo das Vendas e dos Serviços Prestados	20,27	-8.795.988,40	-7.474.318,56
<b>Resultado Bruto</b>		<b>4.661.755,33</b>	<b>3.593.585,00</b>
Ouros Rendimentos	32,29	118.478,87	1.024.508,90
Gastos de Distribuição			
Gastos Administrativos		-2.643.231,05	-1.764.211,39
Gastos de Investigação e Desenvolvimento			
Outros Gastos		-4.575.159,16	-2.612.231,61
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>-2.438.156,01</b>	<b>241.650,90</b>
Gastos de Financiamento (Líquidos)		-87.886,00	
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>-2.526.042,01</b>	<b>241.650,90</b>
Imposto sobre o rendimento do período	25	365.903,22	-24.385,33
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>-2.160.138,79</b>	<b>217.266,57</b>

Orgão de Gestão \_\_\_\_\_

Contabilista Certificado nº \_\_\_\_\_

APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior



## 19.4 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Entidade: APIN - Emp. Interm. Amb. Pinhal Interior, EIM SA

Contribuinte: 515515502

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA - PERÍODO FINDO EM 31 de Dezembro de 2021

Moeda: EURO

RÚBRICAS	NOTAS	31 Dec 2021	31 Dec 2020
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais:</b>			
Recebimentos de clientes		15.179.083,56	8.127.280,73
Pagamentos a fornecedores		-12.930.248,86	-5.097.203,44
Pagamentos ao pessoal		-3.247.060,35	-1.661.381,07
Caixa gerada pelas operações		-998.225,85	1.388.696,22
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-122.832,33	-3.677,89
Outros recebimentos/pagamentos		602.101,28	881.273,69
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</b>		-518.956,70	2.248.292,22
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento:</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		-1.460.803,91	-82.341,43
Ativos intangíveis		-79.763,44	
Investimentos financeiros		-1,57	-2.209,36
Outros ativos		-1.457,98	
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Ativos fixos tangíveis		1.338,94	403,94
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			60,27
Subsídios ao investimento		986.980,85	
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)</b>		-553.707,11	-84.056,58
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento:</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos		5.000,00	
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de Financiamento			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares		-18,95	
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</b>		4.981,05	
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		-1.067.682,76	2.162.205,64
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		3.090.181,15	927.975,51
Caixa e seus equivalentes no fim do período		2.022.498,39	3.090.181,15
Caixa e seus equivalentes no fim do período - BALANÇE		2.022.498,39	3.090.181,15



## 19.5 DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO - 2021

**APIN - Emp. Interm. Amb. Pinhal Interior.EIM SA**  
**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DO PERÍODO EM 31 de Dezembro de 2021**

Contribuinte: 515515607

Moeda: EURO

NOTAS	DESCRIÇÃO	Capital Realizado	Ações (Ocupadas) Proprietárias	Premios de Emissão	Outras Instituições Capital Próprio	Reservas Legais	Reembolsos Fazendários	Alavancas / Outras Variações Capital Prop.	Exced. de Reserv. de Reinvestimento	Realizado Líquido do Período	Total do Capital Próprio
	<b>PERÍODO NO INÍCIO DO PERÍODO DI 12/31/2021</b>	1.100.000,00						-84.645,99	2.674.942,66	2.172.655,57	3.457.562,47
	<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>										
	Princípio Atribuição do SP&E										
	Alterações de Políticas Contabilísticas										
	Diferenças de Conversão de Demonstrações Financeiras										
	Reedição do Exerciente de Demonstrações Financeiras										
	Exerciente de Reedição										
	Ajustamentos por Impostos Detidos										
	Outras Alterações reconhecidas no Capital Próprio:										
	10.863,26					571.932,57	7.404.830,54		-217.265,57	1.770.360,82	
	10.863,26					571.932,57	7.404.830,54		-217.265,57	1.770.360,82	
	10.863,26					571.932,57	7.404.830,54		-217.265,57	1.770.360,82	
	<b>RESULTADO LIQUIDO</b>										
	<b>RESULTADO INTEGRAL</b>										
	<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>										
	Realizações de Capital										
	Realizações de Premio de Imobil.										
	Disponibilidades										
	Empreza para contruiria de património										
	Outras Operações										
	<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO DI 12/31/2021</b>	1.100.000,00				10.863,26	487.286,61	10.028.773,	-2.160.138,7	9.467.784,50	

Contabilista Certificado n.º

Orçado em 6/06/2022



*Joel  
veet*



Relatório de Gestão e Contas 2021

*Oleg  
M. P.  
vitor  
J. J.*

*H. Lino  
H. Lino*

## 19.6 DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO - 2020

**APIN - Emp. Intern. Amb. Pinhal Interior, EIM SA**  
**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DO PERÍODO EM 31 de Dezembro de 2021**

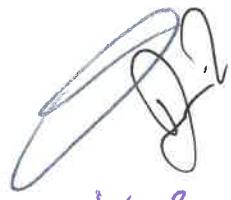
DESCRICAÇÃO	X-100%	Capital e/ou Ações (Chamas Próprias)	Outras Contribuições de Capital Próprio	Prestação de Capital Próprio	Reservado Liquido	Outras Variações do Capital Próprio	Reavaliação de Transações	Ajustes/Outras Variações do Capital Próprio	Exercer de Reavaliação	Resultado Líquido do Período	Total do Capital Próprio	Milhares de EURO
												Contribuinte 51515507
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO DE 12/31/2020</b>		1.100.000,0						2.624.942,8				3.640.228,80
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>												
Eximida Adaptação do SNC												
Alterações das Políticas Contabilísticas												
Diferenças de Conversão de Demonstrações Financeiras												
Realização do Excedente de Reavaliação												
Excedente de Reavaliação												
Ajustamentos por Impostos Diferidos												
Outras Alterações resultantes do Capital Próprio												
-84.645,96												
-84.645,96												
RESULTADO LÍQUIDO												
RESULTADO INTEGRAL												
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO												
Realizações de Capital												
Realizações de Premio de Emissão												
Dividendos:												
Entidades para cobertura de perdas												
Outras Operações												
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO DE 12/31/2020		1.100.000,0						-84.645,96	2.624.942,8			3.637.562,47

Consultista Certificado n.º

(Assinatura da Consulta)



Oan  
MIB  
dukan  
f f  
net

  
A. Lino

## 20 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



## NOTA 1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE E PERÍODO DE RELATO

- 1.1 Designação da entidade: APIN - Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, E.I.M., S. A.
- 1.2 Morada: Zona Industrial de Penela, Lote 15, 3230-347 Penela
- 1.3 Número de identificação fiscal: 515 515 507
- 1.4 Natureza da atividade: Exploração e gestão do Sistema Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, o qual agrupa os sistemas municipais de abastecimento público de água, de saneamento, de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos dos municípios de Alvalázere, Ansião, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Lousã, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penacova, Penela e Vila Nova de Poiares, no respetivo território.
- 1.5 Conservatória: Registo comercial e predial de Penela
- 1.6 Capital Social: 1.100.000 €
- 1.7 Período das demonstrações financeiras: Período findo em 31 de dezembro de 2021

## NOTA 2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- 2.1 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Empresa foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema de Normalização Contabilístico (SNC) que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF).

- 2.2 Derrogação das disposições do SNC e efeitos nas demonstrações financeiras

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

- 2.3 Comparação com o ano anterior

As demonstrações financeiras são comparáveis com o ano anterior.

Ary  
B.  
M. dos  
F.  
Net  
  
A. S.  
Adriano

### NOTA 3 - ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS NCRF – DIVULGAÇÃO TRANSITÓRIA

A adoção das Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) ocorreu pela primeira vez em 2010, pelo que a data de transição do referencial contabilístico POC para este normativo é 1 de janeiro de 2009, tal como estabelecido pela NCRF 3 – Adoção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

Nos termos dessa norma, não há efeitos reportados à data de transição para as NCRF (1 de janeiro de 2009).

### NOTA 4 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

#### 4.1 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras de APIN - Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, E.I.M. S.A. são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalecentes à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica “Gastos de financiamento”, se relacionados com empréstimos ou em “Outros gastos ou perdas operacionais”, para todos os outros saldos/transações.

#### 4.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente valorizados pelo seu custo.

O custo do ativo fixo tangível além do preço de compra, inclui os direitos de importação e impostos não reembolsáveis, custos necessários para colocar o ativo na localização e condição de funcionamento, e exclui descontos comerciais e abatimentos.



É adotado o modelo do custo na mensuração subsequente à mensuração inicial, os ativos fixos tangíveis são valorizados pelo custo, menos depreciação acumulada e perdas por imparidade.

Os bens com vida útil limitada são depreciados em função da sua utilização, e assim que estejam concluídos ou em estado de uso. Dado que os terrenos têm vida ilimitada não são depreciados.

A quantia depreciável do ativo fixo tangível é imputada pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de bens. As taxas de depreciação utilizadas estão de acordo com a legislação aplicável.

O método de depreciação, vida útil e valor residual dos bens foram revistos e consideram-se apropriados.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada e estão de acordo com a legislação em vigor, como segue:

Rúbricas	Vida Útil - Anos
Edifícios e outras construções	10 a 25
Equipamento básico	4 a 14
Equipamento de transporte	4 a 6
Equipamento administrativo	4 a 8
Outros ativos tangíveis	4 a 8

As despesas, com reparação e manutenção destes ativos, são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais", consoante se trate de mais ou menos valias.

São efetuados testes de imparidade sempre que existem indicadores que possam apontar para os mesmos.

HJ B. J.  
valcar  
Dey  
Net  
B  
A. Lopes

A quantia escriturada do bem é despreconhecida no momento da alienação ou quando não se espere futuros benefícios económicos do seu uso ou alienação. Sendo, o ganho ou perda decorrente incluído nos resultados.

#### 4.3. Propriedades de investimento

A entidade não detém propriedades de investimento.

Arquivado

#### 4.4. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela Empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas, quando a Empresa demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto do período em que são incorridas.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Empresa. Nestas situações estes gastos são capitalizados como ativos intangíveis.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, com exceção dos direitos de gestão de instalações, os quais são amortizados de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Nos casos de marcas e patentes, sem vida útil definida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual.



As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada e estão de acordo com a legislação em vigor.

Rúbricas	Vida Útil - Anos
Projetos de desenvolvimento	3 a 10
Outros ativos intangíveis	3

#### 4.5. Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas subsidiárias e associadas, nas quais a Empresa detenha influência ou controlo significativos (geralmente com participação superior a 20% do capital social), são mensurados pelo método da equivalência patrimonial.

Os restantes investimentos financeiros são mensurados pelo método do custo.

#### 4.6. Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 17% sobre a matéria até ao montante de 25.000,00 e 21% sobre o excedente. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda a Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88.º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2019, 2020 e 2021 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

A Empresa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Refira-se que esta avaliação se baseia no plano de negócios da Empresa, periodicamente revisto e atualizado.

#### 4.7. Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao custo de mercado, utilizando-se o FIFO (*First In First Out*) como método de custeio habitual, ou em alternativamente o método do custo específico. É registada uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

#### 4.8. Ativos biológicos

A entidade não detém ativos biológicos.

#### 4.9. Clientes e outros valores a receber

As contas de “Clientes” e “Outros valores a receber” não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas ‘Perdas de imparidade acumuladas’, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

#### 4.10. Ativos financeiros detidos para negociação

A entidade não detém ativos financeiros detidos para negociação.

#### 4.11. Ativos não correntes detidos para venda

De igual modo, a entidade não detém de investimentos disponíveis para venda.

#### 4.12. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “passivo corrente”.



#### 4.13. Capital social

As ações ordinárias são classificadas em capital próprio.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido resultante desta emissão. Os custos diretamente imputáveis à emissão de novas ações ou opções, ou para a aquisição de um negócio, são incluídos no custo de aquisição como parte do valor da compra.

#### 4.14. Provisões

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

#### 4.15. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

#### 4.16. Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

H. J. S. Dey  
An. form.  
Aut.

#### 4.17. Locações

Os contratos de locação são classificados ou como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas 2.2. e 2.3. acima, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

Archimio

#### 4.18. Rérito e regime do acréscimo

O rérito comprehende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rérito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rérito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rérito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

83  
Página



Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

#### 4.19. Reconhecimento do crédito em contratos de construção

A entidade não detém situações de contratos de construção.

#### 4.20. Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de projetos de investimento estão registados em balanço na rubrica "Capital Próprios" e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de ações de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

#### 4.21. Custos dos Empréstimos obtidos

Os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos são capitalizados como parte do custo desses ativos. Um ativo elegível para capitalização é um ativo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda. O montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos juros com empréstimos aplicável aos empréstimos em aberto no período.

A capitalização de custos com empréstimos inicia-se quando tem início o investimento, já foram incorridos juros com empréstimos e já se encontram em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para estar disponível para uso ou para venda. A capitalização é terminada quando todas as atividades necessárias para colocar o ativo como disponível para uso ou para venda se encontram substancialmente concluídas. Outras despesas diretamente atribuíveis à

aquisição e construção dos bens, como os custos com matérias consumidas e custos com pessoal são igualmente incorporadas no custo dos ativos.

#### **NOTA 5 - FLUXOS DE CAIXA**

5.1 - Os valores apresentados em caixa e seus equivalentes estão disponíveis para uso.

5.2 - A tabela seguinte apresenta a desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

MEIOS LÍQUIDOS FINANCEIROS	2021	2020
Caixa	1 599	656
Depósitos à Ordem	2 020 899	3 089 525
Outros depósitos bancários	-	-
Outros Instrumentos financeiros	-	-
<b>Total</b>	<b>2 022 498</b>	<b>3 090 181</b>

#### **NOTA 6 - POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS E ERROS**

- 6.1 As demonstrações financeiras são comparáveis com as apresentadas no comparativo.
- 6.2 As políticas contabilísticas são consistentes entre os vários períodos apresentados.
- 6.3 Não se verificaram alterações em estimativas contabilísticas nos vários períodos apresentados.
- 6.4 Não foram identificados erros materiais de períodos anteriores nas demonstrações financeiras.

#### **NOTA 7 - PARTES RELACIONADAS**

Na data de reporte financeiro a Empresa era participada pelas seguintes Entidades:

- O município de Alvaiázere com o NIF 506 605 949 detém 8,98% do capital social, no valor nominal de € 98.780 - Início da participação: 29 de julho de 2019.
- O município de Ansião com o NIF 506 605 930 detém 13,73% do capital social, no valor nominal de € 151.030 - Início da participação: 29 de julho de 2019.
- O município de Castanheira de Pera com o NIF 506 731 324 detém 4,26% do capital social, no valor nominal de € 46.860 - Início da participação: 29 de julho de 2019.



- O município de Figueiró dos Vinhos com o NIF 506 546 381 detém 5,82% do capital social, no valor nominal de € 64.020 - Início da participação: 29 de julho de 2019.
- O município de Góis com o NIF 506 613 399 detém 7,20% do capital social, no valor nominal de € 79.200 - Início da participação: 29 de julho de 2019.
- O município de Lousã com o NIF 501 121 528 detém 18,39% do capital social, no valor nominal de € 202.290 - Início da participação: 29 de julho de 2019.
- O município da Pampilhosa da Serra com o NIF 506 811 883 detém 7,90% do capital social, no valor nominal de € 86.900 - Início da participação: 29 de julho de 2019.
- O município de Pedrógão Grande com o NIF 507 011 937 detém 5,54% do capital social, no valor nominal de € 60.940 - Início da participação: 29 de julho de 2019.
- O município de Penacova com o NIF 506 657 957 detém 14,04% do capital social, no valor nominal de € 154.440 - Início da participação: 29 de julho de 2019.
- O município de Penela com o NIF 506 778 037 detém 6,77% do capital social, no valor nominal de € 74.470 - Início da participação: 29 de julho de 2019.
- O município de Vila Nova de Poiares com o NIF 505 371 600 detém 7,37% do capital social, no valor nominal de € 81.070 - Início da participação: 29 de julho de 2019.

Os saldos com Entidades relacionadas apresentam os seguintes montantes:

SALDOS COM PARTES RELACIONADAS	Ativo		Passivo	
	2021	2020	2021	2020
<b>Clientes - Sócios</b>				
Alvaiázere	55 747	51 820	-	-
Ansião	10 676	314 453	-	-
Castanheira de Pera	235	26 794	-	-
Figueiró dos Vinhos	140 323	143 531	-	-
Góis	55 780	79 262	-	-
Lousã	12 514	288 233	-	-
Pampilhosa da Serra	-	63 755	-	-
Pedrógão Grande	22 795	25 817	-	-
Penacova	105 042	402 561	-	-
Penela	3 015	7 594	-	-
Vila Nova de Poiares	6 568	99 900	-	-
<b>Diferimentos</b>				
Ansião	-	213 290	-	-
<b>Fornecedores - Sócios</b>				
Alvaiázere	-	-	-	-
Ansião	-	-	-	330 728
Castanheira de Pera	-	-	23 433	-
Figueiró dos Vinhos	-	-	-	750
Góis	-	-	14 696	162 115
Lousã	-	-	-	-
Pampilhosa da Serra	-	-	96 550	-
Pedrógão Grande	-	-	-	-
Penacova	-	-	-	-
Penela	-	-	677	20 000
Vila Nova de Poiares	-	-	55 273	-
<b>Total</b>	<b>412 696</b>	<b>1 717 010</b>	<b>190 628</b>	<b>513 593</b>

#### NOTA 8 - ATIVOS INTANGÍVEIS

O método de depreciação, vida útil e valor residual dos bens foram revistos e consideram-se apropriados.

O método de amortização usado é o das quotas constantes.

As seguintes tabelas evidenciam a movimentação nos ativos intangíveis de 2021 e 2020:

ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS	31 de dezembro de 2021				
	Saldo em 01/01/21	Aquisições Amort.	Abates Transf.	Revaloriz.	Saldo em 31/12/21
Goodwill	-	-	-	-	-
Projetos de desenvolvimento	96 363	147 539	-	-	243 901
Programas de computador	-	-	-	-	-
Propriedade industrial	-	-	-	-	-
Outros ativos intangíveis e em curso	112 786	7 470	-	-	120 257
<b>Total do ativo bruto</b>	<b>209 149</b>	<b>155 009</b>	-	-	<b>364 158</b>
Outros ativos intangíveis e em curso	(9 308)	(75 245)	-	-	(84 554)
Outros ativos intangíveis e em curso	-	-	-	-	-
<b>Total do ativo líquido</b>	<b>199 840</b>	<b>79 763</b>	-	-	<b>279 604</b>

ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS	31 de dezembro de 2020				
	Saldo em 01/01/20	Aquisições Amort.	Abates Transf.	Revaloriz.	Saldo em 31/12/20
Goodwill	-	-	-	-	-
Projetos de desenvolvimento	-	96 363	-	-	96 363
Programas de computador	-	-	-	-	-
Propriedade industrial	-	-	-	-	-
Outros ativos intangíveis e em curso	137 685	-	(24 900)	-	112 785
<b>Total do ativo bruto</b>	<b>137 685</b>	<b>96 363</b>	<b>(24 900)</b>	-	<b>209 149</b>
Outros ativos intangíveis e em curso	(58)	(9 250)	-	-	(9 308)
Outros ativos intangíveis e em curso	-	-	-	-	-
<b>Total do ativo líquido</b>	<b>137 627</b>	<b>87 113</b>	<b>(24 900)</b>	-	<b>199 840</b>

### NOTA 9 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

A seguinte tabela evidencia a movimentação nos ativos fixos tangíveis de 2021 e 2020:

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	31 de dezembro de 2021				
	Saldo em 1/jan/21	Aquisições Deprec.	Abates Transf.	Revaloriz.	Saldo em 31/dez/21
<b>Ativo bruto</b>					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	90 849	17 201	-	-	108 051
Equipamento básico	161 932	204 129	-	-	366 060
Equipamento de transporte	526 034	1 586 880	-	-	2 112 914
Equipamento administrativo	85 860	52 968	-	-	138 828
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	6 140	13 762	-	-	19 902
Investimentos em curso	95 191	954 902	-	-	1 050 093
<b>Total do ativo bruto</b>	<b>966 006</b>	<b>2 829 842</b>	-	-	<b>3 795 848</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	(3 359)	(14 195)	-	-	(17 554)
Equipamento básico	(9 221)	(39 406)	-	-	(48 627)
Equipamento de transporte	(26 886)	(249 317)	-	-	(276 203)
Equipamento administrativo	(14 900)	(26 877)	-	-	(41 777)
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	(385)	(2 199)	-	-	(2 584)
<b>Total de depreciações acumuladas</b>	<b>(54 751)</b>	<b>(331 994)</b>	-	-	<b>(386 745)</b>
Total de perdas por imparidade	-	-	-	-	-
<b>Total do ativo líquido</b>	<b>911 255</b>	<b>2 497 848</b>	-	-	<b>3 409 102</b>



ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	31 de dezembro de 2020				
	Saldo em 1/jan/20	Aquisições Deprec.	Abates Transf.	Revaloriz.	Saldo em 31/dez/20
<b>Ativo bruto</b>					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	76 929	13 920	-	90 849
Equipamento básico	-	161 932	-	-	161 932
Equipamento de transporte	-	526 034	-	-	526 034
Equipamento administrativo	7 703	78 787	-	-	85 860
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	-	6 140	-	-	6 140
Investimentos em curso	-	84 211	10 980	-	95 191
<b>Total do ativo bruto</b>	<b>7 073</b>	<b>934 033</b>	<b>24 900</b>	-	<b>966 006</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	(3 359)	-	-	(3 359)
Equipamento básico	-	(9 221)	-	-	(9 221)
Equipamento de transporte	-	(26 886)	-	-	(26 886)
Equipamento administrativo	(495)	(14 405)	-	-	(14 900)
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	-	(385)	-	-	(385)
<b>Total de depreciações acumuladas</b>	<b>(495)</b>	<b>(54 256)</b>	-	-	<b>(54 751)</b>
<b>Total de perdas por imparidade</b>	-	-	-	-	-
<b>Total do ativo líquido</b>	<b>6 578</b>	<b>(879 777)</b>	<b>24 900</b>	-	<b>911 255</b>

#### NOTA 10 - ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E UNIDADES DESCONTINUADAS

Não aplicável.

#### NOTA 11 - LOCAÇÕES

Não aplicável.

#### NOTA 12 - FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o saldo da rubrica "financiamentos obtidos" está discriminado como se segue:

FINANCIAMENTOS OBTIDOS	2021		2020	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários	5 000	-	-	-
Descobertos bancários	-	-	-	-
Locações financeiras	-	-	-	-
Outros empréstimos	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>5 000</b>	-	-	-

## NOTA 13 - PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Não aplicável.

## NOTA 14 - IMPARIDADE DE ATIVOS

### 14.1 Imparidade de Inventários

Não aplicável.

### 14.2 Imparidade de Dívidas a Receber

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos gastos relativo a Imparidade de Dívidas a Receber dos períodos de 2021 e 2020.

IMPARIDADE DE DÍVIDAS A RECEBER	2021	2020
Imparidade acumulada no início do período	-	-
Perdas do exercício	414 221	213 432
Reversões do exercício	-	-
<b>Imparidade acumulada no fim do período</b>	<b>414 221</b>	<b>213 432</b>

A Empresa constituiu imparidades os clientes com dívidas vencidas superiores a 30 dias de antiguidades, excluindo as classes de consumo: 1) municípios; 2) Juntas de Freguesia e 3) Estado.

## NOTA 15 - INTERESSES EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Não aplicável.

## NOTA 16 - CONCENTRAÇÕES DE ATIVIDADES EMPRESARIAIS

Não aplicável.

## NOTA 17 - INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E CONSOLIDAÇÃO

Não aplicável.

## NOTA 18 - EXPLORAÇÃO E AVALIAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS

Não aplicável.

## NOTA 19 - AGRICULTURA

Não aplicável.

## NOTA 20 - INVENTÁRIOS

O consumo de mercadorias vendidas e das matérias consumidas, assim como, a discriminação do inventário apresentado pela gerência a 31 de dezembro de 2021 e 2020, é descrito na seguinte tabela:

INVENTÁRIOS E ATIVOS BIOLÓGICOS	2021	2020
Inventário inicial de Mercadorias, Mat. Consumidas e At. Biológicos Consumo	39 571	-
Compras	4 581 976	4 531 840
Reclassificação e regularização	-	-
Custo das mercadorias vendidas, matérias e ativos biológicos consumidos	(4 621 548)	(4 492 269)
Inventário final de Mercadorias, Mat. Consumidas e At. Biológicos Consum.	-	-
Imparidade acumulada de Merc., Mat. Consumidas e At. Biológicos Consum.	-	-
Sub-total:	(0)	39 571
Produtos acabados e intermédios	-	-
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-
Ativos biológicos de produção	-	-
Imparidade acumulada de produtos e At. Biológicos de produção	-	-
Sub-total:	-	-
<b>Total de Inventários e de ativos biológicos</b>	<b>(0)</b>	<b>39 571</b>

Em 2021, o valor contabilístico de materiais em armazém está contabilizado na rubrica de Gastos a reconhecer.

### Variação nos Inventários da Produção

Não aplicável.

### Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos rendimentos relativo a Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas, períodos de 2021 e 2020:

CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS	2021	2020
Mercadorias	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	4 621 547	4 492 269
Ativos biológicos (consumíveis)	-	-
<b>Total</b>	<b>4 621 547</b>	<b>4 492 269</b>

Nesta rubrica encontra-se registada sobretudo a compra de água em "alta" adquirida à Águas do Centro Litoral, S.A. e à Águas do Vale do Tejo, S.A. e em menor escala à Águas do Planalto, S.A., ao município de Arganil e ao município de Condeixa.

### **NOTA 21 - CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO**

Não aplicável.

### **NOTA 22 - RÉDITO**

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos rendimentos relativo a Vendas e Prestação de Serviços dos períodos de 2021 e 2020.

VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS por Naturezas	2021	2020
Vendas de Mercadorias	4 510 776	3 960 951
Vendas de Produtos Acabados	-	-
Prestação de Serviços	8 946 968	7 106 951
<b>Total:</b>	<b>13 457 744</b>	<b>11 067 902</b>



VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS por Mercados	2021	2020
Nacional	13 457 744	11 067 902
União Europeia	-	-
Paises Terceiros	-	-
<b>Total:</b>	<b>13 457 744</b>	<b>11 067 902</b>

O aumento verificado em 2021 face a 2020, deve-se essencialmente ao processo de ajustamento da faturação que apenas foi concluído no decorrer do primeiro semestre de 2021. O valor apurado no final de 2021 incorpora cerca de € 439 mil relativo ao acréscimo de rendimentos de vendas e prestações de serviços ocorridos no final de 2021 e faturados no início de 2022.

#### NOTA 23 - CLIENTES

O saldo correspondente à rubrica de Clientes no final do exercício 2021 e 2020 apresenta a seguinte decomposição:

CLIENTES	2021	2020
Clientes conta corrente	1 652 204	2 638 802
Clientes títulos a receber	-	-
Clientes factoring e outros	-	-
Clientes cobrança duvidosa	627 653	-
Clientes perda por imparidade acumuladas	(627 653)	-
<b>Total</b>	<b>1 652 204</b>	<b>2 638 802</b>
Adiantamentos de Clientes	-	-

#### NOTA 24 - FORNECEDORES E OUTROS DEVEDORES E CREDORES

O saldo correspondente à rubrica de Fornecedores no final do exercício 2021 e 2020 apresenta a seguinte decomposição:

FORNECEDORES	2021	2020
Fornecedores conta corrente	4 045 009	6 758 795
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores confirming e outros	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Fornecedores perdas por imparidade acumuladas	-	-
<b>Total</b>	<b>4 045 009</b>	<b>6 758 795</b>

A rubrica de Fornecedores encontra-se influenciada pelo valor em dívida aos fornecedores Águas do Centro Litoral, S.A. e Águas do Vale do Tejo, S.A., com € 1,4 milhões e € 812,6 mil, respetivamente, que representam cerca de 55% do total da dívida a fornecedores a 31 de dezembro de 2021.

<b>OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E DÍVIDAS A PAGAR</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>A RECEBER</b>		
Fornecedores - Devedores	13 766 474	5 120 740
Ativos por impostos diferidos	3 054	4 432
Devedores de outras contas de pessoal	377 135	-
Devedores por adiantamentos ao pessoal	-	-
Devedores de fornecedores de investimentos	-	-
Adiantamentos de fornecedores de investimentos	-	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	439 366	1 205 670
Outros devedores	12 946 919	3 910 638
Perdas por imparidades acumuladas	-	-
<b>A PAGAR</b>	<b>8 373 929</b>	<b>(1 722 938)</b>
Cientes - Credores	-	-
Remunerações a pagar	-	(343)
Outras contas de pessoal	-	-
Fornecedores de investimentos	-	-
Credores por acréscimos de gastos	(1 024 772)	(688 396)
Disponibilidades negativas	-	-
Outros credores	(7 349 157)	(1 034 199)
<b>Total</b>	<b>5 392 545</b>	<b>3 397 802</b>

A rubrica de Outros devedores inclui subsídios para investimentos no âmbito de projetos POSEUR no montante de € 11,7 milhões.

O reporte de imposto decorrente do prejuízo fiscal é reconhecido como um ativo do período em que ocorre. Neste sentido, foi apurado o valor de € 377,1 mil relativo a Ativos por Impostos Diferidos.

A rubrica de Credores por acréscimo de gastos inclui o valor de € 542,7 mil referente aos gastos que a APIN tenderá a suportar com a operação no município de Penacova, tendo por base o valor da componente fixa do protocolo estabelecido em janeiro de 2020 entre a APIN e os onze Municípios.

A rubrica Outros credores (não corrente) inclui o valor de € 3,7 milhões, referente a acordos de pagamento com a Águas do Centro Litoral, S.A. e a Águas do Vale do Tejo, S.A, bem como a contabilização do saldo de impostos diferidos associados ao reconhecimento dos subsídios ao investimento no valor de € 2,7 milhões (corrente).



## NOTA 25 - ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a rubrica “Estado e outros entes públicos” no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	2021	2020
Ativo	459 825	370 932
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC)	78 447	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS)	-	-
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	381 198	370 932
Segurança social / CGA	-	-
Outros impostos e taxas	180	-
Passivo	(97 911)	(153 227)
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC)	(11 232)	(24 385)
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS)	(22 392)	(18 694)
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	-
Segurança social / CGA	(62 930)	(58 258)
Outros impostos e taxas	(1 358)	(51 889)
Total	361 914	217 705

## NOTA 26 - RESULTADOS FINANCEIROS

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos “resultados financeiros” dos períodos de 2021 e 2020:

RESULTADOS FINANCEIROS	2021	2020
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-
Juros obtidos	-	-
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
Juros e gastos similares suportados	87 886	-
Juros suportados	87 886	-
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamentos	-	-
Resultados financeiros	87 886	-

## NOTA 27 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A seguinte tabela evidencia a repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos a 31 de dezembro de 2021 e 2020:

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	2021	2020
<b>Subcontratos</b>	<b>4 174 441</b>	<b>2 982 048</b>
<b>Serviços especializados</b>	<b>894 648</b>	<b>778 414</b>
Trabalhos especializados	501 471	635 691
Publicidade e propaganda	9 234	26 719
Honorários	-	12 005
Conservação e reparação	361 503	82 573
Outros	22 439	21 426
<b>Materiais</b>	<b>141 422</b>	<b>80 734</b>
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	104 765	70 115
Livros e documentação técnica	95	217
Material de escritório	14 863	10 336
Artigos para oferta	-	-
Outros	21 699	66
<b>Energia e fluidos</b>	<b>809 715</b>	<b>339 294</b>
Eletricidade	355 781	300 784
Combustíveis	453 892	38 489
Outros	43	21
<b>Deslocações, estadas e transportes</b>	<b>2 263</b>	<b>2 943</b>
Deslocações e estadas	746	-
Outros	1 516	2 943
<b>Serviços diversos</b>	<b>795 183</b>	<b>562 827</b>
Rendas e alugueres	163 444	94 987
Comunicação	384 303	382 415
Seguros	78 614	30 971
Contencioso e notariado	1 693	1 413
Limpeza, higiene e conforto	150 710	6 360
Outros serviços	16 420	46 683
<b>Total</b>	<b>6 817 672</b>	<b>4 746 259</b>

A rubrica de subcontratos representa cerca de 61,2% do total de gastos com fornecimentos e serviços externos. Esta rubrica inclui sobretudo o custo do tratamento de efluentes em "Alta" e o custo com a gestão dos resíduos em "Alta".

De referir que a Empresa teve custos com a lavagem e desinfeção de contentores no ano de 2021 no valor de aproximadamente € 134,4 mil, registado na rubrica de Limpeza, higiene e conforto.

#### NOTA 28 - GASTOS COM PESSOAL

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos valores relativo a Gastos com Pessoal dos períodos de 2021 e 2020:



GASTOS COM PESSOAL	2021	2020
Remunerações dos órgãos sociais	-	-
Remunerações do pessoal	2 922 322	1 804 426
Benefícios pós-emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre remunerações	644 690	400 125
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	43 844	29 321
Gastos de ação social	-	-
Outros gastos com o pessoal	32 028	53 906
<b>Total</b>	<b>3 642 883</b>	<b>2 287 778</b>

Na rubrica de Outros gastos com o pessoal foram registados € 7,7 mil respeitantes a gastos com fardamento, € 14 mil referente a gastos com Higiene e Segurança no Trabalho e € 2,1 mil relativo a gastos com formação, que correspondem, em conjunto, a 74,4% do total de gastos desta rubrica.

No período de 2021, a Empresa remunerou em média 181 colaboradores.

#### NOTA 29 - OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos rendimentos relativo a Outros Rendimentos e Ganhos dos períodos de 2021 e 2020:

OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	2021	2020
Rendimentos suplementares	-	-
Descontos de pronto pagamento obtidos	321	8
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	-	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	3 142	60
Outros rendimentos	46 179	1 151
<b>Total</b>	<b>49 642</b>	<b>1 219</b>

O valor contabilizado em 2021 na rubrica de Outros Rendimentos, incorpora o reconhecimento contabilístico dos subsídios ao investimento no valor de aproximadamente € 24 mil.

### NOTA 30 - OUTROS GASTOS E PERDAS

A tabela seguinte mostra de uma forma discriminada a rubrica "outros gastos e perdas" considerados nos exercícios findos a 31 de dezembro de 2021 e 2020:

OUTROS GASTOS E PERDAS	2021	2020
Impostos	27 378	1 046
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dívidas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Gastos e perdas nos restantes investimentos financeiros	-	-
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	-	-
Correções relativas a períodos anteriores	11 735	1 022
Quotizações	630	-
Ofertas e amostras de inventários	-	-
Insuficiência da estimativa para impostos	20 000	-
Outros gastos e perdas não especificados	46 360	45 447
<b>Total</b>	<b>106 103</b>	<b>47 515</b>

### NOTA 31 - GASTOS / REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos gastos relativo a Gastos / Reversões de depreciação e amortização dos períodos de 2021 e 2020:

GASTOS / REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	2021	2020
Propriedades de investimento	-	-
Ativos fixos tangíveis	336 707	54 256
Ativos intangíveis	75 245	9 250
Reversões	-	-
<b>Total</b>	<b>411 952</b>	<b>63 506</b>

### NOTA 32 - SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos rendimentos relativo a Subsídios à Exploração dos períodos de 2021 e 2020:

SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO	2021	2020
Subsídios do Estado e outros entes públicos	68 806	1 023 290
Subsídios de outras entidades	-	-
<b>Total</b>	<b>68 806</b>	<b>1 023 290</b>

**NOTA 33 - EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO**

Não aplicável.

**NOTA 34 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO**

Não aplicável.

**NOTA 35 - MATERIAS AMBIENTAIS**

Não aplicável.

**NOTA 36 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

Não aplicável.

**NOTA 37 - BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS**

Não aplicável.

**NOTA 38 - PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES**

Não aplicável.

**NOTA 39 - EVENTOS SUBSEQUENTES**

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

**NOTA 40 - INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS**

O Conselho de Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2021, a Empresa não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o n.º de ações próprias detidas em 31 de dezembro de 2021.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.





MARQUES DE ALMEIDA,  
J. NUNES, V. SIMÕES  
& ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50 000 € \* S R O C nº 176 \* CMVM nº 20161478

WPA  
J. P.  
Anselmo  
D  
Alvino

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, E.I.M., S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 22.023.650,60 euros e um total de capital próprio de 9.467.784,50 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 2.160.138,79 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira de APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, E.I.M., S.A. em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- Preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- Elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e



MARQUES DE ALMEIDA,

J. NUNES, V. SIMÕES

& ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.

NIPC 505 261 898 \* Capital social 50 000 € \* S R O C nº 176\* CMVM nº 20161478

Cley  
B.  
duston  
A. Lino

- Avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- Concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

MARQUES DE ALMEIDA,  
J. NUNES, V. SIMÕES  
& ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.

NIPC 505 261 898 \* Capital social: 50 000 € \* S R O C nº 176\* CMVM nº 20161478

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Coimbra, 22 de março de 2022

Bruno José Machado de Almeida

Em representação de:

Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.

Delegação Coimbra  
Av. Fernão de Magalhães, nº 619 – Ed. Mond – Sala 101  
3000 - 178 COIMBRA  
Tel. 239 821 777 \* Fax 239 841027  
Email: geral@marquesdealmeida.pt

Sede  
Rua Balalha Reis, N.º 81 – 2º Andar  
6300 – 668 GUARDA  
Tel. 271 227 303 \* Fax 271 227304  
Email: vsroc@mail telepac.pt

Delegação Viseu  
Rua Arrabalde, Lote 1, R/C Letra C  
3510 – 084 VISEU  
Tel: 232 435 277 \* Fax: 232 435279  
Email: joaojnunes roc@mail telepac.pt



MARQUES DE ALMEIDA,  
J. NUNES, V. SIMÕES  
& ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50 000 € \* S R O C nº 176\* CMVM nº 20191478

2022  
out/2022  
de  
António  
Alberto

## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exma. Administração  
Senhores Acionistas

A fim de dar cumprimento aos estatutos e à legislação vigente na qualidade de Fiscal Único, apresentamos o nosso Relatório e Parecer sobre as Contas e o Relatório de Gestão apresentados pelo Conselho de Administração da APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, E.I.M., S.A., relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Durante o exercício, o Fiscal Único acompanhou com regularidade os negócios e a gestão da Sociedade, verificou a regularidade dos livros, registos contabilísticos e a respetiva documentação. Procedeu igualmente às verificações físicas dos bens e valores patrimoniais que se mostraram necessárias, assim como verificou o cumprimento da lei e dos estatutos, inteirando-se dos atos do Conselho de Administração, do qual sempre recebeu todos os elementos solicitados

Analisámos também o Relatório de Gestão do Conselho de Administração e as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as quais compreendem o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo do exercício findo naquela data.

Foi emitida a Certificação Legal das Contas, sendo considerada como complemento deste Relatório e Parecer.

Nesta conformidade, entendemos que os documentos acima descritos, quando lidos em conjunto, permitem uma boa compreensão da situação financeira da APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, E.I.M., S.A., em 31 de dezembro de 2021 satisfazendo as disposições legais e estatutárias. Como ainda nos compete, verificámos que os critérios valorimétricos, adotados e descritos no Anexo, satisfazem as disposições legais, e contribuem para uma adequada mensuração do resultado e do património.

Nestes termos o Fiscal Único é de Parecer que:

1. Devem ser aprovados o Relatório de Gestão do Conselho de Administração, o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo.
2. Deve ser aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

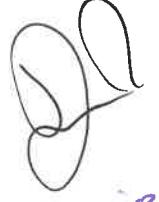
Por fim, desejamos expressar os nossos agradecimentos ao Conselho de Administração e a todo o Pessoal ao serviço da Empresa com quem contatámos por toda a colaboração recebida no desempenho das nossas funções.

Coimbra, 22 de março de 2022

Bruno José Machado de Almeida  
Em representação de:

Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.



Oey Hti 3.  
J. dos Lour  
  
A. Lurinio

## XI. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS DO MUNICÍPIO

*At  
Cay  
A. Lopes*

Exmo. Sr.:

António José Ferreira Lopes  
Presidente da Câmara  
Municipal de Pedrógão Grande  
Largo da Devesa, nº 14  
3271-909 Pedrógão Grande

ASSUNTO: Parecer e CLC da Consolidação

Entroncamento, 2022.06.27

Exmo. Senhor Presidente:

Para os devidos efeitos junto anexo Parecer e Certificação Legal das Contas Consolidadas do Município referentes ao ano de 2021.

Apresentamos os nossos melhores cumprimentos.

Atentamente



José de Jesus Gonçalves Mendes

Mtg  
Ary  
Arb.  
m

## RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS (Contas Consolidadas)

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação do Órgão Deliberativo do Município de Pedrógão Grande o nosso parecer sobre os documentos de prestação de contas consolidadas do **Município de Pedrógão Grande**, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.
2. Na qualidade de Revisores Oficiais de Contas do Município, emitimos a respetiva Certificação Legal de Contas que para todos os efeitos, aqui se dá como integralmente reproduzida.
3. No âmbito das nossas atribuições e competências acompanhámos a elaboração das contas consolidadas, tendo recebido dos Serviços Administrativos todos os elementos e esclarecimentos que entendemos necessários para o desempenho das nossas funções.

### PARECER DA SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

4. Em face do exposto, não tendo tomado conhecimento de violação da lei somos de parecer que:
  - Que a consolidação de contas 2021, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, está em condições de ser aprovada pela Assembleia Municipal.

Finalmente, os Revisores Oficiais de Contas desejam agradecer ao órgão Executivo e aos Serviços do Município toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Entroncamento, 23 de junho de 2022

Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, SROC, Lda.,  
representada por



José de Jesus Gonçalves Mendes  
(ROC n.º 833; CMVM n.º 20160459)



## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

#### Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do **Município de Pedrógão Grande**, (o Grupo) que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 33 566 milhares de euros e um total de fundos próprios de 30 024 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 685 milhares de euros), a demonstração de resultados por natureza consolidada, a demonstração das alterações no património líquido consolidada, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção "Bases para opinião com reservas", as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do **Município de Pedrógão Grande** em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro relativo ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

#### Bases para a opinião com reservas

1. A imputação dos subsídios ao investimento aos proveitos é suportada por uma aplicação de controlo de immobilizado em Excel, que ainda não se encontra totalmente conciliada com os registos contabilísticos, pelo que não nos é possível avaliar sobre o saldo registado nesta conta, no montante de 7 637 milhares de euros, nem do seu eventual impacto da imputação ao resultado do período baseada na correta afetação aos ativos subsidiados. Só após a validação destes será possível dar como validado o restante património. Os serviços preveem terminar esta conciliação e as validações finais do património e proceder ao registo de eventuais regularizações durante o ano de 2022.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes do Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

### **Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e adequada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o SNC-AP;
- elaboração da consolidação de contas 2021 nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre as demonstrações orçamentais consolidadas**

Auditamos as demonstrações orçamentais consolidadas anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 9 012 milhares de euros), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 5 849 milhares de euros) e a demonstração de execução do plano plurianual de investimentos relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais consolidadas no âmbito da prestação de contas da Entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais consolidadas anexas estão preparadas, em todos os aspectos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

JH  
Rosa  
Cly  
Achinio

**Sobre a consolidação de contas 2021**

Em nossa opinião, a consolidação de contas 2021 foi preparada de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e demonstrações orçamentais consolidadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Entroncamento, 23 de junho de 2022



Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, SROC, Lda

Representada por José de Jesus Gonçalves Mendes  
(ROC n.º 833; CMVM n.º 20160459)